

Diagnóstico de Género de Angola



União Europeia



República de Angola



cooperación
española

Diagnóstico de Género de Angola



União Europeia



República de Angola



cooperación
española

PAANE II - Programa de Apoio aos Actores não Estatais

Ficha Técnica

Diagnóstico de Género de Angola

Coordenação

Aline Afonso
Catarina Caetano

Redacção

Aline Afonso
alineafonso@hotmail.com

Equipa de Consultoras

Aline Afonso
Gabriela Simas

Colaboração

Filipa Corte-Real
Gianfrancesco Cost
Henri Valot
Verónica Araújo

Revisão

Ana Larcher Carvalho
Catarina Caetano
Maria Gabriela Simas
Patrícia Gonçalves Baptista

Revisão ortográfica

António Simões do Paço

Revisão da Bibliografia

João Dias

Tradução para o inglês

Masae Yamazaki

Paginação

Pedro Pombo

Administração e Finanças

Jorge Cabaço
Malichi Goldwin

PAANE II – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais é um projecto financiado pela UE no âmbito do 10º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) com o co-financiamento da Cooperação Espanhola, sob tutela do Gabinete do Ordenador Nacional do FED em Angola.

© European Union, 2014

Printed in Angola

Março 2015

O conteúdo do presente relatório é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não pode, em caso algum, ser considerado como expressão das posições da União Europeia, da Cooperação Espanhola e do Governo de Angola.

Agradecemos a todas as pessoas e organizações que disponibilizaram seu tempo durante o processo de preparação deste relatório

Linguistic version	Catalogue number	ISBN	DOI
EN (paper)	FQ-04-15-108-EN-C	978-92-9238-220-9	10.2871/517821
EN (PDF)	FQ-04-15-108-EN-N	978-92-9238-222-3	10.2871/469358
PT (impresso)	FQ-04-15-108-PT-C	978-92-9238-221-6	10.2871/691638
PT (PDF)	FQ-04-15-108-PT-N	978-92-9238-219-3	10.2871/88808

Índice

Ficha Técnica	v		
Lista de acrónimos e siglas	viii		
Prólogo	xii		
Catarina Caetano			
Sumário executivo	xv		
1 Apresentação do Relatório – âmbito e objectivos do estudo	1		
2 Contexto socioeconómico	5		
2.1 Principais desafios para a promoção da igualdade de género no País	9		
3.1 Acordos e convenções internacionais ratificados por Angola	17		
3 Quadro legal relativo à igualdade de género e os seus recentes avanços	17		
3.2 Política Nacional de Género e outros compromissos assumidos a nível nacional	18		
3.3 Instituições e políticas públicas na área da promoção da igualdade de género	19		
4 Participação das mulheres nos órgãos da administração pública	22		
5 Principais doadores e espaços de concertação em Angola	23		
5.1. Principais doadores	23		
5.1.1 A União Europeia	24		
5.2 Espaços nacionais de concertação na área do género	26		
5.2.1 O Conselho Multisectorial de Género	26		
5.2.2 O Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural	27		
5.2.3 Outros mecanismos de coordenação	27		
6 Organizações da Sociedade Civil	29		
7 Análise sectorial	33		
7.1 Agricultura sustentável	33		
7.1.1 Caracterização do sector	33		
7.1.2 As mulheres no contexto rural	34		
7.2 Água e saneamento	39		
7.2.1 Caracterização do sector	39		
7.2.2 A contribuição da União Europeia	43		
7.2.3 Incorporação da perspectiva de género nos processos de água e saneamento	46		
7.3 Educação, formação técnica e profissional e ensino superior	47		
7.3.1. Ensino técnico-profissional	49		
7.3.2. Formação profissional	50		
		7.3.3 Ensino superior	51
		7.3.4 Integração das questões de género na área da formação técnico-profissional	52
		7.4 Emprego formal e informal	53
		7.4.1 Mercado de trabalho formal	53
		7.4.2 Mercado de trabalho informal	55
		7.4.3 Divisão sexual do trabalho	56
		7.4.4 Protecção social	58
8 Conclusões	61		
9.1 Para a DUE no âmbito da cooperação com o MINFAMU	65		
9 Recomendações	65		
9.2 No âmbito dos mecanismos de coordenação	66		
9.2.1 Para a DUE em Angola	66		
9.2.2 Para o PAANE	67		
9.3 No âmbito da cooperação com as organizações da sociedade civil	67		
9.3.1 Para a DUE em Angola no âmbito de um novo ciclo programático de apoio aos actores não estatais	67		
9.3.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção	67		
9.3.3 Para o PAANE no actual programa	68		
9.4 Recomendações na área da agricultura sustentável	69		
9.4.1 Para a DUE em Angola	69		
9.4.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção	69		
9.5 Recomendações na área de água e saneamento	70		
9.5.1 Para a DUE	70		
9.5.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção	71		
9.6 Recomendações na área da educação, formação técnica e profissional e ensino superior	71		
9.6.1 Recomendações para a DUE no âmbito do ensino técnico-profissional e formação profissional	71		
9.7 Recomendações para a DUE na área do emprego formal e informal	73		
10 Bibliografia	75		
11 Glossário	81		

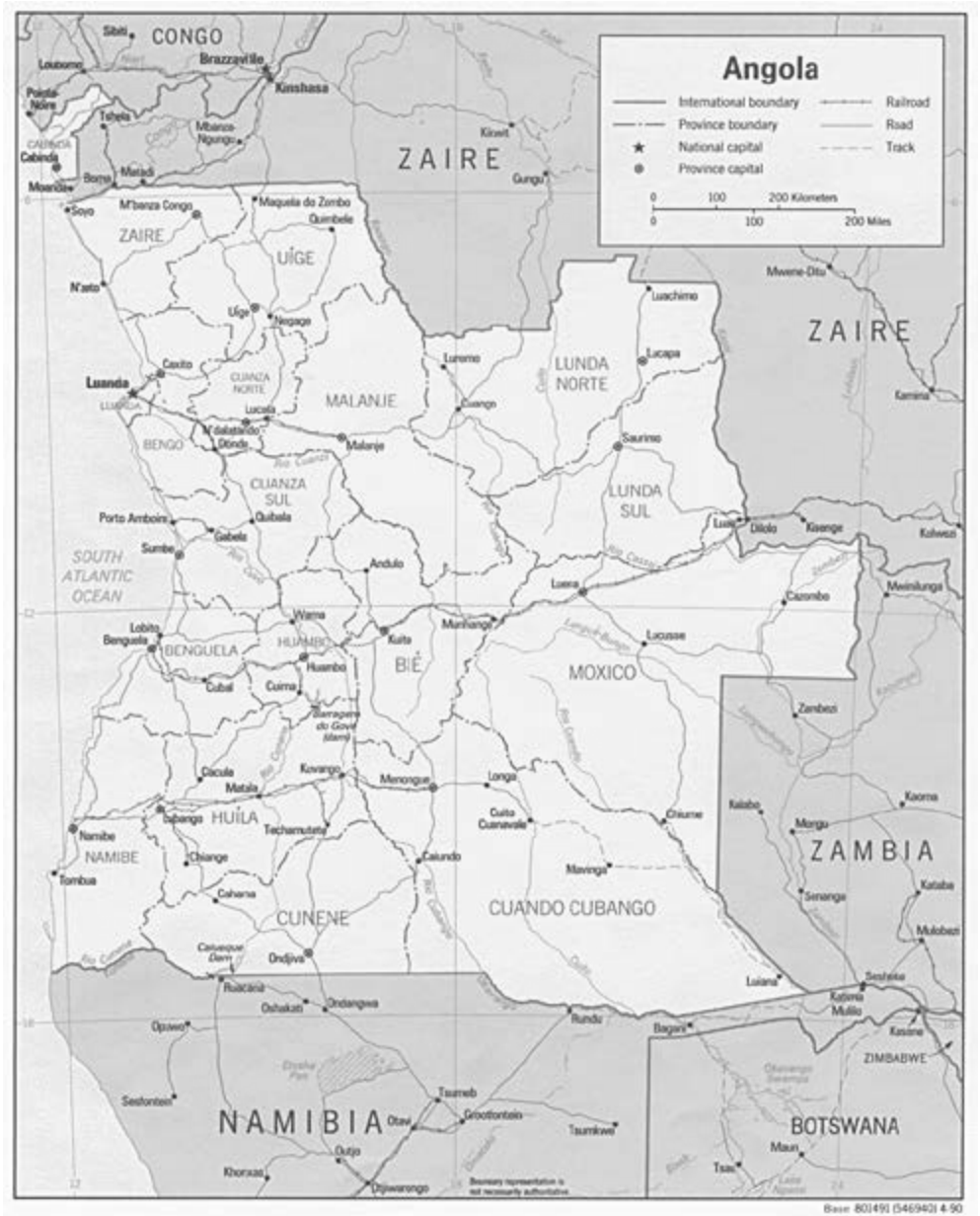
Lista de acrónimos e siglas

AAMPA	Associação de Apoio à Mulher Polícia
ADESPOV	Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AEO	African Economic Outlook
AIN	Ajuda da Igreja Norueguesa
AMEB	Associação das Mulheres Empresárias de Benguela
AMEC	Associação da Mulher Empreendedora no Cunene
ASSOMEL	Associação das Mulheres Empresárias de Luanda
BPD	Barris por dia
BUE	Balões Únicos do Empreendedorismo
CAA	Cruz Azul Angola
CACS	Conselhos de Auscultação e Concertação Social
Casa-Ce	Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEIC	Centro de Estudos e Investigações Científicas da Universidade Católica de Angola
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola
CMG	Conselho Multisectorial de Género
CMS/UNTA	Comité das Mulheres Sindicalizadas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSP	Country Strategy Papers (Documento de Estratégia para o País)
COMUR	Comité Nacional para Promoção da Mulher Rural
CVA	Cruz Vermelha de Angola
DGA	Diagnóstico de Género em Angola
DIFAMU	Direcção da Família e Promoção da Mulher
DNIC	Direcção Nacional de Investigação Criminal
DNIEG	Direcção Nacional para Igualdade e Equidade de Género
DNIRC	Direcção Nacional de Investigação Criminal
DUE	Delegação da União Europeia
DW	Development Workshop
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
ENACRE	Estratégia Nacional do Comércio Rural e Empreendedorismo
ENAD	Escola Nacional de Administração

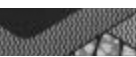
ENFQ	Estratégia Nacional de Formação de Quadros
EPAL	Empresa Pública de Águas de Angola
FDIM	Federação Democrática Internacional das Mulheres
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMC	Federação das Mulheres Cubanas
FMEA	Federação de Mulheres Empresárias de Angola
FMJ	Fórum das Mulheres Jornalistas
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GdA	Governo de Angola
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HRW	Human Rights Watch
IBEP	Inquérito para o Bem-Estar da População
IG	Igualdade de Género
IMVF	Instituto Marquês de Vale Flor
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEFOP	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional
ISPB	Instituto Superior Politécnico de Benguela
JWF	Joint Way Forward
LIMA	Liga da Mulher Angolana
LVD	Lei contra a Violência Doméstica
LWF	Federação Luterana Mundial
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MED	Ministério da Educação
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MINEC	Ministério da Economia
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NCA	Ajuda da Igreja Norueguesa
NIP	National Indicative Programmes (Programa Indicativo Nacional)
OBF	Organizações Baseadas na Fé
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMA	Organização da Mulher Angolana

OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAANE	Programa de Apoio aos Actores não Estatais
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAPAGRO	Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários
PASEA	Plano de Acção do Sector de Energia e Águas
PDISA	Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água
PEA	Perspectivas Económicas em África
PFG	Pontos Focais de Género
PIN	People in Need (Člověk v tísni)
PMA	Plataforma Mulheres em Acção
PME	Pequenas e Medias Empresas
PNAMUR	Programa Nacional de Auscultação da Mulher Rural
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017
PNFQ	Plano Nacional de Formação de Quadros
PNIEG	Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género e Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para Implementação e Monitorização da Política
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAPEN	Programa de Apoio ao Pequeno Negócio
QUIBB	Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RAPED	Rede das Associações de Portadores de Deficiências
RETEP	Reforma do Ensino Técnico-Profissional
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola
SADC	Southern African Development Community
TdR	Termos de Referência
UDEMU	União Democrática das Mulheres
UE	União Europeia
UIP	União Inter-Parlamentar
UMN	Universidade Mandume Ya Ndemufayo
UNICEF	United Nations Children’s Fund
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UTCH	Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias
UTG/PNFQ	Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros
USAID	United States Agency for International Development
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Imagem 1 – Mapa de Angola



Fonte: República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2005).



Prólogo

O Estudo “Diagnóstico de Género de Angola” insere-se no Plano de Acção para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento (2010-2015) lançado em Junho de 2010 pela União Europeia. Na sua formulação, o Plano de Acção teve por base múltiplos objectivos sendo o mais abrangente contribuir para acelerar o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular o ODM 3 – Promover a Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres e o ODM 5 – Melhorar a saúde materna e simultaneamente reforçar a coordenação da UE com os países parceiros no que respeita às políticas de igualdade de género na cooperação para o desenvolvimento.

A igualdade de género é reconhecida pela UE como um direito em si mesmo e entendida como um requisito essencial para qualquer progresso significativo em prol do desenvolvimento sustentável, por isso detém um foco primordial na agenda de desenvolvimento pós- 2015.

Para a União Europeia, a publicação do Estudo “Diagnóstico de Género de Angola” revela-se de particular oportunidade, tendo em conta os esforços nacionais para melhoria da igualdade de género e protecção da mulher, como também por coincidir com a preparação do programa de cooperação UE – Angola 2014-2020 no âmbito do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e a consequente identificação e formulação de programas e projectos.

O Estudo está organizado em três grandes partes. A primeira parte centra-se na caracterização dos aspectos socioeconómicos e jurídicos, dos principais actores no terreno e dos espaços de concertação para as questões de género. Numa segunda parte é feita uma análise sectorial centrada nos 3 sectores focais da programação do 11º FED UE-Angola, nomeadamente: (i) agricultura sustentável, (ii) água e saneamento, (iii) educação e formação técnica e profissional e ensino Superior, assim como a dimensão transversal do emprego (sector informal; criação do próprio emprego, etc.). Na terceira e última parte é tecido um conjunto de recomendações para a UE e seus parceiros relativamente a actuações futuras na área do género.

Estamos convictos que uma ampla difusão do Estudo junto dos actores chave em Angola e dos parceiros da UE constituirá uma fonte inestimável de informação sobre a realidade do país, as fragilidades ainda existentes e os desafios a superar, que servirá de suporte ao desenho de políticas, programas e projectos de desenvolvimento mais inclusivos, sustentáveis e equitativos, no quadro da cooperação para o desenvolvimento da UE com Angola.

A sua publicação e apresentação pública, em Luanda, durante o mês de Março, tradicionalmente o mês que celebra a mulher, assinalam este ano adicionalmente o mês temático dedicado às mulheres e às raparigas no âmbito do “2015: Ano Europeu de Desenvolvimento”.

Catarina Caetano

Ponto Focal de Género
Sector de Desenvolvimento Social e Infra-estruturas
Delegação da União Europeia em Angola



Sumário executivo

O Diagnóstico de Género em Angola (DGA) que aqui se apresenta pretende contribuir para a promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres. O seu objectivo é “avaliar a questão de género do ponto de vista da sua inclusão nas políticas de desenvolvimento de Angola e apoiar o Governo de Angola (GdA) e a União Europeia (UE) na integração das questões de género nos programas e projectos de desenvolvimento”¹. A análise incidiu sobre as três áreas temáticas a serem priorizadas no 11.º FED, nomeadamente: (i) agricultura sustentável; (ii) água e saneamento; (iii) educação e formação técnica e profissional e ensino superior, assim como a dimensão transversal do emprego (sector informal, criação do próprio emprego, etc.).

O diagnóstico envolveu entrevistas com os principais stakeholders nas províncias de Luanda, Uíge, Benguela, Huíla (Lubango) e Lunda-Norte (Dundo), realizadas entre Outubro e Novembro de 2014. A equipa do DGA participou ainda em seminários e conferências realizados neste período de forma a acompanhar as discussões mais recentes relacionadas com as temáticas em estudo².

O diagnóstico foi realizado no âmbito do PAANE II (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais), um projecto financiado pela UE no âmbito do 10.º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) com o co-financiamento da Cooperação Espanhola, sob tutela do Gabinete do Ordenador Nacional do FED em Angola.

1. Indicadores e principais desafios para a promoção da igualdade de género no País

Apesar de ser o segundo maior produtor de petróleo do continente africano, Angola está classificada entre os países com baixo desenvolvimento humano. De entre os 187 países analisados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2013, Angola foi classificada na 149.ª posição (PNUD, 2014:

¹ O presente diagnóstico foi realizado segundo as orientações formuladas nos Termos de Referência (TdR) – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais – PAANE II. ANG/10.º FED/21954. Missão para a elaboração do estudo «Perfil de Género de Angola», p. 3.

² Organizações envolvidas: (a) Unidade Técnica do PAANE – responsável pela maior parte da logística da missão, facilitou contactos bem como discutiu e acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos; (b) Delegação da União Europeia – identificou actores que trabalhavam na temática central do estudo e indicou as linhas mestras para o desenvolvimento dos trabalhos; (c) Operadores do PAANE nas províncias do Uíge (Igreja Anglicana), Huíla (Rede Mulher Huíla) e Lunda-Norte (Cruz Vermelha de Angola) – facilitaram contactos e a logística da missão nas províncias.

(a) Conferência FMJ, Fórum da Mulher Rural; (b) Workshop “Integração da Igualdade de Género e Empoderamento das mulheres na Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia (programas e projectos); (c) I Conferência Provincial da Sociedade Civil – Lunda-Norte; (d) Workshop para Validação do Plano Política Nacional de Equidade e Igualdade de Género.

165). Cerca de 36% da população vive abaixo do limiar da pobreza e o desemprego permanece elevado, em 26% (African Economic Outlook, 2014: 2). Em termos de Índice de Desigualdade de Género (IDG), com dados de 2010, Angola foi classificada em 81.^a posição entre os 136 países analisados (PNUD, 2010).

O aumento da actividade económica das mulheres fora de casa não reduziu a quantidade de trabalho necessário não remunerado a ser realizado em casa, o que levou a um aumento da sua carga de trabalho total, tornando difícil, entre outros, o cuidado das crianças. Sendo na sociedade angolana a responsabilidade pelo trabalho doméstico principalmente da mulher, quer no meio urbano quer no meio rural, faltam ainda estruturas de apoio que permitam uma melhor conciliação entre as responsabilidades domésticas e as responsabilidades do trabalho externo. De acordo com vários autores, as mulheres continuam ainda hoje em desvantagem em relação aos homens em muitos aspectos relacionados com o desenvolvimento social e humano. De acordo com o MINFAMU, “há uma grande disparidade entre homens e mulheres em termos de rendimento, no acesso aos serviços básicos (energia, água e saneamento), no acesso à habitação, à terra e ao crédito e no acesso à formação contínua de um considerável número e mulheres”³.

2. Os avanços no quadro legal relativo à igualdade de género

Além dos protocolos internacionais ratificados por Angola, a igualdade entre os géneros está consagrada em vários textos legais: está assegurada na Constituição da República⁴, que contempla o “Princípio da igualdade” nos artigos primeiro e segundo; a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 2/2005) contém uma provisão de representação de género não inferior a 30% e a Lei Geral do Trabalho (Lei nº 2/2000), actualmente em revisão, no seu artigo terceiro, considera que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação.

A aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n.º 25/11) foi outra importante conquista para a igualdade de género em Angola, faltando agora a aplicação dos mecanismos jurídicos e institucionais para a sua completa implementação. Mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND) contempla igualmente a promoção da igualdade de género. O discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural (2014) enfatizou a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural, tendo, no seu seguimento, sido validado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR 2015-2017).

Finalmente, em 2013, foram aprovadas a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género (Decreto nº 222/13) e a Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a sua Implementação e Monitorização (PNIEG).

Apesar dos avanços no quadro legal, o direito consuetudinário ou tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, colocando-a em situação de grande vulnerabilidade social, nomeadamente no que respeita ao matrimónio, aos direitos de propriedade, à custódia dos filhos,

à prática de adultério (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005: 80).

3. Os desafios institucionais na área da promoção da igualdade de género

O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) é o braço governamental encarregado de “definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade em geral”. O ministério enfrenta dificuldades tanto em termos de recursos humanos quanto orçamentais. O seu quadro de funcionários é limitado e com pouco acesso à formação em temáticas relacionadas com a promoção da mulher e da igualdade de género, áreas estas que necessitam de constante actualização.

O MINFAMU destaca-se positivamente pela sua capacidade de diálogo com diversos tipos de organizações. Ainda assim, identificou-se a necessidade de se investir no reforço dos canais estruturados de diálogo entre o ministério e as organizações da sociedade civil, já que, no caso de grande parte das organizações, o contacto com o ministério acontece por meio da participação em eventos. O MINFAMU coordena ainda o Conselho Multisectorial de Género (CMG), principal espaço nacional formal de concertação na área do género. Embora este esteja já na sua 9.^a edição, são muitos os desafios a serem superados, nomeadamente para se fazer a passagem de um espaço de apresentação de políticas e resultados para um espaço de debate e concertação na formulação de políticas.

Embora presente em todas as províncias por meio das Direcções da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU), os recursos humanos e financeiros descentralizados são limitados. É pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalhos das DIFAMU em relação ao MINFAMU, actuando estas maioritariamente como implementadoras dos programas definidos por Luanda.

Apesar do crescimento da temática da igualdade de género nas políticas e programas do Estado, a análise sumária do OGE revela claramente que o MINFAMU não é prioritário em termos de investimento financeiro do Governo, tendo a menor dotação orçamental entre todos os ministérios. No que respeita aos órgãos de decisão do Governo registaram-se avanços significativos, mas as mulheres continuam a estar subrepresentadas na actual Assembleia Nacional e a nível dos governos provinciais.

4. As organizações da sociedade civil e a promoção da igualdade de género

As organizações de mulheres em Angola constituem um dos mecanismos principais de promoção da igualdade de género no País. Estas organizações têm vindo a reforçar-se desde a transição para o multipartidarismo e desde a aprovação da Lei das Associações (Lei n.º 14/91, de 11 de Maio de 1991). Foi importante o papel das organizações de mulheres durante o processo de paz, bem como o seu contínuo contributo para a promoção da igualdade de género no País.

No entanto, estas organizações apresentam várias fragilidades. De forma geral, a sua capacidade de planeamento estratégico é limitada, assim como é limitado o amadurecimento dos processos técnicos e institucionais (o que acaba por reflectir-se nos procedimentos administrativos e na capacidade de planeamento), de monitorização e avaliação. Por exemplo, são poucas as

³ “Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género”, apresentação em PowerPoint no Workshop para Validação do Plano Política Nacional de Equidade e Igualdade de Género, 2014, Luanda.

⁴ Promulgada a 5 de Fevereiro de 2010 .

organizações capazes de ter assembleias regulares. Há dificuldades na apresentação dos relatórios técnicos e sobretudo financeiros, o que por vezes pode implicar a interrupção do financiamento.

Estes problemas são ainda mais difíceis de enfrentar entre as organizações que operam em contextos rurais, com excepção de algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC) que já atingiram um maior nível de maturação (e.g. ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente ou DW – Development Workshop), sendo que os apoios financeiros e oportunidades para formação são mais limitados. Faltam a estas organizações conhecimentos que permitam, por exemplo, uma efectiva monitorização das políticas públicas ou para a produção de estudos e diagnósticos que possibilitem o melhor desenho e planeamento dos projectos. Também são maiores as dificuldades técnicas das organizações baseadas nas províncias para incorporar a temática da IG, quer de forma central, quer transversal. Em algumas áreas (nomeadamente na Lunda-Norte) há um desconhecimento técnico-conceptual quase completo destas questões.

Nas províncias visitadas no âmbito deste diagnóstico, é baixa a relação das OSC com o Estado. Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) não funcionam como mecanismo efectivo de participação: funcionam mais como um espaço em que o poder público dá conhecimento do que está a ser desenvolvido.

5. Sector temático da agricultura sustentável

A agricultura é considerada, tanto nas políticas públicas como pelos doadores, um dos motores da economia rural, sendo que contribui mais para a redução da pobreza do que o crescimento em meio urbano. As mulheres têm na agricultura um papel importante, mas os desafios que enfrentam neste sector são ainda mais difíceis de enfrentar por duas ordens de factores: primeiro por as condições de vida serem, a vários níveis, mais difíceis em meio rural do que em meio urbano; segundo por as diferenças entre géneros se acentuarem ainda mais em meio rural.

Em meio rural a taxa de pobreza é mais elevada, há menor acesso à saúde, educação, electricidade, gás, água, transportes. As condições de vida mais difíceis reflectem-se com mais gravidade nas mulheres, sendo mais altas as taxas de fertilidade e mortalidade neo-natal e maior a falta de cuidados pré-natais.

Nas zonas rurais aumentam as disparidades entre géneros: a participação na vida política e económica ainda é preponderantemente masculina. Apesar de as mulheres estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, na maior parte das vezes desempenham papéis secundários: permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar. A situação agudiza-se nas províncias, se comparado a Luanda, é maior nos municípios e comunas, se comparado com as capitais das províncias.

Nas entrevistas, as mulheres salientaram vários desafios que encontram no sector agrícola, sendo um dos principais a falta de segurança no acesso à terra. O direito tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, em especial das viúvas, dando a possibilidade aos familiares de reivindicarem a terra. A complexidade dos procedimentos administrativos e a atitude das autoridades governamentais também contribuem para o problema.

A importância de apoiar as mulheres e nomeadamente a sua integração na agricultura e na

economia de mercado é realçada a nível do discurso político e foram, aliás, tomadas várias medidas nesse sentido ao nível das políticas públicas, mas o investimento ainda não é suficiente. As mulheres identificaram em processos de consulta várias necessidades: para além da questão da posse da terra, a complexidade e custos dos processos administrativos para a legalização das cooperativas e para o registo civil e obtenção de documentos de identificação, as deficiências nos programas de alfabetização e formação, a falta de acesso a saúde, energia e água potável. Em termos de produção agrícola, as mulheres referem ainda a falta de acesso a inputs, crédito e formação e investimento público, que dificulta o aumento da produtividade da agricultura familiar.

A falta dos documentos de identificação dificulta também o acesso a programas de microcrédito pelas mulheres rurais. Aquelas que ainda não possuem documentos pessoais por vezes recorrem a um homem/parceiro como intermediário. Foram relatadas histórias de mulheres nessa situação que acabam por pagar uma “comissão” a quem serviu de intermediário.

Apesar dos diversos mecanismos formalmente estabelecidos, quer por iniciativa do Estado, quer por iniciativa das OSC, há fragilidades no que se refere à difusão da informação e à participação feminina na esfera pública em meio rural. Como mencionado anteriormente, registam-se alguns progressos em resultado da CMG e do PNAMUR, mas estes ainda são insuficientes.

6. Sector temático da água e saneamento

A melhoria na provisão dos serviços de água e saneamento é uma questão central em Angola. O PND coloca o “Cluster de Energia e Água” entre os Projectos Estruturantes Prioritários. Foi também indicado pelos entrevistados que, nos últimos anos, há uma maior dinâmica do Estado para expandir os serviços de fornecimento de água.

Os recursos humanos são apontados pelo Plano de Acção do Sector de Energia e Águas (PASEA) como o factor crítico para o sucesso no processo de reforma do sector das águas. Foram ainda identificadas outras questões como, por exemplo, a concorrência do “negócio da água” (nomeadamente nas zonas urbanas e periurbanas) em relação à utilização dos chafarizes pela comunidade.

No âmbito do Programa Indicativo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), foram inicialmente comprometidos em “Água e Saneamento” um total de 23 milhões de euros em dois projectos: i) o PAISAS – Projecto de Apoio Institucional para o Desenvolvimento dos Sectores de Água e Saneamento em Angola, no montante inicial de 17 milhões de euros; e no ii) CFPA – Centro de Formação Profissional do Sector das Águas, no valor de 6 milhões de euros. O acordo para apoiar a criação do Centro foi assinado em Fevereiro de 2015.

No que se refere aos serviços de saneamento, foram relatados nas entrevistas os esforços realizados pelo Governo de Angola, nomeadamente nas zonas rurais, nas acções de sensibilização das comunidades para evitar a defecação ao ar livre e na construção de latrinas, inclusive com a formação das Comissões Municipais Sem Defecação ao Ar Livre (SDAL). Neste âmbito, a UNICEF, com financiamento da União Europeia (no valor total de 7,2 milhões de euros), promove o projecto “Expansão Efectiva de Intervenções de Alto Impacto no Sector de Água e Saneamento em Angola”.

A questão da água e do saneamento afecta as mulheres e em particular as mulheres rurais. Na sociedade angolana carregar água é tarefa da mulher. São muitos os desafios a serem enfrentados para uma efectiva promoção da IG no sector de água e saneamento, nomeadamente a falta de poder feminino nos processos de decisão. Ainda que presentes nos Grupos de Água e Saneamento (GAS), as mulheres ocupam, de forma geral, papéis secundários.

Em Angola, no âmbito deste diagnóstico, não foram identificadas organizações de mulheres que tenham esta temática como foco principal, embora a maior parte delas tenha desenvolvido projectos no âmbito do saneamento, nomeadamente na campanha de distribuição de lixívia ou de recolha de lixo.

7. Sector temático do ensino técnico-profissional, formação profissional e ensino superior

A valorização dos quadros nacionais está fortemente presente na agenda do Governo de Angola. Com efeito, nos últimos cinco anos foram adoptados um conjunto de instrumentos para a reforma do sector da educação, ensino superior e formação profissional. O PNFAQ, instrumento de implementação da ENFAQ, define um conjunto de orientações para o ajustamento da oferta formativa às exigências do mercado de trabalho. Para o efeito são definidas metas para a formação, até 2020, de quadros médios e superiores. No entanto, não são definidas metas para a promoção da igualdade de género.

De acordo com as entrevistas realizadas, uma das maiores barreiras para o ingresso e permanência das raparigas, quer no ensino técnico e profissional, quer no ensino superior, está relacionada com as dificuldades decorrentes da gravidez na adolescência e consequente conciliação entre os papéis de mãe e estudante.

Estima-se que a representatividade feminina no ensino médio técnico seja inferior à participação masculina, à excepção dos domínios de formação na área da saúde, como enfermagem e farmácia. O desequilíbrio tende a ser mais acentuado em diversos domínios da área das engenharias e ciências da administração e gestão. O mesmo se verifica ao nível do ensino superior onde, apesar do crescimento da participação das mulheres, sucede o mesmo em áreas consideradas como “tradicionalmente femininas”.

São poucos os pontos de contacto entre as universidades e as organizações da sociedade civil, nomeadamente com as organizações de mulheres. São pontuais os casos em que a universidade actua como parceira nos projectos de desenvolvimento. O fortalecimento da relação com as universidades poderia permitir às OSC desenvolver competências técnicas para assumirem um papel mais activo na discussão das políticas públicas, bem como da cooperação para o desenvolvimento.

8. Emprego formal e informal

A guerra civil teve claro impacto também no mercado de trabalho, deixando marginalizado o interior do País e destruindo, consequentemente, o mercado interno de grande escala. Actualmente o principal desafio enfrentado é o de diminuir a dependência do sector mineral extractivo, dado que

a capacidade de gerar emprego do sector petrolífero é baixa.

Para além da guerra, as diversas vagas de liberalização da economia acarretaram uma redução da procura de força de trabalho, tanto no sector público como no privado. A diminuição dos rendimentos das famílias forçou os agregados familiares a procurar alternativas de geração de recursos no sector informal.

A face mais visível do mercado de trabalho informal é o sector comercial retalhista. Este sector é composto por vendedores pobres em situação de luta pela sobrevivência. Os seus actores têm pouca capacidade de poupança e investimento, e baixo ou nenhum nível de escolaridade. Sobrevivem na dependência dos grandes importadores e na insegurança da ilegalidade. São inúmeros os trabalhadores que vivem do mercado informal, como, por exemplo, lavadores de carros, staff dos candongueiros, bagageiros, roboteiros, kinguilas, os organizadores de festas, engraxates. Estes trabalhadores são ignorados no seu contributo para o crescimento do País e na elaboração das políticas públicas.

No mercado informal, de forma geral, homens e mulheres empreendem actividades diferenciadas, de tal forma que prolongam a divisão sexual do ambiente doméstico. Não se vêem homens a preparar ou vender comida, por exemplo. As actividades exercidas pelas mulheres neste sector não exigem qualificações e são de baixo investimento. Consequentemente, são aquelas que proporcionam os mais baixos rendimentos.

O alcance dos programas de protecção dos grupos vulneráveis é limitado. Dada a fragilidade das políticas e programas de protecção social (segurança e assistência), as mulheres que actuam no sector informal têm sobrevivido graças às suas próprias iniciativas. Devido à dificuldade em aceder a linhas de crédito formal, a vendedoras estão organizadas em sistemas informais de crédito associativo, chamados de kixikila, geridos pelas próprias mulheres. Apesar dos progressos alcançados pelos mecanismos de entreaajuda como a kixikila, ou mesmo o acesso ao microcrédito, em muitos dos casos estes não constituem, por si só, mecanismos que permitam uma alteração profunda das condições de trabalho e sobrevivência. A família e as igrejas são os principais espaços de apoio.

9. Conclusões

Este diagnóstico salienta que, apesar dos recentes avanços em termos de políticas públicas, as mulheres em Angola ainda se encontram em desvantagem em termos económicos e sociais. Salienta ainda, de forma geral, a fragilidade institucional das OSC que actuam na área do género, donde concluímos que se justificam acções mais dirigidas para a promoção da igualdade de género no País.

A temática do género tem o potencial de contribuir para uma melhor interlocução entre as OSC e o Estado, para fortalecer o diálogo político entre diferentes correntes partidárias. Seria um bom ponto de partida para desenvolver e aprimorar os mecanismos de consulta e auscultação social, bem como de representatividade dos actores locais nos CACS, contribuindo assim para o processo de descentralização em curso no País.

Os acordos e convenções adoptados por Angola, bem como a aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica, permitem a crescente equiparação, em termos legais, entre homens e mulheres. O direito consuetudinário é, no entanto, frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher. Cumpre ter atenção para que a aprovação dos instrumentos legais e políticos não encubra as clivagens entre homens e mulheres em termos económicos e sociais.

Se as políticas públicas relacionadas com as questão de género têm sido cada vez mais enfatizadas no quadro legal e no discurso político, estas não tem correspondência orçamental nos programas do Governo, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais vulneráveis. A baixa dotação orçamental para as políticas e programas de promoção da IG em Angola exprime a forte distância entre os discursos políticos e a prática. Esta distância revela, por um lado, o conhecimento do problema e o interesse na promoção da mulher, e por outro, a falta de mecanismos (humanos, financeiros, políticos e estratégicos) para uma efectiva promoção da mulher.

O CMG, apesar de se tratar de um importante passo no processo de concertação entre os diversos actores, ainda não funciona de facto como um espaço efectivo de discussão das políticas públicas. A resposta por parte dos demais ministérios é muito reduzida e frágil. O CMG acaba por funcionar principalmente como um espaço de apresentação de planos e resultados.

Nas zonas rurais, as oportunidades de participação na vida política ainda são preferencialmente para os homens. A situação é ainda mais grave em províncias como a Lunda-Norte e a Huíla devido a uma forte cultura patriarcal. As mulheres, apesar de estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, estão em papéis secundários. Permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar. São limitadas as oportunidades de exercer cargos de liderança. Garantir a posse da terra pelas mulheres rurais é uma outra questão importante para a promoção da IG.

A concentração do poder nas mãos dos homens dá-se igualmente no sector da água e saneamento. Além da expansão dos serviços neste sector, que é de todo fundamental, importa assegurar o papel da mulher nas esferas de decisão. Embora na sociedade angolana seja tarefa da mulher carregar água, ainda que presentes nos GAS, elas ocupam, de forma geral, papéis secundários.

Em Angola, no âmbito deste diagnóstico, não foram identificadas organizações de mulheres que tenham esta temática como foco principal, embora a maior parte delas tenha desenvolvido projectos no âmbito do saneamento, nomeadamente na campanha de distribuição de lixívia ou de recolha de lixo. O envolvimento das organizações de mulheres na discussão sobre políticas públicas relacionadas com a água passaria necessariamente pela capacitação destas organizações nesta temática. Permitiria também dar visibilidade à contribuição das mulheres e ao enfoque da equidade de género nos debates sobre a água⁵.

O desafio que se apresenta para o sector da educação superior, para além da expansão já em curso, é o de assegurar a qualidade necessária da formação oferecida de forma a contribuir para melhor integração dos egressos no mercado de trabalho. Este diagnóstico também permitiu concluir que são poucos os pontos de contacto entre as universidades e as organizações da

sociedade civil, nomeadamente com as organizações de mulheres. Uma maior aproximação entre as instituições de ensino superior e as OSC permitiria, por um lado, ampliar os processos de reflexão e análise das questões de género em Angola, e por outro, as universidades poderiam dar um importante contributo para o fortalecimento institucional das organizações de mulheres.

O campo da formação profissional tem sido tratado pelo GdA como um espaço neutro, não considerando as assimetrias para permanência e acesso entre os géneros. As raparigas estão presentes sobretudo nas áreas consideradas como “tradicionalmente femininas”. Uma maior auto-representação das mulheres nas profissões consideradas como masculinas poderia contribuir para ampliar/mudar o padrão do ingresso das raparigas no sistema de formação profissional.

O mercado de trabalho angolano está também marcado por uma divisão sexual do trabalho. Além da guerra civil, o processo de liberalização económica implicou transformações que não se restringiram à esfera produtiva, influenciando consequentemente o papel da mulher na família e na sociedade. Além de empurradas para o sector informal, os cortes nos subsídios à educação e assistência social implicaram um peso acrescido para as mulheres. Requereram das mulheres maior dedicação às actividades de reprodução social e, consequentemente, a diminuição do tempo disponível para as actividades de produção económica. Criaram uma dinâmica de rendimentos cada vez mais baixos e, simultaneamente, cada vez maior necessidade de suprir a insuficiência de políticas sociais públicas. Ascender na carreira é outro desafio enfrentado pelas mulheres.

São frágeis os mecanismos de protecção social em Angola e o seu alcance é limitado. Estão direccionados principalmente para os ex-combatentes e suas famílias, distribuição de comida para alguns grupos vulneráveis, distribuição de próteses e cadeiras de rodas, formação profissional e outras pequenas iniciativas.

Finalmente, conclui-se que o desconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres nos diversos sectores da vida económica e social angolana contribui para a manutenção da desigualdade de género no País. Foi assim recomendado o apoio à realização de um conjunto de estudos com o objectivo de contribuir para a criação de uma base teórica que permita a “gendrificação”⁶ das políticas públicas angolanas, tanto na esfera da produção como da reprodução. Estes estudos constituiriam fontes de referência essenciais para os diferentes actores comprometidos com a promoção da igualdade de género no País.

10. Resumo das principais recomendações

Recomenda-se a da Delegação da União Europeia – DUE em Angola:

Maior apoio aos projectos na área de género, dado que estes projectos podem ser um bom ponto de partida para trabalhar outras questões do desenvolvimento, nomeadamente as questões da boa governação, já que a temática não é controversa e está espelhada nos programas de

⁵ Aragón, Leticia; Gil, María & Carmen Ramírez, 2007.

⁶ Embora esta expressão não exista na língua portuguesa, toma-se neste caso como referência Connell, no que se refere à concepção de género, mais como um processo do que como algo estabelecido: para o autor, “If we could use the word ‘gender’ as a verb (I gender, you gender, she genders...) it would be better for our understanding” (Connell, 1987: 140). Poder-se-ia utilizar também “generizar”, tomando como referência “engendering economics” (Folbre, 1996).

governo do partido no poder e no do maior partido da oposição. O 11.º FED pode constituir uma oportunidade para o estreitamento das relações entre a DUE e o MINFAMU, tendo por base as linhas de acção definidas na Direcção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género – DNIEG.

Assegurar que as necessidades de homens e mulheres são identificadas e incorporadas em todas as fases do ciclo do projecto na área de água e saneamento. Que os indicadores de género sejam de facto SMART e focados nos momentos das monitorizações e avaliações. De forma a estimular o envolvimento das organizações de mulheres nesta temática, recomenda-se o apoio a acções de sensibilização e, principalmente, intercâmbio na temática da água e do género com outras organizações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Recomenda-se ainda o apoio à UTG/PNFQ na recolha e consolidação da informação referente ao desenvolvimento do PNFQ. Da mesma forma, este apoio pode constituir uma oportunidade de transformar o PNFQ de gender-blind para gender-sensitive (de indiferente para sensível às questões de género), por meio da incorporação de metas e indicadores de género na análise do desenvolvimento do plano.

Importa trabalhar, tanto no sector da educação superior como no da formação técnico-profissional, a auto-representação das mulheres nas profissões consideradas como masculinas (e.g. na área da electricidade, mecânica, etc.). De igual forma, importa também trabalhar a auto-representação dos homens e mulheres com deficiência.

Apoiar acções que objectivem a criação de uma plataforma de discussão da legalização e regulamentação do trabalho doméstico. Estas acções são fundamentais para garantir os direitos laborais a esta categoria de trabalhadores, bem como a protecção do sistema público de segurança social e reforma. Importa estimular a discussão desta questão entre as organizações da sociedade civil. Da mesma forma, importa criar condições para a discussão do direito dos trabalhadores do mercado informal a mecanismos de protecção social.

Realizar estudos que permitam contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos e principais obstáculos para a integração, no mercado de trabalho formal e informal, nas temáticas abaixo indicadas:

- Analisar a integração das populações gays, lésbicas, transgender e transex, de forma geral ignoradas nos estudos sobre o género em Angola;
- Analisar a situação de mulheres e homens face à conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida profissional;
- Analisar as condições de integração de mulheres e homens no mercado de trabalho público e privado, particularmente enfatizando o tipo de actividade por sexo; os salários e remunerações por qualificação e por sexo; a posição hierárquica e as condições de promoção;
- Analisar o mercado de trabalho da prostituição, das mulheres enquanto agentes nestes mercados, também chefes de família e, principalmente, as suas relações com o sistema público social.

Finalmente, no âmbito de um novo ciclo programático de apoio aos actores não estatais, incluir a promoção da igualdade de género como eixo central, integrando-o numa estratégia mais ampla

de apoio ao desenvolvimento das organizações da sociedade civil e do diálogo em Angola. Embora se reconheça que esta área é trabalhada pelo programa de forma transversal e não como eixo principal, este diagnóstico salienta a temática do género como um caminho para o estreitamento das relações entre as OSC e as organizações do Estado, dado o reconhecimento da importância da promoção da IG por todas as partes.

Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção:

- Reforçar as ligações entre as universidades e as OSC angolanas, nomeadamente as organizações de mulheres.
- Contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional, em especial, mas não só, das OSC com enfoque nas questões de género, nomeadamente por meio de acções de formação nas diversas temáticas analisadas neste documento. A formação foi uma das questões mais mencionadas pelas organizações consultadas.
- Dar prioridade ao trabalho junto das lideranças femininas nas associações rurais, onde as mulheres, apesar de serem maioria, permanecem de forma geral silenciosas.

Recomenda-se ao PAANE II, no actual programa, considerar, tendo em conta as restrições orçamentais e o tempo que ainda falta para o seu encerramento (cerca de 6 meses), formação específica para os operadores de forma a contribuir para uma melhor incorporação da igualdade de género nas suas linhas de trabalho.



1 Apresentação do Relatório

– âmbito e objectivos do estudo

Angola está em paz desde 2002 (assinatura do memorando de Luena), após 27 anos de guerra civil. Apesar de ser o segundo maior produtor de petróleo do continente africano, Angola está classificada entre os países com baixo desenvolvimento humano. De entre os 187 países analisados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2013, Angola foi classificada na 149.^a posição⁷ (PNUD, 2014: 165), baixando uma posição em relação a 2012. Em termos de Índice de Desigualdade de Género (IDG), de acordo com dados de 2010, Angola foi classificada em 81.^a posição entre os 136 países analisados (PNUD, 2010). Cerca de 36% da população vive abaixo do limiar da pobreza e o desemprego permanece elevado, em 26% (African Economic Outlook, 2014: 2).

O país passou por décadas de distorções económicas, provocadas pela guerra civil, marcadas nos anos após a independência, em 1975, por uma economia de planeamento centralizado de matiz socialista e, nos anos 90, por um processo de liberalização económica com vista ao desenvolvimento de uma economia de mercado.

A guerra civil teve um enorme impacto na actual desigualdade económica e social em Angola, com uma influência clara ao nível do desenvolvimento social e mercado de trabalho. Se por um lado teve um efeito transformador sobre a posição e o papel das mulheres envolvidas no conflito, findo o conflito, e de forma geral, os papéis de género permanecem circunscritos na sociedade angolana, e mais fortemente no meio rural. A guerra civil e a instabilidade económica implicaram transformações que não se restringiram à esfera produtiva, influenciando o papel da mulher na família e na sociedade. Requereram das mulheres maior dedicação às actividades de reprodução social e religiosas, tendo como consequência a diminuição do tempo disponível para as actividades de produção económica.

O presente Diagnóstico de Género em Angola (DGA) pretende contribuir para a promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres. Foi realizado no âmbito do PAANE II (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais), um projecto financiado pela UE no âmbito do 10.º FED com cofinanciamento da Cooperação Espanhola, sob tutela do Gabinete do Ordenador Nacional do FED em Angola. O PAANE II enquadra-se nos Acordos de Cotonou que prevêm a associação

⁷ Desenvolvimento humano baixo. Embora apresente uma média de crescimento do IDH de 2,6% entre 2000 e 2013, é razoável indicar que esse crescimento está relacionado com o processo de paz de 2002.

dos actores não estatais (ANE) à formulação das políticas de cada Governo e às prioridades de cooperação. O objectivo global do PAANE II é de contribuir para a participação activa e para o reconhecimento dos actores não estatais na luta contra a pobreza e na promoção da governação. O PAANE II presta assistência técnica aos actores não estatais através de operadores provinciais (províncias de Benguela, Bié, Huila, Lunda Norte e Uíge) nos seguintes domínios: i) formação e capacitação; ii) pesquisa e estudos; iii) comunicação e as conferências da sociedade civil.

O PAANE trabalha a questão da promoção da IG de forma transversal no seu plano de acção. No PAANE I foi financiada a campanha “Desafiando o silêncio”, contra a violência doméstica, em parceria com o Fórum das Mulheres Jornalistas⁸. O PAANE II financiou e apoia este Diagnóstico de Género.

A igualdade entre homens e mulheres constitui um direito fundamental consagrado no artigo 23.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O artigo 8.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece que: “Na realização de todas as suas acções, a União terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres.” A Comissão reafirmou o seu compromisso para com a igualdade entre homens e mulheres por via da adopção da Carta das Mulheres e da Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2010-2015)⁹.

A igualdade de género é um dos cinco vectores transversais nas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento da UE, que neste âmbito adoptou (Junho 2010) o Plano de Acção para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento (2010-2015). Em Angola este plano de acção está a ser operacionalizado através de uma série de iniciativas: (i) Financiamento de projectos nas áreas de saúde, educação, justiça, água e saneamento, agricultura, desminagem; transversalidade do tema em todos os programas e projectos; (ii) Financiamento de projectos específicos de género no âmbito EIDHR e NSA-LA; (iii) Grupo Temático de Género criado no seio do Grupo de Direitos Humanos (DEL EU + EM); (iv) Lançamento do Estudo “Perfil de Género em Angola”; (v) Seminário de formação: Integração da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia (programas e projectos).

De forma a contribuir para a consecução do referido Plano de Acção 2010-2015, este diagnóstico procura identificar os caminhos e desafios de forma a assegurar que a promoção da igualdade de género esteja integrada na execução de todas as componentes e iniciativas dos programas e projectos desenvolvidos pela União Europeia no país (gender mainstream) nas suas diferentes etapas de execução (nomeadamente na programação e no acompanhamento dessas acções). Teve como base as três áreas temáticas a serem priorizadas no 11.º FED nomeadamente: (i) agricultura sustentável, (ii) água e saneamento, (iii) educação e formação técnica e profissional e ensino superior, assim como a dimensão transversal do emprego (sector informal; criação do próprio emprego, etc.).

⁸ A campanha tinha como principais objectivos: (i) Chamar a atenção da opinião pública para o drama da violência doméstica; (ii) Incentivar as vítimas a romperem o silêncio e denunciarem as agressões no seio familiar; (iii) Colocar a questão da violência doméstica no topo da agenda noticiosa nacional.

⁹ COM(2010) 491.

O objectivo global deste Diagnóstico é assim o de “avaliar a questão de género do ponto de vista da sua inclusão nas políticas de desenvolvimento de Angola e de apoiar o Governo de Angola (GdA) e a UE na integração das questões de género nos programas e projectos de desenvolvimento¹⁰”. De acordo com os TdR, o DGA deve:

- (i) Apoiar o GdA e a UE na promoção de uma abordagem integrada das questões de género nos programas e projectos de desenvolvimento (gender mainstreaming);
- (ii) Contribuir para a programação do 11.º FED, 2014-2020, no âmbito do qual os programas e projectos deverão ser identificados e formulados incluindo uma abordagem de género;
- (iii) Fornecer aos decisores do País parceiro e da UE informações claras sobre os principais desafios económicos e sociais da questão de género para as políticas, estratégias e os programas definidos e implementados por Angola, financiados pelo GdA, pela UE ou por outros parceiros;
- (iv) Realçar as insuficiências ligadas à integração do género que podem afectar de forma significativa ou não a realização das políticas públicas assim como as actividades de cooperação da UE e outros doadores.

Pretende-se assim que o Diagnóstico seja uma nova fonte de referência que poderá ser usada pela UE, pelo GdA e por diferentes actores: universidades, organizações da sociedade civil angolana e por todos os que trabalham, directa ou indirectamente, com a promoção da IG em Angola.

Espera-se que o DGA possa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas, tanto para a esfera da produção (nomeadamente no campo do emprego formal e informal) quanto da reprodução (ao articular estas questões com a esfera produtiva). Espera-se também que o DGA possa servir de contributo para uma melhor compreensão das mulheres enquanto agentes sociais e económicos, chefes de família. Também que contribua para a criação de uma dinâmica social que desperte a consciência pública para a questão do papel e das condições de vida e trabalho da mulher na sociedade angolana. A desigualdade de oportunidades, além de obstar ao desenvolvimento da mulher angolana, compromete o desenvolvimento saudável da sociedade como um todo.

1.1 Metodologia

O estudo foi delineado com base num processo participativo (tanto na definição das linhas principais quanto no desenvolvimento do trabalho de terreno)¹¹. Recorreu-se à técnica da bola-de-neve, partindo-se de uma listagem inicial de stakeholders e tendo-se acrescentado encontros à medida que estes foram sugeridos pelo PAANE II, DUE em Angola, outros doadores (PNUD, Cooperação Espanhola) e pelas ONG entrevistadas.

¹⁰ O presente Diagnóstico foi realizado segundo as orientações formuladas nos Termos de Referência (TdR) – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais – PAANE II. ANG/10.º FED/21954. Missão para a elaboração do estudo «Perfil de Género de Angola», p. 3.

¹¹ A solicitação para audiências/entrevistas foi apoiada pelo PAANE II e pelos Operadores no Uíge, na Huila e na Lunda-Norte por meio do envio de cartas aos principais actores considerados neste estudo. A carta indicava os objectivos e beneficiários do estudo. Após o envio das cartas a equipa do PAANE II e as consultoras realizaram uma série de ligações com o objectivo de obter respostas e marcar os encontros.

O estudo foi desenvolvido em três fases:

- (i) Na primeira fase foi realizada a recolha e análise de documentos;
- (ii) Na segunda fase foi realizada a missão de terreno (Outubro/Novembro de 2014) nas províncias de Luanda, Uíge, Benguela, Huíla (Lubango) e Lunda-Norte (Dundo). Além das entrevistas, a equipa do DGA participou em seminários e conferências realizados neste período de forma a acompanhar as discussões mais recentes relacionadas com as temáticas em estudo¹².
- (iii) A terceira fase foi caracterizada pela validação dos relatórios e entrega do relatório final:
 - (a) Validação do relatório pela equipa do PAANE II, pela DUE em Angola e pelo MINFAMU;
 - (b) Incorporação dos comentários recebidos;
 - (c) Entrega do relatório final;
 - (d) Workshop de apresentação e validação do DGA às principais partes interessadas.

1.2 Limitações do Diagnóstico

No plano científico, a investigação ficou limitada pela falta de dados estatísticos oficiais recentes. O último censo da população foi realizado em Maio de 2014¹³, mas até ao mês de encerramento do relatório (Março de 2015) ainda não tinha sido publicado na íntegra. Foram assim utilizados os dados do Relatório Preliminar e informações parciais divulgadas pelos meios de comunicação social, bem como uma apresentação powerpoint do Instituto Nacional de Estatística (INE). O censo anterior foi publicado na década de 1970 e, embora tenham sido realizados alguns trabalhos sociodemográficos complementares e parcelares, em algumas províncias, até 1983, estes não dão informação suficiente sobre a generalidade das mudanças na distribuição da população decorrentes da guerra civil e das profundas transformações ocorridas ao longo das últimas décadas. Para preencher esta lacuna, recorreu-se aos relatórios das organizações internacionais (indicados na bibliografia). Apesar do seu importante contributo, estes não podem ser considerados como um espelho exacto da realidade angolana.

Os contactos com as instituições do Estado, em Luanda e nas províncias, foram dificultados devido às necessidades de autorizações por parte do Governo central e dos governos provinciais. As cartas a solicitar as audiências foram antecipadamente enviadas, mas as reuniões agendadas na sua maior parte não se concretizaram.

Finalmente é necessário ainda destacar como um dos limites deste diagnóstico o prazo definido para o trabalho de campo, de 40 dias úteis, e que envolvia missões a cinco províncias e a análise de quatro áreas diferentes. Assim, ainda que se reconheça a importância da análise, dadas estas restrições, não foi possível analisar neste relatório as necessidades específicas de diversas populações, entre estas os idosos, os portadores de deficiência, LGBT, encarcerados.

12 Organizações envolvidas: (a) Unidade Técnica do PAANE – responsável pela maior parte da logística da missão, facilitou contactos bem como discutiu e acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos; (b) Delegação da União Europeia – identificou actores que trabalhavam na temática central do estudo e indicou as linhas mestras para o desenvolvimento dos trabalhos; (c) Operadores do PAANE nas províncias do Uíge (Igreja Anglicana), Huíla (Rede Mulher Huíla) e Lunda-Norte (Cruz Vermelha de Angola) – facilitaram contactos e a logística da missão nas províncias.

(a) Conferência FMJ; Fórum da Mulher Rural; (b) Workshop “Integração da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia (programas e projectos); (c) I Conferência Provincial da Sociedade Civil – Lunda-Norte; (d) Workshop para Validação do Plano Política Nacional de Equidade e Igualdade de Género.

13 O Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola (RGPH 2014 ou Censo 2014) foi realizado entre 16 e 31 de Maio de 2014. Primeiro depois da Independência Nacional (INE, 2013).



2 Contexto socioeconómico

Os Resultados Preliminares do Censo de 2014 (INE, 2014: 23) indicam que a população residente é de 24,3 milhões de habitantes¹⁴, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total)¹⁵.

Quadro 1: Resumo dos principais indicadores do contexto socioeconómico de Angola

População ¹	24,3 milhões, 11,8 milhões das quais do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total)
Percentagem de agregados familiares chefiados por mulheres ²	51,8%, sendo 51,4% na área urbana e 52,2% na área rural. O tamanho médio do agregado familiar é de 5,3 pessoas por agregado
Taxa de desemprego ³	Cerca de 26%
Percentagem da população abaixo do limiar da pobreza ⁴	Cerca de 36%
Taxa de crescimento/ano ⁵	Estimado em 3,9% para 2015
Economia ⁶	Economia petrolífera corresponde a cerca de 46% do PIB, 80% das receitas do Estado e 95% das exportações do País
Produção de gás natural ⁷	Calculado em 10,7 biliões de metros cúbicos (bmc) em 2011, de acordo com a OPEP. Reservas previstas para atingir 366 biliões de metros cúbicos
Taxa de inflação medida pelo IPC ⁸	2012 – 10,3% 2013 – 9,3% (estimada) 2014 – 8,3% (prevista) 2015 – 7,8% (prevista)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	(2013) Classificada entre os países com baixo desenvolvimento humano na 149.ª posição ⁹ .
Índice de Desigualdade de Género (IDG)	(2010) Classificada em 81.ª posição
Índice de gravidez na adolescência	Estimado em 170,2 por cada 1000 mulheres
Gasto total com saúde ¹⁰	3,494 % do PIB

14 O último Censo Geral, de 1970, apurou como população residente em Angola 5.646.166 habitantes.

15 Para a Dra. Marilena Gamboa, directora nacional para Igualdade e Equidade de Género, “estes indicadores evidenciam o peso da mulher enquanto força produtiva da Nação, população potencialmente activa, sendo também a que necessita maior número de serviços sociais, tais como a educação, a formação, a saúde e a protecção social”.

Gasto total de protecção social e saúde ¹¹	6% do PIB
A expectativa de vida no momento do nascimento ¹²	47 anos para as mulheres e 44 anos para os homens
Agregados familiares chefiados por mulheres ¹³	19,6% dos quais 23,6 na área urbana e 14,6% na área rural
Ajuda pública ao desenvolvimento ¹⁴	De 300 milhões de USD em 2002 para 200 milhões USD em 2011

Fontes: INE (2013), AEO (2014), CAD (2014), INE (2014), PNUD (2014), UNCTAD (2013), OMS

De acordo com o QUIBB, Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-Estar (2013: 7) 51,8% dos agregados familiares são chefiados por mulheres, sendo 51,4% na área urbana e 52,2% na área rural. O tamanho médio do agregado familiar é de 5,3 pessoas por agregado. A ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005) indica que “o nível de pobreza do agregado familiar está relacionado com o número de dependentes e, embora em menor grau, com o género do chefe do agregado”, conforme pode ser observado no quadro seguinte¹⁶:

Quadro 2: Estatuto de pobreza segundo o género do chefe do agregado familiar

Estatuto de pobreza	Género do Chefe do Agregado Familiar		Total
	Masculino	Feminino	
Pobre extremo	27,3	30,1	27,5
Pobre moderado	34,1	37,4	34,8
Não pobre	38,6	32,5	37,7
Total	27,8	34,8	100,0

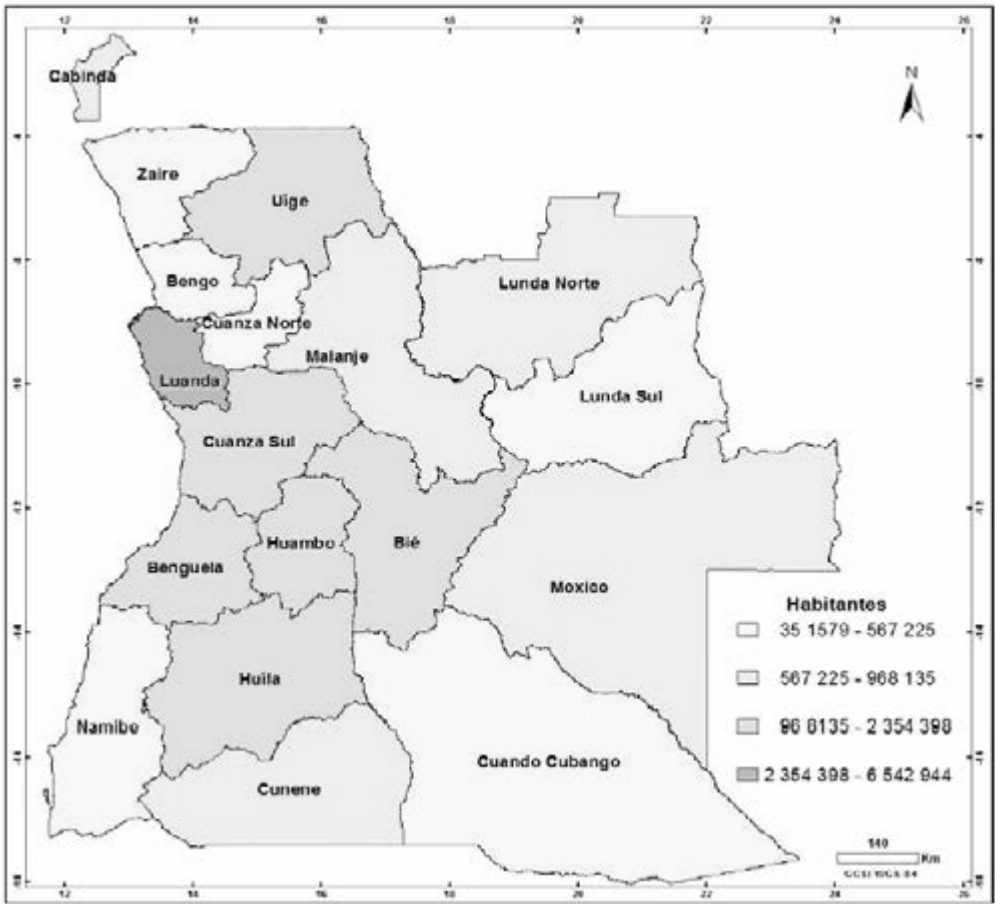
Fonte: ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005) com base no IDR 2001

A população é maioritariamente urbana (62,3%), com 15.182.898 residentes na área urbana e 9.200.403 residentes na área rural. A província de Luanda é a mais populosa, concentrando 27% da população do País¹⁷.

16 Ressaltando que a ECP usa dados do MICS 2001 para a análise dos agregados familiares.

17 INE (2014), p. 23. A taxa média anual de crescimento demográfico é estimada em 3,1%. A esperança de vida à nascença é de 48,9 anos. A taxa de fertilidade total foi estimada em 5,9 pelo FNUAP.

Imagem 2: Distribuição da população residente por província



Fonte: INE, 2014: 24

Esta concentração nas áreas urbanas tem origens na guerra civil, que, com algumas interrupções, se estendeu desde a independência em 1975 até 2002. O medo da violência e a falta de oportunidades de trabalho fez que parte significativa da população abandonasse o interior do País e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de segurança física e meios de sobrevivência. O conflito provocou a migração do campo para as cidades de cerca de 4 milhões de pessoas (Ministério das Finanças, 2007: 2).

Esperava-se que a situação da sobrepopulação das cidades melhorasse à medida que as populações regressassem às suas zonas de origem, mas isto não aconteceu, sobretudo porque muitos dos que ao longo dos 27 anos de guerra civil migraram para as cidades nelas encontraram alguma forma de reconstruir as suas vidas e estão pouco dispostos a retornar às suas zonas de origem. As cidades costeiras foram as mais visadas pelas novas vagas migratórias, em especial a capital, Luanda. A súbita concentração de pessoas nas áreas urbanas gerou uma procura acentuada de trabalho. As mulheres, com poucas ou nenhuma qualificações, foram especialmente afectadas e acabaram por encontrar espaço no mercado informal (ver secção referente ao sector informal). A feminização do mercado informal tem sido a principal fonte de sustento das famílias.

De acordo com Hodges (2002: 143), a guerra criou uma situação em que deixou de haver um mercado nacional unificado, “passando a existir uma economia de enclave no litoral que, dissociada do resto do País, tem vindo a depender quase exclusivamente das receitas do petróleo e a importar praticamente todos os bens e serviços”.

De acordo com a UNCTAD (2013: 2), Angola possui terras agrícolas e as condições climáticas que oferecem o ambiente propício para o desenvolvimento de uma variada gama de cultivos, tanto de zonas tropicais quanto temperadas, bem como para a produção pecuária. Apresenta ainda enorme potencial pesqueiro e hidroeléctrico. No período colonial, Angola era autossuficiente em todos os produtos-chave para alimentação, além de ser o 4.º produtor mundial de café, com cerca de 2500 grandes produtores e 250 mil agregados camponeses, o 3.º de sisal, o 9.º de banana. A produção agrícola incluía, entre outros produtos, o milho, a mandioca, o arroz, o algodão. A produção destas culturas era feita tanto por agricultores como por pequenos camponeses que comercializavam os excedentes da sua produção de subsistência (Alves da Rocha, 1999: 36; Hodges, 2002: 141).

Actualmente a economia petrolífera corresponde a cerca de 46% do PIB, 80% das receitas do Estado e 95% das exportações do País (AEO, 2014: 2-4) ¹⁸. A produção deve passar de 1,8 milhões de barris por dia (bpd) em 2013, para 2,0 milhões de bpd em 2016. A China é o destino de cerca de 50%. Esta concentração de exportações para a China tem aumentado ao longo do tempo, de 23,35% em 2009 para 49,6% em 2012. As receitas das exportações de Angola continuam altamente vulneráveis a uma queda no preço do petróleo, às perturbações da produção nacional de petróleo e a um abrandamento do crescimento na China (García-Verdú & Pedras, 2014: 3-4). A dependência em relação ao petróleo torna a economia angolana vulnerável às flutuações do preço do petróleo e da conjuntura internacional. Afecta directamente o mercado de trabalho, já que é baixa a capacidade do sector petrolífero de gerar emprego.

Apesar desta dependência do sector petrolífero, o crescimento do PIB de 5,1% foi impulsionado pela actividade não-petrolífera, nomeadamente a energia (22% de expansão), as pescas (10%), a agricultura (9%), a indústria manufactureira (8%) e a construção civil (8%) (AEO, 2014: 3). Em 2013 a economia angolana cresceu 5,1%, abaixo dos 7,1% esperados. Estimulado pelos grandes investimentos públicos em infraestruturas, o crescimento estava estimado em 7,9% em 2014 e 8,8% em 2015¹⁹. Entretanto, devido à baixa no preço do petróleo, e segundo a Economist Intelligence Unit, a previsão de crescimento foi revista em baixa, indicando que a economia cresça apenas 3,9%²⁰.

A análise da composição das importações evidencia a prevalência dos bens de consumo, que representaram em 2012 cerca de 58% do total das importações, com os bens intermediários a representarem cerca de 12% e os bens de capital os 30% restantes (García-Verdú & Pedras,

¹⁸ De acordo com o PND (República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012: 18) o peso do sector petrolífero nas receitas fiscais foi de 81,2% em 2007, 80,9% em 2008, 70,1% em 2009, 93,9% em 2010 e 79,6% em 2011.

¹⁹ De acordo com o PND (República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012: 15) a taxa de crescimento médio do PIB entre 2007 e 2011 foi de 9,2% ao ano, com uma taxa de crescimento de 23,2% em 2007 e 3,9% em 2011. Considerando apenas a economia não petrolífera, a taxa média de crescimento foi de 12,0% no mesmo período, com uma taxa de crescimento de 25,4% em 2007 e 9,7% em 2011.

²⁰ A previsão inicial da Economist Intelligence Unit para 2015 era de 4,4%. Fonte: <http://observador.pt/2015/01/25/economist-reve-em-baixa-crescimento-de-angola-para-39-este-ano/>

2014: 4). De acordo com a UNCTAD (2013: 6), em 2010, o valor das exportações angolanas, exceptuando o petróleo e seus derivados, gás e diamantes, chegou apenas a US\$ 266 milhões, o que corresponde a US\$ 13,9 per capita.

No contexto comercial²¹, a nível regional, Angola é um membro activo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e adoptou a decisão política, com outros membros da SADC (durante a cimeira de Lusaka em Agosto de 2007), de estabelecer uma zona de comércio livre (FTA). Não obstante, Angola ainda não faz parte da FTA da SADC, pois considera que devem ser criadas certas pré-condições gerais antes de se avançar para essa etapa de integração económica. Pelos mesmos motivos, também não faz parte do Acordo de Parceria Económica (APE) assinado em Julho de 2014 entre a UE e seis países da SADC (Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia) com vista a apoiar a integração regional dos países ACP e propiciar a integração harmoniosa e gradual desses países na economia mundial.

A União Europeia tem apoiado o reforço de capacidades em matéria de comércio internacional e investimento em Angola. Desenvolveu-se recentemente o programa “Trainfortrade”²², financiado pela UE e implementado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), destinado a estimular intercâmbios relacionados com o aumento das exportações não petrolíferas para criar um ambiente atractivo para os investimentos.

2.1 Principais desafios para a promoção da igualdade de género no País

As mulheres participaram na guerra civil de diversas formas, quer nas actividades de apoio, quer directamente nas frentes de combate. A guerra civil e a instabilidade económica implicaram transformações que não se restringiram à esfera produtiva, influenciando consequentemente o papel da mulher na família e na sociedade. A guerra civil exigiu das mulheres maior dedicação às actividades de reprodução em detrimento das actividades de produção económica. As suas vidas foram ainda transformadas indirectamente pela guerra em diversos aspectos: na sua integridade física (por exemplo, ao sofrerem acidentes ao terem de trabalhar nos campos agrícolas intensamente minados), com a morte de familiares, na sua educação e na dos seus filhos, nas actividades produtivas e profissionais, por meio dos processos de migração forçada do campo para a cidade.

Apesar do importante papel que as mulheres tiveram no período de guerra civil, seja como responsáveis pela cuidado e sobrevivência das famílias, como combatentes e participantes activas nos processos de paz, não lhes foi dado o devido reconhecimento quando do estabelecimento dos acordos de paz. Segundo Ducados (2004: 2), na sequência do Memorando de Luena, as combatentes femininas foram excluídas de quaisquer benefícios directos.

A desresponsabilização do Estado face aos sectores sociais, promovida pela implementação dos programas de ajustamento estrutural (finais dos anos 80), implicou dificuldades adicionais para as

²¹ http://eeas.europa.eu/delegations/angola/eu_angola/trade_relation/index_pt.htm

²² Para mais informações ver: http://eeas.europa.eu/delegations/angola/press_corner/all_news/news/2013/20131003_en_01.htm

mulheres. As intensas políticas de privatização e de liberalização económica não acautelaram a situação das camadas trabalhadoras em geral e das mulheres em particular.

Ainda hoje, se as políticas públicas relacionadas com as questões de género têm sido cada vez mais enfatizadas no quadro legal e no discurso político (ver sessão referente ao quadro legal), estas não têm correspondência orçamental nos programas do Governo, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais vulneráveis. De acordo com vários autores, as mulheres continuam ainda hoje em desvantagem em relação aos homens, em muitos aspectos relacionados com o desenvolvimento social e humano. De acordo com o MINFAMU, “há uma grande disparidade entre homens e mulheres em termos de rendimento, no acesso aos serviços básicos (energia, água e saneamento), no acesso à habitação, à terra e ao crédito e no acesso à formação contínua de um considerável número de mulheres”²³. São estas disparidades que justificam a preocupação e os esforços empreendidos por diversos actores no sentido de uma maior igualdade de género (IG).

Tomando-se como base os desafios identificados pelo Plano de Acção para a Igualdade e Equidade de Género – Projecto Preliminar (MINFAMU, 2014: 11-12)²⁴ são aqui indicados, num conjunto de domínios, os principais desafios para a promoção da IG:

No domínio dos serviços básicos, educação transversal e saúde por parte das mulheres:

- (i) Elevadas taxas de analfabetismo (aproximadamente 50% entre as mulheres, problema mais grave na área rural que na área urbana);
- (ii) Elevadas taxas de abandono escolar devido a gravidez precoce;
- (iii) Insuficiência da rede de serviços especializados em saúde reprodutiva, cuidados maternos infantis e planeamento familiar;
- (iv) Menores capacidades económicas das mulheres no acesso à saúde;
- (v) Maior vulnerabilidade em termos de segurança alimentar e nutricional por parte das mulheres;
- (vi) Menores capacidades económicas de acesso à água, energia e saneamento;
- (vii) Fraca defesa dos direitos das mulheres;
- (viii) Disposições legais insuficientes relativamente à fuga à paternidade.

É limitada a cobertura dos serviços de saúde no País, nomeadamente dos serviços de ginecologia e obstetrícia. Os serviços, de forma geral são oferecidos nas capitais das províncias, o que limita a possibilidade de acompanhamento das gestantes que vivem nos municípios e comunas mais distantes. O acesso a meios de transporte também é limitado. Para a UNCTAD (2013: 15), o problema da falta de acesso a uma assistência médica fiável e regular em Angola constitui um pesado fardo para as mulheres, primeiramente devido às repercussões negativas sobre a sua própria saúde e em segundo lugar em vista do tempo considerável que devem dedicar aos cuidados dos enfermos e membros idosos da sua família. Assim, a sua capacidade de actuação na sociedade e na economia vê-se substancialmente reduzida.

De acordo com o Centro de Estudos e Investigações Científicas da Universidade Católica de Angola – CEIC (2013: 51), a gravidez é um estado que ainda comporta riscos para as mulheres angolanas. Em 2013 apenas cerca de um terço das mulheres grávidas do País (1 092 000)

²³ “Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género”, apresentação em powerpoint no Workshop para Validação do Plano Política Nacional de Equidade e Igualdade de Género, 2014, Luanda.

²⁴ Plano de Acção para a Igualdade e Equidade de Género Projecto Preliminar. Constrangimentos.

frequentaram os serviços de saúde materno-infantis (significando isto que fizeram, pelo menos, uma consulta pré-natal) e somente cerca de 47% destas teve parto assistido por pessoal de saúde qualificado²⁵. Mais de três quartos da mortalidade materna devem-se a causas decorrentes da própria gravidez (como abortos espontâneos, hemorragias e infecções), enquanto as restantes mortes resultam de doenças como a malária ou a hepatite²⁶.

O elevado índice de gravidezes na adolescência é outra questão a ser destacada, estimado em 170,2 por cada 1000 mulheres (PNUD, 2014: 180). Nas entrevistas, este foi o factor mais citado em relação à dificuldade de continuação dos estudos pelas raparigas, quer no ensino técnico e profissional, quer no ensino superior. Acaba também por afectar a capacidade das jovens mulheres de desenvolverem os seus negócios.

A fragilidade dos programas de educação sexual e reprodutiva foi identificada como um constrangimento importante por uma série de organizações contactadas (Rede Mwenho, ADPP, PMA, Imãs São José). A desinformação neste campo entre os rapazes e raparigas contribui para a fragilidade da saúde da mulher, o aumento da violência sexual, a alta taxa de gravidez precoce, o alto índice de natalidade e principalmente a falta de poder de decisão em relação ao seu corpo.

No domínio da violência doméstica:

- (i) Direito sucessório tradicional que deixa desprotegidas as mulheres viúvas²⁷;
- (ii) Peso das obrigações domésticas que dificulta nomeadamente o acesso à educação;
- (iii) Direito tradicional lesivo para as mulheres em termos de violência, casamento forçado e precoce, vulnerabilidade ao VIH/SIDA e doenças sexualmente transmissíveis;

De acordo com a United States Agency for International Development – USAID²⁸ em 2010, 831 casos de violência doméstica foram registados pela polícia, 6000 pelo MINFAMU. A USAID refere ainda que as estatísticas policiais e ministeriais subestimam o número de casos de violência doméstica, uma vez que muitas, se não a maioria das vítimas, crêem que as autoridades não as ajudariam e temem represálias se denunciarem os abusos. Os maridos e os namorados seriam os perpetradores da maioria dos casos de violência. Não se encontram disponíveis estatísticas sobre condenações por violência contra as mulheres.

No âmbito da Lei Contra a Violência Doméstica – LVD (Lei n.º 25/11), considerada como uma das principais conquistas para a igualdade de género em Angola, apesar das campanhas de divulgação realizadas pelo MINFAMU e pelas OSC, faltam os instrumentos de apoio à execução da lei (advogados disponíveis²⁹, tribunais, redução dos procedimentos burocráticos, casas de abrigo e legislação adequada para a sua utilização), bem como uma maior divulgação nas províncias, sobretudo nas principais línguas nacionais.

²⁵ Percentagem esta ainda assim superior ao nível da África Subsariana, que apresenta uma média muito baixa de 41%.

²⁶ Foram notificadas 550 mortes maternas, tendo como principais causas directas a hemorragia (141), a pré-eclampsia (69), a infecção puerperal (37), a ruptura uterina (27), o aborto (30) e, como causas indirectas, a malária (79) e a hepatite (15).

²⁷ Por exemplo, na província da Huíla foram relatados casos de expropriação dos bens e do acesso à terra, quando da morte do marido.

²⁸ Fonte: <http://portuguese.angola.usembassy.gov/human-rights2011.html>.

²⁹ Embora a UNCTAD (2013: 15) refira que “o MINFAMU mantém um programa em parceria com a Ordem dos Advogados de Angola de modo a oferecer assistência jurídica gratuita às mulheres vítimas de abuso”.

Falta informação sobre a existência e localização das casas de abrigo nas organizações de mulheres (embora actualmente só uma esteja em funcionamento). Embora seja sabido que as informações sobre a localização das casas de abrigo devam ser restritas para a protecção das vítimas, nenhuma organização soube informar se em Luanda estas existem e se estão em condições de receber as vítimas. A única casa-abrigo operacional no País é da Organização da Mulher Angolana – OMA, que tem capacidade para receber 12 pessoas. No Uíge já houve uma casa em funcionamento, que chegou a abrigar uma vítima, mas já não está ao serviço da DIFAMU.

Faltam dados consolidados sobre o número de denúncias e sobre a caracterização do tipo de violência. As vítimas apresentam queixas tanto na OMA, como no MINFAMU e nas DIFAMU, como nas esquadras policiais e na Direcção Nacional de Investigação Criminal – DNIC (que tem um sector específico para estes casos). Há ainda o caso daquelas que não apresentam queixa e se dirigem directamente para os hospitais. A consolidação de todos estes dados permitiria analisar a real dimensão do problema a nível provincial e traçar estratégias de âmbito micro, de acordo com as diferentes realidades. Por outro lado, o trabalho de aconselhamento das vítimas e dos casais, a orientação jurídica para o encaminhamento legal dos casos, teria um melhor acompanhamento, até ao nível das soluções encontradas. Pois não basta divulgar o número de casos que acontecem, se não houver em contrapartida uma análise das soluções encontradas para as vítimas. A reincidência dos casos, quer por acções de agressão, psicológica, ou por falta de apoio paternal às crianças, seria outro aspecto a considerar, não só do ponto de vista legal, como também dos custos que o Estado e as próprias famílias suportam nestas situações. Este assunto também carece de uma análise financeira.

A poligamia é, de forma geral, socialmente praticada na sociedade angolana, inclusive incentivada entre algumas sociedades rurais. O IFAD (2002: 3) refere que, como resultado da guerra civil, muitas mulheres tinham de aceitar viver em relações poligâmicas: “elas acham difícil casar ou voltar a casar depois da morte do marido, especialmente se sofreram violação durante o conflito, se contraíram doenças transmissíveis sexualmente (DTS) ou se engravidaram”. A prática da poligamia interfere directamente na sobrevivência do agregado doméstico, na qualidade de vida da família e na sobrecarga de trabalho da mulher. Nomeadamente nas áreas urbanas, dado que o homem divide-se entre mais de uma família, a responsabilidade pelo cuidado e sustento do agregado (especialmente naqueles de classe mais baixa) acaba concentrada na mulher.

De acordo com a UNCTAD (2013: vii), embora a idade mínima para o casamento seja 18 anos, excepcionalmente reduzida em alguns casos para 16 e 15 para meninos e meninas respectivamente, essa regra não é efectivamente cumprida e a idade tradicional para o matrimónio geralmente coincide com o início da puberdade. O casamento costumeiro é prática comum e as evidências sugerem que a maioria casa-se segundo as normas do direito consuetudinário.

Não foram relatadas práticas de mutilação genital. Há relatos de banhos (descritos como agradáveis) seguidos de massagem, preparados com água quente e erva chamada “capim de Deus”, com o objectivo de estreitar o canal vaginal depois do parto de forma a manter o prazer masculino. Outra refere-se ao estiramento dos lábios vaginais para aumentar o prazer feminino. Estudos poderiam contribuir para clarificar esta realidade. Para analisar esta questão seriam necessários estudos mais aprofundados referentes às práticas nefastas entre as mulheres e meninas.

Para a USAID³⁰ existem “outras práticas tradicionais nocivas” como as relatadas por líderes religiosos nas províncias da Lunda Norte e do Uíge, referentes à ocorrência de casos de violência em idosos, mulheres e crianças em resultado de acusações de feitiçaria. Algumas mulheres foram mortas, espancadas ou expulsas das suas famílias ou morreram devido a maus tratos e desnutrição. Os líderes religiosos que oferecem abrigo às vítimas em locais ligados à Igreja informaram que a polícia não agiu por recear que as mulheres pudessem praticar feitiçaria contra eles.

No acesso a recursos e oportunidades:

- (i) Dominância masculina em vários aspectos relacionados com a família, na área económica e laboral e em termos de poder decisório;
- (ii) Pobreza mais elevada das mulheres e menor poder económico;
- (iii) Menores oportunidades no acesso ao mercado de trabalho formal;
- (iv) Menores oportunidades de acesso à terra;
- (v) Menor acesso à protecção social, em especial na economia informal.

Para o Banco Africano de Desenvolvimento, o aumento da actividade económica fora de casa entre as mulheres não reduziu a quantidade de trabalho não remunerado necessário a ser realizado em casa, o que levou a um aumento da sua carga de trabalho total. Isso também significa que as crianças têm de ser deixadas sem qualquer supervisão desde tenra idade (BAD, 2008). Sendo na sociedade angolana a responsabilidade pelo trabalho doméstico principalmente da mulher, quer no meio urbano quer no meio rural, faltam ainda estruturas de apoio que permitam uma melhor conciliação entre as responsabilidades domésticas e as responsabilidades do trabalho externo (Esta questão será mais bem desenvolvida na secção referente ao emprego formal e informal).

As atitudes culturais ajudam a manter as mulheres numa posição subordinada tanto na família como na comunidade em geral. A AIN (Ajuda da Igreja Norueguesa)³¹ identificou algumas percepções que levam a uma desvalorização do papel da mulher, de onde se destacam as seguintes (2011: 18):

- (i) A mulher é vista como um ser com menos valor que o homem e como um ser inferior e dependente;
- (ii) As próprias mulheres consideram que são elas que se colocam em situação de vulnerabilidade pela maneira de vestir e pela desobediência em relação aos homens;
- (iii) A mulher é a que mais participa nas igrejas, no entanto está mal representada nos processos de tomada de decisão;
- (iv) A liderança feminina é reconhecida apenas pela sua responsabilidade junto das mulheres;
- (v) Tanto pastores como pastoras envolvidos na resolução de conflitos familiares que envolvem violência usam mensagens de aconselhamento que reforçam o papel de submissão da mulher em favor do homem no sistema do patriarcado.

Além das questões acima indicadas, nas entrevistas foi também apontada a existência de obstáculos acrescidos e práticas discriminatórias em relação às mulheres portadoras de deficiência. De acordo com a Rede das Associações de Portadores de Deficiências – RAPED:

³⁰ <http://portuguese.angola.usembassy.gov/human-rights2011.html>.

³¹ Estudo no âmbito do programa da União Cristã Feminina para o empowerment das raparigas no enfrentamento de situações de violência. Ver: Lowe, Helena; Bonanzi, Judith & Sousa dos Santos (2011).

“As mulheres com deficiência são duplamente discriminadas, primeiro como mulheres, depois como deficientes. São discriminadas pelo próprio parceiro. Eles acham que quando fazem um filho com elas estão a lhe fazer um favor.”

Embora este relatório não se debruce sobre a área da saúde, destacam-se, brevemente, os obstáculos acrescidos enfrentados pelas mulheres portadoras de VIH-SIDA. Há uma forte concentração de infecções nas mulheres em idade fértil³², sendo a prevalência global para as mulheres grávidas estimada em 3%, apresentando uma menor taxa, de 2%, em jovens grávidas dos 15-24 anos³³. De acordo com as entrevistas realizadas, muitos casos de VIH-Sida são detectados nas consultas pré-natais. Relativamente à transmissão vertical, as estimativas do SPECTRUM para 2013³⁴ apontam para 3963 crianças VIH positivas, nascidas de uma estimativa de 15.575 grávidas seropositivas, correspondendo a uma taxa estimada de 25,4%.

- Os obstáculos enfrentados pelas mulheres seropositivas referem-se a um conjunto de questões:
- (i) No âmbito do acesso ao tratamento: embora os retrovirais sejam distribuídos gratuitamente, as unidades de saúde estão concentradas nas capitais das províncias, o que, devido à distância e à falta de recursos, diminui a possibilidade de tratamento para as mulheres rurais;
 - (ii) Faltam apoios sociais específicos para este grupo. A falta destes apoios prejudica não só as mulheres quando o seu quadro clínico dificulta a obtenção do seu sustento, mas a sobrevivência do próprio agregado familiar, quando é a mulher a responsável. As crianças que perdem a mãe para o VIH-SIDA ficam em situação de extrema fragilidade;
 - (iii) Obstáculos de ordem cultural: a Rede Mwenho indica que há maior dificuldade para as mulheres casadas em utilizar o preservativo, mesmo entre casais sorodiscordantes: “Falta poder à mulher para dizer não.”

Quadro 3: Síntese VIH-SIDA

Prevalência global do VIH	Estimada em 2,38% em adultos dos 15-49 anos
Prevalência global para as mulheres grávidas	Estimada em 3%, apresentando uma menor taxa, de 2%, em jovens grávidas dos 15-24 anos.
Pessoas 15 anos e mais vivendo com VIH	223.350
Crianças (0-14 anos)	29.103
Mulheres	145.385
Grávidas seropositivas	15.575

Fonte: GARPR, 2014: 6

A Rede Muwenho já registou diversas denúncias de violação dos direitos das seropositivas, muitos deles relacionados com a expulsão das esposas de casa quando o marido é informado de que ela é seropositiva. Devido à demora dos trâmites legais, a Mwenho tenta que o marido continue a arcar com as despesas dos filhos enquanto tramita o processo.

As portadoras de VIH-Sida nas zonas rurais enfrentam problemas adicionais. Há muitos abandonos do programa de retrovirais especialmente pela baixa cobertura dos serviços de saúde e de um programa de saúde da família que passe pela comunidade, conforme indica a Rede Mwenho Uíge: “já não é mais gratuito porque eu tenho que pagar o transporte até ao hospital”. Também foi citada a ausência de sistemas de apoio domiciliário.

32 De acordo com o CEIC (2013: 53-54) até finais de 2013 registaram-se um total de 15 300 casos de VIH/SIDA, correspondendo a 0,3% do total de infecções registadas no País, considerando-se a população estimada em 21 milhões de habitantes. A estrutura etária de infecções relevantes tem início aos 15 anos de idade, sendo contínua a sua progressão. A faixa etária que mais realiza testes e que é a mais afectada vai dos 15 aos 49 anos de idade, com um acumulado de 588.000 testes realizados. Destes 23.000 testes foram positivos, representando 90,4% do conjunto de resultados positivos. O grupo mais afectado foi o de 20 a 29 anos, com 46% de testes positivos, seguido do dos 30 a 39 anos, com 25% de testes positivos.

33 GARP 2014: 6.

34 GARP 2014: 6.



3 Quadro legal relativo à igualdade de género e os seus recentes avanços

3.1 Acordos e convenções internacionais ratificados por Angola

As interações com os debates e mudanças políticas internacionais contribuíram para a criação de uma consciência crítica quanto à problemática dos direitos das mulheres. Em 1975, foi realizada pelas Nações Unidas, no México, a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, em que foi proclamada a Década da Mulher. Em 1979, as Nações Unidas adoptaram a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação – CEDAW.

Angola é signatária da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), assinada em 1979³⁵ e ratificada em 1984, da Plataforma de Acção de Beijing (1995). Ratificou o Plano de Acção do Cairo 1994, a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento (Convenções 100 e 101) (1998)³⁶. É signatária da Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

A nível continental, a União Africana indica, no seu acto constitutivo, que funciona em conformidade com a promoção da igualdade dos géneros (Artigo 4, letra L, 2000). Angola aderiu à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (designada Carta Africana) em 1990. Angola também assinou, embora não tenha ainda depositado, o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos das Mulheres em África³⁷. A nível regional, Angola é signatária da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento (1997).

Angola assinou ainda com a eu, em 23 de Julho de 2012, o Joint Way Forward que, na área da boa governação, indica a promoção da cultura democrática, do desenvolvimento da capacidade institucional, transparência (accountability) na gestão dos recursos públicos, promoção das leis internacionais de direitos humanos, incluindo os direitos das crianças e a IG³⁸.

35 Artigo 1.º: "(...) a expressão 'discriminação contra as mulheres' significa qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objectivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio".

36 MINFAMU, DNIEG (2014: 8).

37 Assinada a 22/01/07. Amnistia Internacional (2012:14).

38 União Europeia & República de Angola (2012: 2).

3.2 Política Nacional de Género e outros compromissos assumidos a nível nacional

A nível nacional, os princípios da igualdade e não discriminação estão definidos no quadro legal nacional. A Constituição da República (promulgada a 5 de Fevereiro de 2010) contempla o “Princípio da igualdade” nos artigos primeiro e segundo³⁹. A Lei n.º2/2005, de 1 de Julho, Lei dos Partidos Políticos, contém uma provisão de representação de género não inferior a 30%. A Lei Geral do Trabalho considera que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação⁴⁰ (Lei n.º 2/2000 de 11 de Fevereiro). Actualmente esta lei está em processo de revisão.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 – PND, no capítulo 6, referente às Políticas Nacionais de Desenvolvimento (secção 6.1., Política de População, Objectivos de Política com Prioridade, c) estabelece a necessidade de “aplicar uma Política de Igualdade de Género que promova, para homens e mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, política e social”⁴¹. Ainda na secção 6.1., secção dos Programas de Acção Fundamentais, a letra C contempla exclusivamente a “Promoção da Igualdade de Género” com o objectivo de “Promover, para homens e mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política⁴²”. Objectivos específicos para a área do género estão indicados também nos demais capítulos do PND.

O discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional de Auscultação da Mulher Rural (2014) enfatizou a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural. A partir dessa orientação foi validado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural 2015-2017⁴³, através do Comité Nacional para Promoção da Mulher Rural. O plano apresentou estratégias, a previsão orçamental, bem como as recomendações do Fórum Nacional de Auscultação Nacional da Mulher Rural. Os objectivos definidos estão em concordância com o PND, nomeadamente a redução da pobreza e a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O MINFAMU tem trabalhado na divulgação da Lei Contra a Violência Doméstica. Também no desenvolvimento do Plano Executivo e Regulamento desta Lei⁴⁴, embora com diversos desafios

a serem superados (ver secção 2.1). Em 2013 foi aprovado o Decreto nº 222/13⁴⁵ – Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género e Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para Implementação e Monitorização (PNIEG) (ver secção a seguir).

De acordo com a ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005: 80), o direito consuetudinário ou tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, colocando-a em situação de grande vulnerabilidade, nomeadamente no que respeita ao matrimónio, aos direitos de propriedade, à custódia dos filhos, à prática de adultério, entre outras questões. Para a UNCTAD (2013: 19) existem diferenças substanciais quanto à aplicação do direito consuetudinário nas várias regiões e comunidades angolanas. Em algumas áreas, os princípios norteadores do direito de herança são determinados por parâmetros quer matrilineares quer patrilineares, sendo o Moxico um dos casos onde agregados familiares são frequentemente chefiados por mulheres, conferindo-lhes uma condição social mais elevada além de um importante papel no âmbito comunitário. As mulheres também podem ser eleitas como chefes de clãs e a poliandria é comumente praticada.

3.3 Instituições e políticas públicas na área da promoção da igualdade de género

Em Angola a existência de uma estrutura específica para tratar das questões relacionadas com a mulher data de antes da independência. Durante a guerra anticolonial foi criada a OMA (1962), com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar apoio à campanha nacionalista⁴⁶. A OMA, além de organizar a participação das mulheres dentro do MPLA, interligava-as com mulheres que pertenciam a outras organizações de diversos países, envolvidos directa ou indirectamente com a luta anticolonial⁴⁷.

Durante o período da guerra, as mulheres da OMA realizaram todo o tipo de actividades necessárias para a continuidade da luta anticolonial, trabalharam como tradutoras, redigiam relatórios, muitas vezes faziam a ponte entre as populações (ouviam as suas queixas e reclamações) e os combatentes. Trabalharam na sensibilização e mobilização para a causa anticolonial, e em particular das mulheres. A OMA trabalhava no exterior na redacção e emissão de programas de rádio, na distribuição de boletins, na procura de apoios para o movimento. Actuava também no envio de roupas e mantimentos para as bases, no desenvolvimento de pequenas acções de formação, na alfabetização das mulheres, das crianças, na realização de trabalhos de apoio (cozinhar, limpar, lavar), no cultivo das lavras, na distribuição de roupas para as crianças das escolas, entre outras coisas. As mulheres da OMA foram também combatentes. Deolinda Rodrigues é um símbolo das mulheres da OMA que estiveram no combate⁴⁸ (ver Rodrigues, 2003). Com o processo de transição para o multipartidarismo, a OMA deixou de estar relacionada directamente com o Governo e assumiu o estatuto de organização político-partidária do MPLA.

Em substituição formal do espaço ocupado pela OMA na esfera governamental, foi criada em 1991

39 “1. Todos são iguais perante a Constituição e a lei. 2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão”.

40 Artigo 3.º, Direito ao Trabalho. 1. Todos os cidadãos têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação baseada na raça, cor, sexo, origem étnica, estado civil, condição social, ideais religiosos ou políticos, filiação sindical ou língua.

41 PND (República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012: 45).

42 Medidas de Política: i) Promover o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para homens e mulheres, independentemente da raça ou origem étnica, religião ou crença, idade ou orientação sexual; ii) Fomentar todos os aspectos da igualdade de oportunidades nas políticas de emprego, incluindo a redução da segregação profissional e a ajuda à conciliação da vida profissional e familiar, bem como contrariar a persistente subrepresentação das mulheres em todas as esferas de decisão; iii) Promover a igualdade de acesso e o pleno exercício dos direitos sociais entre homens e mulheres; iv) Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário até 2017 e nos restantes níveis até 2025; v) Promover a igualdade na vida cívica e contribuir para uma mudança nos papéis e estereótipos de género (República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012: 47-48).

43 Em 15/10/ 2014, em reunião realizada no ENAD.

44 Revista Estamos Juntos, 19 (2014).

45 Aprovado na 6.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, em 25 de Dezembro de 2013.

46 Na UNITA, as mulheres envolvidas na luta anticolonial estavam organizadas por meio da LIMA, fundada em 1973.

47 e.g. Federação Democrática Internacional das Mulheres – FDIM, Federação das Mulheres Cubanas – FMC, União Democrática das Mulheres – UDEMU, organização de massas do PAIGC.

48 No entanto, a relação da OMA com o MPLA nem sempre foi de total entendimento sobre o papel a ser exercido pela mulher na luta anticolonial. Sobre esta relação Deolinda Rodrigues (2003: 178) cita no seu diário: “... o comissário recusa-se a fornecer camaradas para ajudar-me na lavra: que a OMA faça o seu trabalho e o guerrilheiro o seu”.

a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPDM⁴⁹. As actividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado não tiveram o impacto necessário para alterar a situação de desigualdade da mulher em Angola. Durante os seus seis anos de existência, a Secretaria de Estado concentrou as suas actividades na sua própria expansão e na realização e participação em eventos relacionados com a situação da mulher na sociedade angolana⁵⁰. Devido à formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), a SEPDM foi transformada, em Abril de 1997, no Ministério da Mulher, funcionando até Setembro de 1997, quando adoptou a sua actual designação de Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU).

De acordo com o seu estatuto orgânico, aprovado pela Assembleia Legislativa em 1997, o MINFAMU encarrega-se de “definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade em geral”. O Ministério enfrenta dificuldades tanto em termos de recursos humanos quanto orçamentais. O seu quadro de funcionários é limitado e estes necessitam de acesso a acções contínuas de formação na área das temáticas relacionadas com a promoção da mulher e da igualdade de género.

De entre os órgãos do MINFAMU, destaca-se a Direcção Nacional para Igualdade e Equidade de Género (DNIEG) que é o serviço executivo encarregue de acompanhar a execução da PNIEG entre as várias instituições governamentais, não-governamentais e sociedade civil”⁵¹.

A PNIEG reconhece a responsabilidade do Estado “na implementação de políticas que incidam na promoção de oportunidades iguais, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política das mulheres e dos homens; a necessidade de se melhorar a condição de vida das famílias e das mulheres através de políticas e programas que privilegiem a moralização da família e da sociedade em geral”⁵². Define 35 objectivos específicos, de forma a atender às metas do PND e dos Acordos e Protocolos Internacionais ratificados por Angola. O MINFAMU está a desenvolver a estratégia de implementação do Plano de Acção da PNIEG que envolve a sensibilização e divulgação da PNIEG e o desenvolvimento de medidas para o monitoramento das acções desenvolvidas pelos parceiros⁵³. Cabe assegurar que os dispositivos previstos na PNIEG estejam associados à definição do orçamento necessário para o seu cumprimento.

Para a Plataforma Mulheres em Acção – PMA, um dos grandes desafios para a promoção da IG no País é a integração da administração provincial e local nas discussões em desenvolvimento a nível nacional assim como o desenvolvimento de uma cultura de publicação da informação, não só pelo MINFAMU mas pelas demais organizações do Estado.

Embora presente em todas as províncias por meio da DIFAMU, os recursos humanos e financeiros

49 Esta instituição tinha como missão: “definir, propor, promover e executar a política do Estado no domínio da promoção da mulher em todas as áreas da vida política, económica e social nacional, materializando a igualdade entre mulheres e homens consagrada na Lei Constitucional, em colaboração com outros órgãos de Estado” (MINFAMU, 2001).

50 Tais como: “Políticas Sexualmente Neutras”, “Mulher e sua Participação no Poder Público”, “1.ª e 2.ª Conferências Nacionais sobre a Mulher”, “5.ª Conferência Regional Africana sobre a Mulher”, “4.ª Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher”.

51 União Europeia, 2014.

52 Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), Direcção Nacional para Igualdade e Equidade de Género (DNIEG), 2014: 7.

53 Está a desenvolver outros projectos que aqui não foram mencionados, e.g. SiSgénero, formações em parcerias com grupos empresariais – como a parceria com a CAPILONGO para formação na produção de mel e sabão na região Norte.

descentralizados são limitados. É pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalhos das DIFAMU em relação ao MINFAMU, actuando como implementadoras dos programas definidos por Luanda. As DIFAMU actuam principalmente na resolução dos casos de violência doméstica por meio da promoção de sessões de conciliação e quando necessário no encaminhamento jurídico dos processos. Intervêm também nos casos de regulação dos casos de pensão alimentícia (onde por vezes o pagamento é realizado na própria DIFAMU como mecanismo de prova).

O MINFAMU destaca-se positivamente pela sua capacidade de diálogo com diversos tipos de organizações. De acordo com os actores entrevistados, conforme inclusive foi relatado pela presidente da LIMA, há um esforço contínuo para recolher a opinião de um conjunto de organizações de mulheres quando da definição das políticas do Ministério. Ainda assim, caberia investir no reforço dos canais estruturados de diálogo entre o Ministério e as organizações da sociedade civil, já que com parte destas organizações, e nomeadamente as de menor porte, o contacto com o Ministério acontece por meio da participação em eventos.

Apesar do crescimento da temática da igualdade de género nas políticas e programas do Estado, a análise sumária do OGE revela claramente que o MINFAMU esteve e continua a estar no fim das prioridades de investimento financeiro do Governo, com a menor dotação orçamental entre todos os ministérios⁵⁴. Para a UNCTAD (2013: 14) a persistente falta de dados desagregados por género e a insuficiente alocação de recursos nacionais orçamentais necessários ao bom funcionamento da estrutura de género são considerados como os principais obstáculos à plena consecução desse objectivo. O orçamento para 2015 apresenta alguma melhoria, sobretudo com o investimento para a promoção da mulher rural. Entretanto, a queda do preço do barril de petróleo implicou, e poderá continuar a implicar, a contínua diminuição dos recursos esperados. Este é um aspecto que merece um estudo particular.

54 A queda do barril levou a restrições orçamentais. Havia perspectivas de que o orçamento para o programa da mulher rural fosse maior. Entrevista MINFAMU. O Orçamento 2015 prevê um total geral de 3.553.445.269,00 kwanzas, sendo 5,44% para programas de apoio às questões de género e promoção da mulher; 14,41% para apoio às vítimas de violência doméstica; 28,54% para apoio à actividade económica da mulher rural e 21,38% para o programa de promoção da mulher rural; e 6,59% para despesas com pessoal. Entretanto, para o Ministério da Juventude e Desportos, por exemplo, está previsto um total de 22.102.076.122,00 kwanzas (ver proposta do OGE para Angola 2015).

4 Participação das mulheres nos órgãos da administração pública

5 Principais doadores e espaços de concertação em Angola

No que respeita aos órgãos de decisão do Governo, e apesar dos significativos avanços, as mulheres continuam a estar subrepresentadas. Na actual Assembleia Nacional⁵⁵, dos 220 assentos, 81 são ocupados por mulheres⁵⁶, sendo 69 eleitas pelo MPLA, 10 pela UNITA e 2 pela CASA-CE. Aqui pode-se realçar que Angola⁵⁷ é um dos países da SADC que atingiu valores acima dos 30 por cento (36,8%), de acordo com os dados da União Inter-Parlamentar (UIP), actualizados em Março de 2014. A nível da África, o Ruanda ocupa o 1.º lugar e Angola o 5.º lugar. A nível da CPLP, Angola ocupa o 3.º lugar⁵⁸.

Em 2014, a nível dos governos provinciais⁵⁹, dos 18 governadores, apenas 2 são mulheres (Cabinda e Lunda-Sul) e dos 33 vice-governadores, apenas 8. Entre os 163 administradores municipais, 42 são mulheres; entre os 163 administradores municipais-adjuntos, apenas 18 são mulheres; entre os 545 administradores comunais, apenas 26 são mulheres; e entre os 545 administradores comunais-adjuntos, 43 são mulheres. Os números conseguidos pelo MPLA devem-se à adopção efectiva da lista “zebra”⁶⁰, mas nem sempre funciona em todos os escalões.

5.1. Principais doadores

De acordo com o trabalho realizado na área da promoção da igualdade de género e sem pretensão de apresentar uma lista exaustiva, indicam-se as principais actividades de um conjunto de doadores que mais recentemente têm contribuído para a promoção da IG em Angola:

A Cooperação Espanhola⁶¹ tem estado presente em Angola desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação entre Espanha e Angola em 1983. Nos últimos anos, a Cooperação Espanhola tem estado em forte diálogo com o GdA, centralizando as suas acções nas áreas da boa governação e democracia, desenvolvimento rural e luta contra a fome. Geograficamente as acções estão concentradas nas províncias do Huambo, Bié e Malange, combinadas com acções de advocacia a nível nacional. Dado que o IV Plano Director da Cooperação Espanhola não inclui acções em Angola, está a ser implementado um plano de saída que permita novas modalidades de cooperação. Além de ser cofinanciadora do PAANE II, a Cooperação Espanhola tem trabalhado de forma bilateral com o MINFAMU e tem apoiado o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género.

A Norwegian Agency for Development Cooperation – NORAD⁶² tem centrado as suas actividades em quatro programas, nomeadamente “Petróleo para o desenvolvimento”, “Boa governação”, “Direitos humanos” e “Mulheres e igualdade de género”. Em 2012 a NORAD decidiu iniciar a cooperação técnica bilateral na área de direitos humanos. Em 2013 o apoio da NORAD para estas áreas totalizou cerca de 58 milhões de NOK (cerca de 6 milhões e 600 mil euros), sendo que mais de metade deste montante foi utilizado na implementação de programas conduzidos por organizações não-governamentais norueguesas, como a Norwegian Church Aid e Ajuda Popular da Noruega. Na área do género os fundos são administrados desde 2012 pelo PNUD.

PNUD: Na área da promoção da igualdade de género, são diversas as acções e projectos desenvolvidos pelo PNUD, destacando-se a prestação de assessoria técnica ao MINFAMU para desenvolvimento da PNIEG. A assessoria está a acompanhar o MINFAMU no desenvolvimento do plano de acção para a implementação do PNIEG, envolvendo acções de consulta pública com

⁵⁵ Eleita em 31 de Agosto de 2012 e empossada em 26 de Setembro de 2012.

⁵⁶ A Assembleia Nacional empossada em 1992 terminou a sua legislatura em 15 de Julho de 2008, depois de 16 anos no poder. Nessa Assembleia, do total de 220 deputados, apenas 31 eram mulheres. Angola realizou em Setembro de 2012 as segundas eleições legislativas na história do País. Esta nova legislatura representou avanços na representação feminina: 76 assentos parlamentares são ocupados por mulheres, sendo cerca de 41% da bancada do MPLA, 25% da bancada da UNITA e os demais assentos de outros partidos. Note-se que, em Angola, das diversas situações aqui analisadas, os únicos cargos preenchidos mediante eleição directa são os da Assembleia Nacional; todos os outros cargos são preenchidos mediante designação.

⁵⁷ Também a África do Sul, Tanzânia e Seychelles.

⁵⁸ Para mais informações ver: IX sessão do CMG in: “O papel das mulheres parlamentares”, Rede Mulher Angola, Agosto de 2014.

⁵⁹ No período que antecedeu as eleições de 2008, de entre os 18 governadores provinciais não havia nenhuma mulher; entre os 41 vice-governadores, apenas 2 eram mulheres; entre os 131 administradores municipais, apenas 5 eram mulheres; entre os 128 administradores municipais-adjuntos, apenas 6 eram mulheres; entre os 316 administradores comunais, apenas 9 eram mulheres; e entre os 215 administradores comunais-adjuntos somente 9 eram mulheres.

⁶⁰ Nome utilizado para a lista que contempla uma alternância, de acordo com o sexo, entre os candidatos.

⁶¹ Fonte: <http://www.aecid.es/ES/Paginas/Dónde%20Cooperamos/África%20Subsahariana/Angola.aspx>.

⁶² Fonte: <http://www.norad.no/en/countries/africa/angola>.

os principais parceiros do Ministério. Neste âmbito destaca-se ainda a realização em Luanda do workshop para “Validação do Plano de Acção da Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género”, promovido pelo MINFAMU. Pode-se ainda, sem pretensão de apresentar uma lista exaustiva, citar:

- A implementação do programa “Promoção da Mulher Angolana Através das O.S.C.”, resultante de uma parceria tripartida entre a Embaixada da Noruega em Angola, MINFAMU e PNUD. Dentro deste programa destacam-se o apoio a projectos como o MUKAY KATUKA (Mulher Levanta-te!), implementado pela PROMAICA, que tem como grande objectivo empoderar os grupos de mulheres das populações agro-pastoris do município dos Gambos por meio da organização de actividades económicas como agricultura, cestaria, olaria, corte e costura.
- Realização de seminários e acções de formação em diversas províncias, em parceria com o MINFAMU (e.g. Seminário de capacitação sobre “empreendedorismo e liderança feminina” em Mbanza Congo; Seminário para jovens mulheres sobre a promoção do cooperativismo, associativismo e liderança no Luena);
- Realização de seminários e acções de formação em diversas províncias, em parceria com OSC angolana (e.g. Seminário “Igualdade de género e reforço da capacidade de mulheres empresárias” realizado em Benguela em parceria com a FMEA).
- Apoios financeiros às organizações da sociedade civil que trabalham em áreas temáticas do género.

A USAID⁶³ está a desenvolver uma série de acções com o objectivo de criar e fortalecer parcerias entre as OSC e o sector privado, por meio de, entre outras, apoio ao fortalecimento institucional de um conjunto de organizações e criação de pontos de contacto entre estas organizações e as empresas privadas. Estas parcerias podem de facto ser uma realidade nos sectores sociais; entretanto, pode não haver interesse nas empresas privadas pelos demais sectores. A Rede Mwenho, já citada neste documento, é exemplo de uma das organizações na área do género que foi apoiada pela USAID.

Embora já tenham progressivamente diminuído as acções de cooperação em Angola, devido ao apoio dado para a estruturação da Rede Mulher e ao conjunto de estudos desenvolvidos na área do género⁶⁴, cita-se o apoio dado pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI). A Suécia foi durante muitos anos um dos principais doadores de cooperação para o desenvolvimento de Angola, tendo aberto o seu escritório em 1977. A ASDI apoiou o desenvolvimento de acções em diversos sectores, com destaque para a área do género, tendo sido fundamental para a estruturação da Rede Mulher. A partir de 1993 a Suécia começou a diminuir as suas doações, encerrando o apoio ao sistema de saúde materno-infantil em Luanda em 2006 e fornecendo apoio para acções de educação cívica até 2009, tendo em vista as eleições.

5.1.1 A União Europeia

Além do trabalho em conjunto com o Ordenador Nacional (ON) do FED em Angola, a UE promove a articulação entre os diversos actores na sociedade angolana através de um conjunto de iniciativas, destacando-se:

O diálogo contínuo com a sociedade civil: a DUE em Angola tem sistematicamente suportado acções que procuram promover a melhoria dos canais de diálogo entre os diversos actores sociais. Estas acções têm por objectivo reforçar a capacidade de diálogo destes actores com as autoridades locais e nacionais, melhorar a articulação e ligação em rede dos actores não estatais e apoiar as suas acções tendo em vista promover uma sociedade inclusiva e desenvolvida. Este apoio é consubstanciado por meio de um conjunto de iniciativas, entre as quais se destacam:

- O financiamento do PAANE através do 9.º e do 10.º FED. Referindo-se as acções do PAANE no apoio aos mecanismos de diálogo e concertação entre os actores da sociedade angolana, destaca-se o contínuo suporte às diversas edições da Conferência Nacional da Sociedade Civil (desde a sua primeira). O PAANE II, por meio dos seus operadores, tem vindo também a apoiar as conferências provinciais da sociedade civil;
- O financiamento de dois programas temáticos anuais, compostos pelo Programa de Actores Não Estatais e Autoridades Locais em Desenvolvimento (ANE-ALs) e pelo Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos (IEDDH)⁶⁵. Destacamos no quadro abaixo os projectos financiados a partir de 2012, que têm a promoção da igualdade de género como foco:

Quadro 4 – Lista de projectos tendo como foco a promoção da IG

Projecto	Sector	Contribuição da União Europeia	Organização implementadora
Increasing effectiveness of health services delivery in Damba Municipality: public-private partnership as a model of local governance	Saúde	€799.948.00 (75% do total)	Collegio Universitario Aspiranti E Medici Missionari - Medici Con L’Africa Onlus Associazione
Empowerment of women in rural communities in the province of Cabinda, Angola	Formação Profissional	€464.149.00 (90% do total)	ADPP
Promoção dos direitos humanos da mulher e crianças das comunidades tradicionais rurais de Kapangombe - Bibala	Direitos Humanos	€298.392.00 (80% do total)	Cooperazione Per Lo Sviluppo Dei Paesi Emergenti Onlus Associazioni
Fortalecimento das capacidades da sociedade civil no desenvolvimento social e económico da província do Bié, Angola	Serviços sociais	€654.837.75 (75% do total).	Clovek V Tisni Ops
Melhoria da saúde e do direito à saúde das mulheres e dos jovens da província do Kwanza Norte	Saúde	€800.000.00 (74% do total)	Medicos del Mundo España asociación
Promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres	Género	€200.000.00	Rede Mulher Angola
Programme in Support of the Health Sector (PASS II)	Saúde	€30.000.000.00 (100% do total)	Ministério da Saúde

Fonte: Delegação da União Europeia na República de Angola⁶⁶.

63 Para mais informações ver: <http://www.usaid.gov/angola>.
64 e.g. Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola (2000). Um Perfil das Relações de Género, Estocolmo, ASDI.

65 http://eeas.europa.eu/delegations/angola/eu_angola/political_relations/index_pt.htm
66 Para mais informações ver: http://eeas.europa.eu/delegations/angola/projects/list_of_projects/projects_pt.htm

A UE procura também incentivar o diálogo entre o Parlamento e as autoridades locais: estas acções são desenvolvidas no âmbito da execução de projectos a nível local. Além disto, mais recentemente a DEU financiou uma acção de formação para as mulheres parlamentares sobre o orçamento com base no género.

Internamente, além deste diagnóstico e no seguimento do Plano de Acção para a Igualdade de Género e o empoderamento das mulheres no Desenvolvimento (2010-2015), a UE tem adoptado um conjunto de iniciativas para a promoção da IG nos seus programas:

- Desde 2013 os relatórios de monitorização de resultados têm fornecido dados e recomendações, de forma mais sistematizada, referentes à implementação da abordagem de género nos programas e projectos;
- As intervenções apoiadas pela UE em todos os programas temáticos de segurança alimentar, educação, saúde e alterações climáticas devem ter indicadores de género incorporados;
- Os programas temáticos e os demais mecanismos (e.g. Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos do Homem⁶⁷, Investing in People⁶⁸) servirão como mecanismos de suporte aos agentes não estatais para implementação das Directrizes da UE relativas à Violência Contra as Mulheres e à Luta Contra Todas as Formas de Discriminação de que são alvo⁶⁹.
- Apoio contínuo da UE na implementação da SCR 1325 (Landmark Resolution on Women, Peace and Security)⁷⁰
- Assegurar que os relatórios de revisão anual incluam uma análise de género e que os Country Strategy Papers – CSP e os National Indicative Programmes – NIP tenham integrado a perspectiva de género.

De entre as iniciativas no âmbito do plano de acção, e nomeadamente de acordo com OE2, “desenvolver as capacidades internas no domínio da igualdade de género e desenvolvimento”, ressalta-se o desenvolvimento na DUE em Angola do grupo temático de género⁷¹ constituído no seio do grupo temático dos direitos humanos. Este grupo tem como objectivo discutir a integração da perspectiva de género (gender mainstreaming) nas políticas nacionais, a promoção do empowerment económico e político das mulheres bem como a crescente participação masculina neste âmbito.

⁶⁷ Para mais informações ver: http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/human_rights_in_third_countries/r10110_pt.htm

⁶⁸ Para mais informações ver: http://ec.europa.eu/europeaid/funding/funding-instruments-programming/funding-instruments/geographic-instruments/investing-people_en.

⁶⁹ Para mais informações ver: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/16173cor.en08.pdf>.

⁷⁰ Afirma a importância do papel das mulheres na resolução de conflitos e nos processos de paz. Incentiva a incorporação da perspectiva de género em todos os processos de paz. Para mais informações ver: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/#resolution>.

⁷¹ Gender Coordination Mechanism/group (GCS).

5.2 Espaços nacionais de concertação na área do género

5.2.1 O Conselho Multisectorial de Género

O CMG é o principal espaço nacional formal de concertação na área do género. O CMG tem como objectivo promover a harmonização das políticas angolanas na área da família e promoção da mulher entre as diversas organizações que actuam nesta área, nomeadamente as instituições do Estado.

Os representantes indicados pelas direcções dos ministérios, institutos e empresas públicas, organizações da sociedade civil, principalmente femininas e religiosas, e dos partidos políticos, para participarem não só no CMG, como noutras actividades programadas pelo MINFAMU, são chamados de “Pontos Focais de Género”(PFG). De acordo com as informações recolhidas houve avanços no que se refere à escolha pelos diversos órgãos dos seus PFG: passaram a ser escolhidos aqueles que já têm alguma capacidade de decisão, embora esta ainda não seja uma política uniforme. Falta capacitação para os participantes do CMG na área da promoção da IG para que possam trabalhar melhor em conjunto com o MINFAMU.

Embora na sua 9.ª edição (realizada em Agosto de 2014), são muitos os desafios a serem superados pelo CMG, nomeadamente fazer a passagem de um espaço de apresentação de políticas e resultados para um espaço de debate e concertação na formulação de políticas.

Além das reuniões a nível nacional, o CMG realiza ainda reuniões a nível provincial⁷², onde participam administradores municipais, administradores municipais adjuntos, representantes de diversos sectores e parceiros sociais do Governo.

5.2.2 O Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural

No que se refere à articulação de parceiros para discutir a questão da mulher rural, o Comité Nacional para a Promoção da Mulher Rural (COMUR) é um importante fórum de discussão. A sua importância foi reforçada, como citado anteriormente, pelo discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural (2014) e pela aprovação em 2014 do Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR) 2015-2017. De Março a Agosto de 2014 foi realizado o PNADEMUR, culminando com 395 encontros nas 18 províncias. Contou com a mobilização das mulheres rurais pelo MINFAMU, pelo COMUR, em articulação com as administrações municipais e parceiros locais.

5.2.3 Outros mecanismos de coordenação

Como exemplos de outros mecanismos podem ser citados os CACS, que funcionam ao nível das comunas, municípios e províncias; o Fórum Nacional da Criança; o contacto com a UTCH, para o registo das organizações não-governamentais e apoio na legalização. Em relação às mulheres rurais podem ser ainda citados outros mecanismos mais limitados em termos geográficos, que

⁷² No Uíge, por exemplo, criado em 2009. Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2011/5/24/Conselho-multisectorial-analisa-politicas-para-empoderamento-mulher,01fe42ca-fe6b-4087-b808-cdc6a03e-b43f.html

objectivam o reforço do associativismo, do empowerment das mulheres e sua participação nas decisões das cooperativas (a Lei das cooperativas foi submetida para aprovação). Um dos objectivos, nesse sentido, são os encontros das comunidades realizados anualmente, onde, por exemplo, os camponeses falam directamente com os governantes das suas dificuldades e aspirações. O Fórum das Mulheres de Calandula (com apoio da ADRA), os comités provinciais e municipais das mortes maternas, bem como outras, podem ser integrados nesses mecanismos. Finalmente podem ser citadas as Conferências Nacionais da Sociedade Civil, que têm como objectivo melhorar a coesão das acções entre as OSC, a capacidade de reforço de influência no desenvolvimento e implementação de políticas públicas. A conferência é organizada de forma rotativa nas províncias e desde a sua primeira edição contou com o apoio do PAANE.



6 Organizações da Sociedade Civil

As organizações de mulheres em Angola constituem um dos mecanismos principais de promoção da igualdade de género no País. Estas organizações têm vindo a reforçar-se desde a transição para o multipartidarismo e desde a aprovação da Lei das Associações (Lei n.º 14/91 de 11 de Maio de 1991)⁷³.

Foi principalmente no contexto da guerra civil que as organizações de mulheres começaram a estruturar-se: actuam através do desenvolvimento de programas de sensibilização para a participação política e social, de programas de apoio ao empreendedorismo (por meio da Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola – FMEA) e de acções de formação (desenvolvidas principalmente por organizações político-partidárias como a OMA e a LIMA). A Rede Mulher, primeira plataforma temática começou a estruturar-se no âmbito da preparação da 4.ª Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1994, mas estabeleceu-se oficialmente em 1998.

Algumas das organizações de mulheres anteriormente activas na sociedade civil no contexto do processo de paz diminuíram em muito as suas actividades devido principalmente à falta de financiamento, como o caso da Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPD) e da própria Rede Mulher. Abaixo listam-se as organizações que actualmente estão mais activas na área da promoção da igualdade de género no País⁷⁴.

Quadro 5: Principais organizações da sociedade civil angolana na área do género

Organização	Breve descrição
AAMPA – Associação de Apoio a Mulher Polícia de Angola	Criada em 1995, a AAMPA tem como objectivo fortalecer a união das mulheres na polícia, promovendo também a melhoria da sua condição social. Dá um importante contributo nas acções de divulgação da Lei contra a violência doméstica.
ASSOMEL – Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda	Objectiva apoiar o desenvolvimento de PME geridas por mulheres. Realiza estudos (e.g. “A situação das mulheres empresárias de Luanda ¹⁵ ” e acções de formação profissional. Organização filiada na FMEA.

73 De acordo com a UTCH (2013) Estão legalmente registadas em Angola 201 ONG nacionais e 63 ONG internacionais, 7 Fundações nacionais, 4 Fundações internacionais, 20 Instituições Religiosas Nacionais, 6 Internacionais, totalizando 301 organizações.

74 Não se pretende que seja uma listagem exaustiva.

FMEA - Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola	Criada em Novembro de 2001, tem como objectivo promover o trabalho em rede das associações de mulheres empresárias. Com um total de 16 associações provinciais de mulheres empresárias. Mais informações: http://www.fmea-angola.com
FMJ - Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género	Criado em Outubro de 2006 no final do 1.º Encontro Internacional de Mulheres em Angola (sobre a participação política das mulheres). Liderou em Angola a campanha internacional “Desafiando o Silêncio: Os Meios de Comunicação Contra a Violência no Género ¹⁶⁹ ”. Dedicar-se à intensificação da abordagem de temas ligados à violência sobre a mulher nos órgãos de comunicação social. Mais informações: http://www.igualdadengennero.org/projectos.php
PMA – Plataforma Mulheres em Acção	Tem como objectivo principal “contribuir e influenciar para a maior consciência de género e mobilização da sociedade na defesa e promoção dos direitos cívicos e políticos, e maior participação da mulher na vida pública e política”.
Rede de Desenvolvimento do Género dMateusengado Ghoedoras de Angola - énero do Cazenga	Fundada em 2008, mas ainda não obteve sucesso no seu processo de legalização já em trâmite. A Rede é composta por 15 organizações que actuam em diversas áreas temáticas, entre elas a formação profissional e a alfabetização.
Rede Mulher	Trabalha as questões do género sob diversas vertentes: troca de informações, violência contra a mulher, promoção da paz, participação das mulheres no processo decisório.
Rede Mwenho – Rede Angolana de Mulheres Vivendo com o VIH	Tem como objectivo orientar e acompanhar as mulheres seropositivas nas diversas questões associadas à doença (Mwenho, em língua kimbundu, significa vida). Actua em diversas províncias. No âmbito deste trabalho foi também contactada a Rede Muwenho no Uíge.
Comité das Mulheres Sindicalizadas CNMS – UNTA	Comissão criada em 1988 na UNTA-CS com o objectivo de defender a igualdade de direitos e oportunidades no trabalho da mulher angolana. Promove neste âmbito acções de formação, estudos e outras iniciativas (e.g. Jornadas da mulher sindicalizada, Encontro das trabalhadoras do informal). Trabalha de forma articulada com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Mais informações: https://www.facebook.com/ComiteNacionalDaMulherSindicalizada/timeline

Quadro 6: Organizações político-partidárias⁷⁵

LIMA – Liga da Mulher Angolana	Organização político-partidária da UNITA responsável pela organização das mulheres no partido. A LIMA presta diversos serviços às suas associadas, nomeadamente o apoio à apresentação de processos de pensão às viúvas dos ex-combatentes. A LIMA está actualmente a realizar um amplo processo de auscultação nacional aos seus membros. Maiores informações em: http://www.unitaangola.org/PT/affilima.awp?pArticle=11230
Organização da Mulher Angolana – OMA	Criada durante a luta armada anticolonial (1962) com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista. Actualmente a maior organização social do País, com mais de dois milhões e quinhentos mil membros enquadrados em mais de 49 mil secções no interior e exterior do País ¹⁷ . Os membros da OMA representam 51% do total de militantes do MPLA. A única casa-abrigo para mulheres em funcionamento no País pertence à OMA. A organização presta atendimento às mulheres em diversos domínios, destacando-se os espaços de aconselhamento para resolução de casos de violência, pensão para as mulheres e crianças em caso de separação. A OMA tem uma penetração regional e local muito maior que a do MINFAMU. Até às eleições de 2008 tinha presença em todas as comunas. Mais informações em: http://www.mpla.ao/oma.25.html

⁷⁵ Não se pretende que seja uma listagem exaustiva.

Embora estas organizações estejam num claro processo de crescimento, apresentam muitas fragilidades:

- De forma geral, a capacidade de planeamento estratégico é limitada e as organizações muitas vezes mudam os seus objectivos de acordo com as linhas de financiamento disponibilizadas pelos doadores;
- É limitado o amadurecimento dos processos técnicos e institucionais (o que acaba por reflectir-se nos procedimentos administrativos e na capacidade de planeamento). São poucas as organizações capazes de terem assembleias regulares.
- De acordo com a entrevista ao PNUD, há dificuldades na apresentação dos relatórios técnicos e sobretudo financeiros, o que por vezes pode implicar a interrupção do financiamento, acabando por prejudicar a boa execução e a continuação dos projectos.
- Em relação à monitorização e avaliação de projectos, quando feita, de forma geral, não são desenhadas em relação à avaliação dos impactos mas sim em relação aos resultados, isto é, à prestação de serviços (e.g. número de alunos nas secções de formação; número de panfletos distribuídos).

Além das questões citadas, nomeadamente nas OSC de pequeno porte, foram identificadas fragilidades:

- Na capacidade de orçamentação e prestação de contas;
- No desenvolvimento de mecanismos de comunicação;
- Na capacidade de captação de recursos. Também para a elaboração de projectos que tenham a sustentabilidade como pilar principal;
- No processo de legalização: a falta de legalização implica, principalmente, baixa capacidade de diálogo com as organizações do Estado, dificuldade em obter financiamentos, bem como, por vezes, falta de capacidade de legitimação de alguns dos seus projectos. A ADRA e a PMA indicaram que têm continuamente auxiliado as organizações de base no sentido da sua legalização.

Com excepção das OSC com maior nível de maturação (e.g. ADRA, DW), estes problemas são ainda mais difíceis de enfrentar entre as organizações que operam em contextos rurais. Foram identificadas limitações ao nível da capacidade de auto-organização dos grupos sediados nas zonas rurais bem como o baixo nível de consciência dos direitos, potencialidades e necessidades para uma participação mais activa na comunidade. Estas organizações, além de serem mais frágeis a todos os níveis, são as que menos recebem apoio, sendo muitas vezes excluídas do acesso à formação, conforme citam duas das organizações entrevistadas: “As formações acontecem na cidade do Uíge, não chegam aos municípios”⁷⁶, “Tudo está centralizado na cidade, tudo fica na cidade”⁷⁷.

As OSC, nomeadamente as OSC centradas no género, demonstram falta de capacidade para monitorizar o desenvolvimento das políticas públicas e seus impactos nas questões de género bem como na elaboração de estudos e diagnósticos que permitam um melhor planeamento dos projectos. Também são maiores as dificuldades técnicas das organizações baseadas nas provinciais para incorporar a temática da IG, que de forma central, quer de forma transversal. Em algumas áreas (nomeadamente na Lunda-Norte) há um desconhecimento técnico-conceptual quase completo destas questões.

⁷⁶ Rede Mulher Uíge.

⁷⁷ Rede Mwenho Uíge.

As organizações relataram também dificuldades em conseguir espaço físico para desenvolverem as suas actividades sociais ou de negócios devido ao elevado custo. A Associação de Mulheres Empresárias de Benguela (AMEB) relata que havia alguma expectativa quanto aos espaços no mercado municipal, no seguimento da sua reforma. Entretanto, os espaços foram concedidos mediante leilão (para a chave, além do aluguer, chegando a lances de 120.000 kwanzas), o que tornou os custos incomportáveis, inviabilizando assim o aluguer de espaços pelas pequenas associações. A mesma dificuldade de acesso foi mencionada em Luanda pela Associação de Mulheres Empresárias de Luanda (ASSOMEL). Outras, como a Rede Mulher e a Rede Mwenho, enfrentam dificuldades financeiras para manterem o espaço dos seus escritórios.

As igrejas e as organizações baseadas na fé (OBF) também têm de ser tidas em consideração no que diz respeito à IG. Estas organizações desempenham, nomeadamente no campo da alfabetização, um papel importante, uma vez que são capazes de trabalhar nos municípios e comunas nas zonas rurais. Enfrentam enormes dificuldades, como a falta de recursos financeiros e materiais (faltam manuais e cadernos, meios para incentivar os monitores). É baixa a capacidade para promover um acompanhamento mais próximo dos professores, também para dar todos os módulos indicados pelo MED. Foi relatado nas entrevistas que, dada a interrupção do programa, em muitos casos, sobretudo os adultos acabam por sofrer um retorno ao analfabetismo. Algumas destas dificuldades em relação aos programas de alfabetização também foram apresentada pela Secretaria Provincial da OMA em Luanda.

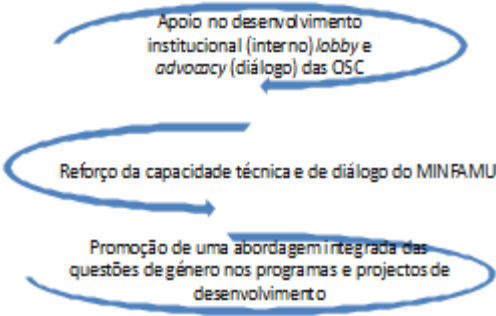
Nas províncias visitadas no âmbito deste diagnóstico, é baixa a relação das OSC com o Estado. A relação é estabelecida por meio de convites para participação em eventos e/ou, quando requisitadas, para actividades de mobilização da comunidade para participação em eventos promovidos pelo Estado. Na Lunda-Norte a relação com a administração municipal é quase inexistente. Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social – CACS⁷⁸ não funcionam como mecanismo efectivo de participação mas como um espaço em que o poder público dá conhecimento do que está a ser desenvolvido. Na Lunda-Norte nenhuma OSC está representada nos CACS. A plataforma Mulheres em Acção está a desenvolver uma formação com as autoridades tradicionais, os sobas, de forma a prepará-los para a participação nos CACS. Por outro lado, os sobas também dão pouco feedback à comunidade sobre a sua participação nestes fóruns, quando esta acontece.

78 De acordo com o Relatório Social do CEIC (2013), apesar de a participação estar garantida pela Constituição da República (Artigo 52º, CRA) “nos processos de formulação das políticas públicas e na monitorização e controlo das formas como estas são implementadas”, foram de forma geral escassas, salvo raras excepções” (p. 10). Especificamente sobre os CACS o Relatório indica: “Embora previstos na lei, nos regulamentos e em outros mecanismos institucionais formais e informais, na maior parte dos casos, as diferentes instâncias do poder do Estado não conseguiram fazer funcionar, de forma efectiva e regular, iniciativas e espaços de consulta, diálogo, concertação e outros mecanismos que visam assegurar o envolvimento e a participação dos cidadãos, em casos como acções de demolição e realojamento dos cidadãos, Conselhos de Auscultação e Concertação Social, ao nível de todos os municípios, aldeias, comunas e províncias, bem como outros processos que requeriam o envolvimento dos cidadãos ou de instituições da sociedade civil, em sua representação” (p. 12).



7 Análise sectorial

Conforme indicado na introdução, este diagnóstico teve como base as três áreas temáticas a serem priorizadas no 11.º FED, nomeadamente: (i) agricultura sustentável, (ii) água e saneamento, (iii) educação e formação técnica e profissional e ensino superior, assim como a dimensão transversal do emprego (sector informal; criação do próprio emprego, etc.)⁷⁹. A abordagem recomendada para a promoção da IG nos sectores focais indicados passa pelo reforço das capacidades do MINFAMU e das organizações da sociedade civil angolana nestes sectores.



7.1 Agricultura sustentável

7.1.1 Caracterização do sector

O documento orientador da CE para a programação no sector da agricultura (Programming Guidelines for the Agriculture Sector) identifica a agricultura como o principal motor para o crescimento da economia rural. O crescimento na economia rural, em particular na agricultura, contribui mais para a redução da pobreza do que o crescimento nas áreas urbanas⁸⁰.

Em Angola, a agricultura é responsável por 11% do PIB e 70% do emprego total. Em 2013, a produção agrícola cresceu 8,6% devido principalmente a um forte crescimento na produção de

79 TdR, p. 4.

80 The EC Programming Guidelines for the Agriculture Sector stress that agriculture is still the engine of growth for the rural economy. Growth in the rural economy, particularly in agriculture, contributes more to poverty reduction than growth in urban areas. Ec priority areas for development cooperation: aspects for gender analysis. Toolkit on Mainstreaming Gender Equality in EC Development Cooperation Section 2: EC priority areas for development cooperation: aspects for gender analysis (p. 21).

cereais (AEO, 2014: 4). Contudo, a incidência da pobreza é três vezes mais alta nas áreas rurais do que nas áreas urbanas⁸¹. De acordo com a UNCTAD (2013: viii) a agricultura é o principal empregador da força de trabalho angolana e responsável por 82% de todos os empregos criados no País. Porém, apresenta um baixo grau de produtividade, mesmo quando comparada a outros países subsarianos. Para o Instituto Nacional dos Cereais, Angola precisa de 4,5 milhões de toneladas anuais de cereais, mas só produz cerca de 55% do milho de que necessita, 20% do arroz e apenas 5% do trigo. O Governo investe cerca de 2 mil milhões de USD por ano na agricultura, com cerca de 75% dos recursos financiados pelo China Export-Import Bank. O Brasil, a Espanha e Israel também financiam projectos agrícolas⁸².

O sector agrícola e a população que dele depende também é marcado pelas fortes dicotomias entre o rural e o urbano. De acordo com o QUIBB (2013: 123):

- 34,9%⁸³ da população tem acesso à rede eléctrica, sendo 60% da população urbana e 3,9% da população rural.
- 43,2% dos agregados familiares utilizam o gás como combustível para cozinhar, sendo 73,7% na área urbana e 5,4% na área rural, onde prevalece a utilização da lenha: 78,7 % contra 2,9% da população urbana (p. 124).
- O acesso aos serviços de água (acesso a água e ao tipo de tratamento de água) e de saneamento (ver a próxima secção) também é desigual.

Ainda de acordo com o QUIBB, o acesso ao transporte público é um outro factor de diferença marcante: enquanto 43,9% da população urbana declara que demora menos de 15 minutos até à principal paragem de transporte público, 47,3% da população rural estima que demora 60 minutos ou mais (p. 135). No que se refere ao tempo para chegar à escola primária mais próxima, 37,7% da população urbana⁸⁴ leva menos de 15 minutos, enquanto a percentagem cresce para 40,2% na área rural (p. 136). Para chegar ao posto médico, 19,5% da população urbana estima que leva menos de 15 minutos enquanto 59% da população rural demora mais de 60 minutos.

Assim, num contexto em que o acesso à saúde, à educação, à água potável e à energia eléctrica é muito mais deficiente do que nas zonas urbanas, as taxas de fecundidade, de mortalidade neonatal e de falta de cuidados pré-natais são também mais elevadas.

7.1.2 As mulheres no contexto rural

A posição da mulher na agricultura é indissociável da situação da mulher em ambiente rural. As disparidades rural/urbano vão também influenciar a posição da mulher na agricultura, aumentando os desafios que estas têm de superar e o gender gap. Nas zonas rurais, a preponderância dos homens em termos de participação na vida política e económica é ainda mais visível. A situação é ainda mais aguda em províncias como a Lunda-Norte e a Huila devido a forte cultura patriarcal. As mulheres, apesar de estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, desempenham papéis secundários: permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar. O gap

é maior nas províncias, se comparado a Luanda, e nos municípios e comunas, se comparado as capitais das províncias. Para Silva (2011: 9), o valor da mulher nas zonas rurais ainda está maioritariamente associado à esfera doméstica, “ao casamento, à fecundidade e ao vínculo à família e ao marido” (2011: 9).

A necessidade de regularização da posse da terra foi uma das questões enfatizadas pelas mulheres nas entrevistas⁸⁵ como um dos principais factores que aumentam a sua vulnerabilidade em relação aos homens no sector da agricultura. Conforme já foi referido, o direito tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, em especial das viúvas⁸⁶. Baseados nesse direito, os casos de reivindicação da terra pelos familiares são ainda frequentes, apesar de haver uma tendência para a sua diminuição: “se tradicionalmente eram os sobrinhos das irmãs, hoje por vezes até os irmãos e primos entram na confusão⁸⁷”. De acordo com a UNCTAD (2013: 19), as mulheres pobres e com baixo nível educacional são também penalizadas no acesso à terra devido à complexidade e custos dos procedimentos. Além da questão cultural entre os familiares, a UNCTAD indica que há relatos sobre autoridades governamentais que, com base em critérios discriminatórios, dificultam o direito das mulheres ao acesso à terra. Além disso, as mulheres enfrentam problemas recorrentes de falta de conhecimento dos seus direitos ou de dificuldades no momento de submeter os seus casos à justiça.

Outro desafio que se levanta em relação aos direitos de propriedade da terra e que dificulta ainda mais a resolução da questão em relação às mulheres prende-se com o facto de vastas propriedades em Angola possuírem titularidade informal, o que torna comum os múltiplos processos de transferência de terras. Após a guerra, a grilagem, a ocupação ilegal e a destruição de registos oficiais converteram-se num problema de grandes proporções e atrapalham até hoje a identificação dos legítimos donos. Por outro lado, o Governo não possui capacidade suficiente para realizar um censo territorial (UNCTAD, 2013: 19).

Assim, as DIFAMU e as OSC necessitariam de condições (financeiras e técnicas) para seguir com muita atenção todos os assuntos e nomeadamente as políticas relacionadas com a propriedade da terra para salvaguardar tanto quanto possível os direitos das mulheres. As acções de divulgação sobre os direitos de propriedade e do Código da Família (actualmente em processo de revisão) são igualmente fundamentais, já que, segundo relatado nas entrevistas, existe realmente desconhecimento sobre estes assuntos, o que pode estar na origem de muitos casos de violência nas famílias.

A importância de apoiar as mulheres e nomeadamente a sua integração na agricultura e economia de mercado é realçada no discurso político actual, como pode ser observado no discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural, que salienta a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural:

81 Discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural (2014) enfatiza a necessidade de desenvolvimentos de programas específicos para a mulher rural.

82 African Economic Outlook (AEO) (2014: 12).

83 23,1% usam como fonte de energia o petróleo, 9,9% usam a vela (p. 123).

84 Em entrevista a MOSAIKO foi mencionado que muitas crianças nas áreas periurbanas de Luanda precisam de caminhar mais de uma hora para chegarem à escola.

85 A ADRA adopta a estratégia de regularização da posse colectiva da terra.

86 Plano de Acção para a Igualdade e Equidade de Género Projecto Preliminar. Constrangimentos (2014: 12).

87 Entrevista Rede Mulher Huila.

É urgente (...) promover a formação e capacitação da mulher rural a todos os níveis, para que esta possa progressivamente inserir-se na agricultura de mercado e em outros negócios e participar com conhecimento de causa nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social e nos Comitês de Desenvolvimento Rural. Devemos agir com rapidez no sentido de:

- Desenvolver um subprograma de crédito de ajuda para o trabalho, que permita à mulher rural beneficiar de rendimento directo para apoiar a sua família com uma cesta básica alimentar e a sua actividade agrícola ou empresarial, considerando sempre a mulher como a beneficiária, em nome da família, do referido crédito, mesmo quando o marido for o operador;
- Devemos trabalhar no sentido de reordenar as aldeias e requalificar as vilas. Criar as vilas ecológicas, como aldeamentos rurais integrados para os quais convergem todas as acções de combate à fome e à pobreza, que vão desde a produção agrícola, piscícola, apícola ao processamento, transformação e comercialização de produtos, bem como o acesso à rede de equipamentos sociais e de segurança nas zonas rurais;
- Devemos também considerar como missão estratégica do Programa de Abastecimento de Produtos Agrícolas abastecer os mercados municipais e urbanos, através de uma logística e rede de transportes que facilitem a aquisição dos produtos, levando à fixação das quitandeiras e ao aumento das suas receitas;
- Devemos promover no seio da mulher rural o associativismo e o cooperativismo, assegurando o acesso ao micro-crédito.

Extracto do discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural (2014)

Em termos de políticas, como já foi mencionado, o Governo desenvolveu uma série de instrumentos de apoio à mulher rural. O Programa de Apoio à Mulher Rural é, de acordo com o PND⁸⁸, uma das principais medidas de política adoptadas no âmbito dos Instrumentos de Planeamento e de Governação. Além disso, conforme citado anteriormente, o MINFAMU já apresentou, através do Comité Nacional para Promoção da Mulher Rural, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR) 2015-2017, tendo já ultrapassado o processo de validação.

De acordo com o PNADEMUR, os principais desafios que a mulher rural tem de enfrentar incluem os seguintes⁸⁹:

- (i) A mulher rural, embora principal produtora no meio rural, não é proprietária da terra.
- (ii) A morosidade nos processos de legalização das cooperativas, os custos elevados e o fraco apoio por parte das administrações, que têm sido factores impeditivos da formação das mesmas.
- (iii) As assimetrias na relação litoral-interior.
- (iv) Os programas de alfabetização, energia e água potável que não cobrem adequadamente as zonas rurais.
- (v) A falta de investimento na agricultura familiar, que é a principal fonte de rendimento das famílias rurais e um importante empregador.

88 República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012: 23. Secção 2. Desempenho Socio-económico de Angola, 2007-2012.
89 Workshop promovido pelo MINFAMU “O Contributo da mulher rural no processo de desenvolvimento”. Realizado em 15 de Outubro de 2014, Luanda.

A estes desafios, acrescenta-se:

- A falta de documentos (cédula pessoal e bilhete de identidade), o que, entre outras questões, impede o reconhecimento da posse da terra;
- A baixa taxa de alfabetização e a maior limitação do acesso à educação, conforme pode ser observado no quadro 7. Para Silva (2011: 5), no meio rural a educação oficial é realizada em condições precárias, exercendo escassa influência na comunidade, sendo que o professor é, por vezes, estranho ao meio. A educação tradicional nas sociedades patriarcais realiza-se por imitação e diferenciada por género; está ligada às situações da vida e aos papéis sexuais.

Quadro 7: Proporção da população com 15-24 anos de idade que sabe ler e escrever nas zonas urbanas e nas zonas rurais em 2011

	Urbano	Rural
Proporção da população com 15-24 anos de idade que sabe ler e escrever	92,5%	59,4%
Proporção de mulheres com 15-24 anos de idade que sabem ler e escrever	89,2%	45,5%

Fonte: QUIBB, 2013

A partir do processo de auscultação foram identificadas as necessidades, espelhadas no quadro abaixo:

Quadro 8 - Necessidades identificadas a partir do processo de auscultação da mulher rural

No domínio económico e produtivo	• Necessidade de aumentar as produções familiares; • Reabilitação de vias de acesso que ligam as comunas e municípios; • Disponibilização de <i>inputs</i> e meios mecanizados para a prática da agricultura; • Melhoria dos sistemas de atribuição de crédito e microcrédito à agricultura; • Criação de Centros de Formação Profissional.
No domínio do acesso aos serviços básicos	• Construção de mais escolas para todos os níveis; • Expansão do programa de alfabetização; • Aumento de equipas de médicos e técnicos de enfermagem e de meios de transportes e de serviços hospitalares; • Aperfeiçoamento da distribuição de energia eléctrica e água potável; • Maior apoio em materiais de construção de residência.
No domínio da cidadania	• Igualdade de género e associativismo: alargamento dos serviços de registo civil para as comunidades; • Melhoria da rede de telecomunicações e de informação; • Maior participação das mulheres nos órgãos de associações.

7.1.3 Acesso a recursos e geração de rendimentos

Devido à falta de formação e de recursos financeiros, as alternativas para a geração de rendimento, além da agricultura de subsistência e da venda a retalho dos excedentes, são poucas. A capacidade de valorização dos produtos é baixa ou inexistente⁹⁰. O Programa de Aquisição dos Produtos Agro-Pecuários, designado PAPAGRO⁹¹, desenvolvido pelo Ministério do Comércio, foi criado para a comercialização e valorização dos produtos agrícolas nacionais. Os informantes entrevistados apresentam algumas questões a serem consideradas para o aprimoramento das acções:

- (i) O preço indicado pelo programa para aquisição dos produtos por vezes está abaixo do praticado no mercado;
- (ii) Por vezes a carrinha para o transporte dos produtos não aparece e os agricultores perdem tempo e recursos carregando os produtos para serem entregues ao programa;
- (iii) Nem sempre o pagamento é realizado no momento da venda, o que obriga os agricultores a retornarem uma ou duas vezes ao local para receber o pagamento dos produtos.

Além disto, na opinião das mulheres entrevistadas, ainda não está a beneficiar as mulheres produtoras, como era previsto. Os entrevistados apontaram também problemas com o crédito rural, nomeadamente o montante e os atrasos na liberação das verbas que acabavam por chegar só depois da época das chuvas.

A falta dos documentos dificulta também o acesso a programas de microcrédito pelas mulheres rurais. Por muitas ainda não possuem bilhete de identidade, por vezes vêm-se compelidas a utilizar um homem/parceiro como intermediário. Foram relatadas histórias de mulheres nessa situação que acabam por pagar uma “comissão” a quem serviu de intermediário.

Na procura de um caminho para resolver esta questão, a ADRA está a iniciar um trabalho nas cooperativas (Huambo, Benguela, Malange), com a criação de “caixas comunitárias de crédito”. Estas funcionam como um “banco sem burocracias” onde mulheres e homens fazem a gestão do crédito, utilizando o mecanismo de assembleias de reembolso e desembolso, e os fiscais são as próprias famílias, membros das cooperativas. Esta iniciativa pode “revolucionar a vida dos camponeses, pois são eles que decidem o que vão cultivar, e não esperam pelo Governo”, conforme indicado pela directora da Unidade de Projectos da ADRA.

Outro exemplo são os “bancos comunitários” (Kwanza Sul) mencionados pela secretária-geral da FMEA, que também tem vindo a facilitar o acesso a recursos financeiros para as mulheres vendedoras que não possuem bilhete de identidade.

Apesar dos diversos mecanismos formalmente estabelecidos, quer por iniciativa do Estado, quer

por iniciativa das OSC, especialmente nas áreas rurais, há fragilidades no que se refere à difusão da informação e à participação feminina nos processos de interlocução entre as OSC e o poder público para a participação e monitorização no desenvolvimento de políticas públicas. Como citado anteriormente algum avanço foi feito pelo CMG e pelo PNAMUR, mas é manifestamente insuficiente.

7.2 Água⁹² e saneamento

7.2.1 Caracterização do sector

A água é um dos principais recursos do País. Os recursos renováveis de água estão avaliados em 140 km³/ano, sendo um dos maiores contribuintes para as bacias dos rios internacionais (Zaire, Zambeze, Cubango, Cunene) (CSP, 2013: 20). A questão da melhoria na provisão dos serviços de água e saneamento é central em Angola. O PND coloca o “Cluster de Energia e Água” entre os Projectos Estruturantes Prioritários⁹³. Foi também indicado pelos entrevistados que, nos últimos anos, há uma maior dinâmica do Estado para expandir os serviços de fornecimento de água.

De acordo com o Plano de Acção do Sector de Energia e Águas 2013-2017 (PASEA), o GdA pretende investir no subsector águas cerca de USD 3,92 mil milhões em projectos estruturantes e USD 2,03 mil milhões destinados aos projectos prioritários e outros em curso (p. 2-3). As linhas de orientação estratégica e política referidas no documento indica que foram estabelecidos como objectivos (p. 8):

- A ampliação dos níveis de cobertura ou acesso, para até 100% nas zonas urbanas e 80% nas áreas rurais;
- A monitorização da qualidade da água, assegurando a sua adequação para o consumo humano;
- Garantir a construção de pequenos sistemas de abastecimento de água e saneamento comunitário nas áreas suburbanas e rurais;
- Assegurar a gestão integrada de recursos hídricos, visando a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade;

No que se refere a infra-estruturas para a gestão dos recursos hídricos, o PASEA informa que estão em curso as seguintes acções:

- No quadro da elaboração do Plano Nacional da Água (PNA), encontra-se em fase de aprovação o Plano Nacional de Emergência para Água (“PNEA”).
- Estão em fase de arranque a elaboração do Plano Geral para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze, assim como a Primeira Fase de Reabilitação da Rede Hidrométrica Nacional.
- A Reabilitação Parcial da Rede Hidrométrica Nacional irá beneficiar trinta e oito (38) estações hidrométricas.
- Ainda em curso encontra-se a elaboração do Plano Geral para a Gestão Integrada dos

90 A ASSOMEL tem como proposta a capacitação de mulheres no processamento e conservação dos produtos agrícolas, para abastecer o mercado local e as escolas das localidades (merenda escolar). Além de ficar mais barato, melhoraria o valor nutricional na alimentação dos alunos. Este modelo de compra de produtos locais é adoptado no Brasil por meio do Programa de Aquisição de Alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a aquisição de produtos da agricultura familiar que, de acordo com a Lei nº 11.947/2009, aloca no mínimo 30% do valor destinado ao programa para a aquisição de produtos da agricultura familiar. A UE no Brasil financia projectos de desenvolvimento que buscam apoiar e reforçar a articulação concreta e efectiva entre a sociedade civil e as autoridades locais, inclusive no âmbito do PNAE. Para mais informações ver: <http://www.diaconia.org.br/novosite/institucional/projetos.php>

91 Decreto Presidencial nº 28/14 de 11 de Fevereiro, criação da Estratégia Nacional do Comércio Rural e Empreendedorismo (ENACRE).

92 Embora em Angola as políticas públicas para o sector das águas estejam atreladas ao sector da energia, o relatório analisa somente a integração de género no sector das águas. Para mais informações sobre o sector da energia consultar o site do Ministério de Energia e Águas: <http://www.minea.gv.ao>

93 Ver Também Cap. 7, p. 104 – Políticas e prioridades para o desenvolvimento sectorial – Águas. Objectivo: Promover, em bases sustentáveis, o abastecimento de água potável à população e de água para uso no sector produtivo, bem como serviços adequados de saneamento de águas residuais.

- Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cubango.
- Encontra-se também em curso a reabilitação da Barragem do Calueque, localizada na bacia hidrográfica do rio Cunene.

De entre o conjunto de projectos desenvolvidos, destaca-se aqui, devido à sua dimensão, o Programa Água para Todos. Este programa tem como objectivo “o aumento da taxa de cobertura da população com água potável com ênfase maior nos sistemas de abastecimento de água a pequena escala, visando principalmente os centros urbanos nos municípios ou aldeias cobertos pelo recém-criado programa de repovoamento⁹⁴”.

Actualmente as limitações neste sector são consideráveis: de acordo com o PASEA (21-32) os sistemas instalados nas capitais das províncias estão, em grande parte dos casos, subdimensionados para atender às necessidades actuais. Em Luanda, por exemplo, o défice de abastecimento de água está estimado em 60%⁹⁵. Ainda de acordo com o PASEA, a maior parte das sedes municipais têm os sistemas de tratamento e adução de água em estado de operacionalidade limitada. Também no âmbito do Programa Água para Todos, nas sedes comunais têm sido instalados pequenos sistemas de captação e bombagem de águas subterrâneas, com fontanários incorporados.

Conforme pode ser observado no quadro abaixo, no período compreendido entre 2005/2006 e 2011 houve um aumento, nas áreas urbanas, na percentagem da população com acesso a água canalizada. Nas zonas rurais permanecem as difíceis condições de acesso.

Quadro 9 – Percentagem da população com acesso a água por tipo de acesso

	Total		Zonas urbanas		Zonas rurais	
	2005-2006	2011	2005-2006	2011	2005-2006	2011
Água canalizada	9,6	15,3	15,2	26,1	1,9	1,8
Chafariz ou fontanário	16	14,5	18,9	19,1	12,1	8,9
Lagoa, rio ou riacho	28,8	24,1	12,5	5,1	51,1	47,6
Tanque	21	18,3	32,8	29,0	5,0	2,3

Fonte: QUIBB 2013 (115), QUIBB 2005-2006 (47).

Ainda de acordo com o PASEA (p. 38), a estrutura do sector das águas no País não é suficiente para atender à procura, sendo principalmente caracterizada por:

- Uma única empresa legalmente constituída, a EPAL, E.P., que assegura o abastecimento de água a Luanda. Embora existam outras duas empresas que gerem o abastecimento de água às cidades de Benguela e Lobito, o seu processo de formalização não foi finalizado.
- Não existindo outras empresas, no restante do País a gestão das infra-estruturas de abastecimento de água é assegurada pela Direcção Nacional de Abastecimento de Águas e Saneamento ou

pelos governos locais.

- Ausência de regulação dos preços da água, sendo estes fixados administrativamente pelos Governos Provinciais. Ainda que haja uma tentativa de regulamentação dos preços, o “negócio da água” (a seguir descrito) impõe um preço paralelo.

Os recursos humanos são apontados pelo PASEA (p. 41) como o factor crítico para o sucesso no processo de reforma do sector das águas, sendo indicadas como principais prioridades a formação e especialização nas seguintes áreas:

- Planeamento e condução de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água;
- Técnicos de hidráulica;
- Técnicos de metrologia (sistemas de medição de fluxos e perdas);
- Técnicos hidrometristas.

Além das questões indicadas no PASEA, nas entrevistas realizadas foram ainda identificadas outras questões como:

- A concorrência do “negócio da água” (nomeadamente nas zonas urbanas e periurbanas) em relação à utilização pela comunidade dos chafarizes. Dado a falta de água, a distribuição por privados tornou-se um negócio rentável tanto nas zonas urbanas como periurbanas e rurais. Os grupos formados para conservação e manutenção dos chafarizes, chamados de Grupo de Água e Saneamento (GAS), por vezes e por interesse próprio, priorizam o acesso aos chafarizes dos comerciantes informais de água em detrimento dos membros da comunidade que se deslocam para ir buscar água. Outra estratégia comumente utilizada e que prejudica o acesso da comunidade é a de fazer ligações informais aos chafarizes. Além de diminuir o volume de água no chafariz podem contribuir para a diminuição da qualidade da água no ponto de recolha. Se por um lado o negócio de venda de água é a única alternativa para suprir as necessidades de comunidades em zonas onde não há nenhum serviço público de distribuição, por outro prejudica o acesso à água e encarece o produto, principalmente para a população-alvo mais carente.
- Em determinadas zonas (e.g. Cazenga⁹⁶) parte dos fontanários construídos com o apoio da União Europeia, que já estiveram a funcionar com regularidade, hoje estão a funcionar com baixa regularidade ou deixaram de funcionar (em Novembro de 2014, momento da visita de campo, a maior parte estava sem funcionamento há cerca de três meses). De acordo com o que foi relatado nas entrevistas, os problemas no funcionamento dos chafarizes, além da falta esporádica de água, devem-se às alterações que foram realizadas na tubulação dos chafarizes para a implementação do Programa Água para Todos. O Programa utilizou a canalização construída para os chafarizes, o que acabou por baixar a pressão da água na rede e impedir o funcionamento dos chafarizes.

94 Avaliação de meio-termo do programa conjunto “Gestão da água e do saneamento em zonas urbanas e periurbanas”. http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Angola%20-%20Eco%20Gov%20-%20Mid-term%20Evaluation%20Report_0.pdf

95 O sistema público de abastecimento de água em Luanda é gerido pela EPAL, E.P., sendo composto por 3 estações de captação, 5 estações de tratamento de água, 12 centros de distribuição e 3180 km de rede de abastecimento.

96 Actualmente acompanhado pelo Instituto Marquês de Vale Flor por meio do programa “Gestão Comunitária de Chafarizes na Comuna do Cazenga e Consolidação na Comuna do Tala-Hady”, com duração de 24 meses (Fevereiro 2013 a Janeiro 2015), o projecto tem como objectivo “garantir a implementação do NMGCC – Novo Modelo de Gestão Comunitária de Chafarizes no Município do Cazenga, incentivando a sua aplicação noutros bairros periurbanos da cidade de Luanda. Para mais informações ver: http://www.imvf.org/ficheiros/relatorio_IMVF_2011_alta.pdf.

Ainda no Cazenga podem verificar-se os efeitos do negócio da água e do não funcionamento dos chafarizes. A água comprada por bidão (20 litros) tem o custo estabelecido nos chafarizes apoiados pelo projecto desenvolvido pelo IMVF estabelecido em 5 kwanzas. Entretanto, o inquérito à comunidade efectuado pelo projecto indicou como preço médio 10 kwanzas.

Além do acesso, outra questão levantada frequentemente nas entrevistas refere-se à qualidade da água nos pontos de distribuição. De acordo com o QUIBB 2013, 62,1% da população não dá nenhum tipo de tratamento à água para beber⁹⁷. Em relação à água canalizada e à água dos chafarizes, são muitos os factores que podem contribuir para a contaminação nos pontos de colecta, entre estes os furos ilegais na tubulação, os recipientes utilizados para a distribuição da água, as condições de armazenamento, as formas de utilização e sua contaminação pelo uso de fertilizantes, pesticidas e pela indústria extractiva.

Quadro 10 – Percentagem da população segundo os principais tipos de tratamento dado à água para beber

	Total	Zona urbana	Zona rural
Nenhum tipo de tratamento	62,1%	44,4%	84,1%
Fervura	10%	12%	7,9%
Desinfecção com lixívia	25,5%	40,8	6,5%

Fonte: QUIBB 2013 (p. 117)

Para o CEIC (2013:45) é alto o número de casos de doenças relacionadas com o consumo de água imprópria. A disenteria corresponderia a 4% do total de casos notificados e 0,9% dos óbitos. Como pode ser observado no quadro abaixo, de 2012 para 2013 houve um aumento de 35,5% no número de casos de disenteria e um aumento do número de óbitos em 31,8%. Ainda de acordo com a mesma fonte, o alto número de casos registados em 2013 indica que não foi aumentada a eficácia da resposta médico-sanitária aos surtos de disenteria e que não houve uma melhoria no conhecimento das populações sobre os procedimentos a observar para evitar a doença.

Quadro 11 – Notificações e óbitos em decorrência da disenteria em 2012 e 2013

	Notificações referentes a disenteria	Óbitos em consequência da disenteria
2012	131.000	85
2013	177.500	100

Fonte: CEIC (2013: 45).

97 Não é possível estabelecer uma comparação com o QUIBB 2005-2006 já que os relatórios utilizam categorias diferentes. O QUIBB 2005-2006 (p. 47) indica que 22% dos agregados familiares trata ou ferve a água para beber, sendo 32,2% na área urbana e 8,1 na área rural.

7.2.2 A contribuição da União Europeia

De forma a contribuir para a melhoria da qualidade da água e dos serviços sanitários básicos fornecidos aos mais vulneráveis, a CE procurou implementar acções específicas pautadas na cooperação com as autoridades (CSP 2008-2013: 57-58), especialmente a nível central, tais como:

- Apoio na execução do quadro regulador relativamente à implementação com o processo de descentralização relacionado com o sector da água e saneamento.
- Apoiar as iniciativas existentes do Governo para a preparação de um sistema nacional de monitorização, avaliação e direcção das actividades nas províncias seleccionadas.
- Apoio na preparação ou revisão das políticas relacionadas com a qualidade da água, conduzir pesquisas com especial foco nas áreas periurbanas e designar e implementar medidas para o melhoramento da qualidade da água.
- Apoiar as autoridades para montar um processo de coordenação com outras instituições governamentais e doadores relevantes. Envolver a sociedade civil e os usuários finais num processo consultivo e decisivo, para explorar as possibilidades de envolver o sector privado como um pequeno provedor de serviços de água em áreas rurais e pequenas cidades.
- Apoio na preparação do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos a nível nacional para a água e saneamento e acompanhar a sua implementação com actividades seleccionadas.

No âmbito do Programa Indicativo do 10º FED, foram inicialmente comprometidos em “Água e Saneamento” o total de 23 milhões de euros em dois projectos⁹⁸:

- a) PAISAS – Projecto de Apoio Institucional para o Desenvolvimento dos Sectores de Água e Saneamento em Angola, no montante inicial de 17 milhões de euros. A fase de implementação deste projecto terminou em Outubro/2014 e o montante investido ronda os 15,2 milhões de euros. A previsão é de que este projecto seja concluído com 12 contratos (incluindo avaliações a auditorias) beneficiando as 18 províncias do País.
- b) CFP-A – Centro de Formação Profissional do Sector das Águas, no valor de 6 milhões de euros. O CFP-A está na sua fase inicial de implementação e deve terminar em finais de 2016, excluindo a fase de encerramento (avaliações e auditorias). O acordo para apoiar a criação do Centro foi assinado em Fevereiro de 2015. Este projecto é muito singular por várias razões, mas a principal é que, pela primeira vez em Angola, foi possível reunir, num mesmo projecto, com um valor total de 11,8 milhões de euros⁹⁹, quatro grandes financiadores: GdA, UE/FED, Banco Mundial /PDISA e ONU/UNICEF. O Centro que está a ser construído em Ongazanga (Província de Luanda) contribuirá na preparação de técnicos qualificados e capacitados para darem resposta às necessidades já identificadas nos seguintes domínios: monitorização e qualidade da água e ambiente; operação, manutenção e gestão de sistemas de água; planificação e gestão de recursos hídricos; e mobilização social para mudança de comportamentos.

98 Informações fornecidas pela Engenheira Maria José dos Santos Batista, gestora de projectos na Delegação da União Europeia em Angola. Para mais informações sobre os projectos financiados pela UE em Angola no sector de águas e energia ver: http://eeas.europa.eu/delegations/angola/projects/list_of_projects/projects_pt.htm

99 A União Europeia com 6 milhões de euros, o Governo de Angola com 4,17 milhões de euros, o Banco Mundial com 1,5 milhões de euros e a UNICEF com 130 mil euros.

De referir que em Água e Saneamento o FED também financia, desde 2007, projectos fora do PIN (Programa Indicativo Nacional), no âmbito da Facilidade para Água. Neste âmbito, foram financiados projectos de água e saneamento em todo o País, no valor total de 9,3 milhões de euros.

No que se refere aos serviços de saneamento, a análise do tipo de instalações sanitárias utilizadas pelas populações revela, apesar do crescimento demonstrado nos últimos anos, por um lado, o baixo acesso da maior parte da população a estes serviços e, por outro, os fortes desequilíbrios entre as zonas urbana e rural:

Quadro 12 – Percentagem da população de acordo com o sistema de esgoto utilizado

	QUIBB 2005-2006			2011		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Pia ou sanita	23,7	38,3	3,9	17,8	31,6 ¹⁸	0,6
Fossa séptica ou poço roto	11,5	14,9	6,8	22,6	36,3	5,5
Latrina	23,7	22,3	25,5	23,3	15,2	33,4
Capim, mato ou ar livre	31,7	15,8	53,6	26,0	7,1	49,5

Fonte: QUIBB 2005-2006 (47) QUIBB 2013 (117).

Nas entrevistas foram relatados os esforços realizados pela GdA, nomeadamente nas zonas rurais, nas acções de sensibilização das comunidades para evitar a defecação ao ar livre e na construção de latrinas, inclusive com a formação das Comissões Municipais Sem Defecação ao Ar Livre (SDAL). O estabelecimento destas zonas tem como objectivo reduzir os índices de morbi-mortalidade em crianças menores de cinco anos, em consequência da inobservância das boas práticas de saneamento.

Neste âmbito, com financiamento da União Europeia (no valor total de 7,2 milhões de euros¹⁰⁰), o Ministério do Ambiente, UNICEF e Visão Mundial, em parceria com outras ONG e em colaboração com os Ministérios da Saúde, Educação, Administração do Território, Agricultura e Desenvolvimento Rural e Administração Pública, Emprego e Segurança Social têm desenvolvido o projecto “Expansão Efectiva de Intervenções de Alto Impacto no Sector de Água e Saneamento em Angola” ¹⁰¹. Com base na abordagem do Saneamento Total Liderado Pela Comunidade e Escolas - STLC/E¹⁰², o projecto tem como objectivos:

- i) A redução da prevalência de pobreza em Angola através do cumprimento dos ODM relacionados com água e saneamento;
- ii) Contribuir para a redução dos índices de morbilidade e mortalidade em crianças menores de

100 Ministério do Ambiente (1,9 M€ para o STLC em 6 províncias e 18 municípios) através de Orçamentos-programa: Malange, Uíge, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Benguela e Namibe; UNICEF (3,5 M€ para o SISAS e STLC em 4 províncias e 29 municípios): Huíla, Bié, Moxico e Cunene; Visão Mundial (1,8 M€ para água e saneamento 3 municípios da província de Huambo).

101 Para mais informações ver: http://eeas.europa.eu/delegations/angola/projects/list_of_projects/291701_pt.htm

102 A metodologia Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escolas (STLC/E) é uma das abordagens que facilitam o processo de capacitação da comunidade local para reduzir a defecação ao ar livre, promovendo a construção de latrinas com tecnologias e materiais mais apropriados e sem recurso aos apoios externos, de forma a incentivar melhores práticas de higiene e, especialmente, interromper a pratica da defecação ao ar livre (DAL). Para mais informações ver: <https://angolastlc.wordpress.com>.

cinco anos e em mulheres, causadas por doenças ligadas ao limitado acesso ao saneamento básico, assim como a práticas higiénicas inadequadas, através de saneamento total liderado pelas comunidades/escolas, lavagem das mãos e tratamento e armazenamento seguro da água de consumo.

O projecto está a ser implementado em 11 províncias.

Quadro 13 – Zonas de implementação e expansão do programa STLC/E

Província	Municípios
Malange	Cangandala Caculama Cacuso
Uíge	Negage Damba Quitexe
Kwanza Norte	Cambambe Lucala Cazengo
Kwanza Sul	Gabela Quibala Sumbe
Benguela	Cuba Benguela Catumbela
Huíla	Caconda Caluquembe Lubango Matala Humpata Chibia Quipungo
Huambo	Caála Ekunha Longonjo
Bié	Andulo Camacupa Kuito Cuemba Chitembo Catabola
Moxico	Luchazes Lumbala Nguimbo Leua-Lumege

Cunene	Camanongue Luau Luena Cahama Cuvelai Curoca
Namibe	Cuanhama Ombadja Namacunde Namibe Bibala Tombwa

Fonte: Delegação da União Europeia em Angola.

O projecto tem alcançado sucesso, já tendo sido decretadas, nas referidas províncias, várias zonas livres de defecação ao ar livre. Faltam entretanto dados que permitam analisar o peso das questões culturais na utilização das latrinas, salvaguardando-se as diferenças entre as províncias de implementação. No âmbito deste diagnóstico foram relatadas situações como: “o sogro não usa o mesmo local que a nora para necessidades maiores [expressão utilizada para defecação]¹⁰³”, “as vezes é só para as visitas¹⁰⁴”. Outra questão mencionada foi o elevado custo da construção das latrinas.

7.2.3 Incorporação da perspectiva de género nos processos de água e saneamento

A incorporação da perspectiva de género nos processos de gestão das águas amplia os processos decisórios e contribui para a construção de estratégias de sucesso de acesso à água potável, saneamento básico e higiene sanitária (GWA & Instituto Ipanema, 2009: 14). A questão da água e do saneamento afecta as mulheres e em particular as mulheres rurais. Na sociedade angolana carregar água é tarefa da mulher. Esta água é para ser utilizada na manutenção da casa, no cuidado com a família e para o consumo. Conforme foi indicado na entrevista à Cruz Azul Benguela, “homem quando carrega água é no cangulo [carrinho-de-mão] e para vender”. O caminho a ser percorrido depende da distância da fonte de água da casa. As mulheres têm ainda a responsabilidade da lavagem das roupas, de regar os jardins e de dar água aos animais caseiros. Na área do saneamento, embora em Angola construir latrinas não seja uma tarefa feminina ¹⁰⁵, a sua limpeza fica sob a responsabilidade da mulher.

São muitos os desafios a serem enfrentados para uma efectiva promoção da IG no sector de água e saneamento, nomeadamente a falta de poder feminino nos processos de decisão:

- Ainda que presentes nos Grupos de Água e Saneamento (GAS), as mulheres ocupam, de forma geral, papéis secundários: o homem é o líder do GAS, a mulher é a tesoureira ou a responsável pela limpeza.

103 Cruz Azul.

104 NCA.

105 No Brasil, no âmbito do programa um milhão de cisternas, várias mulheres foram capacitadas como pedreiras. Como exemplo ver: <http://www.diaconia.org.br/novosite/midia/int.php?id=731>.

- A capacidade de decisão das mulheres é limitada. Nomeadamente no meio rural (e.g. província da Huíla), as prioridades são diferentes para homens e mulheres: “os homens dão prioridade ao gado. O gado tem que beber primeiro, depois as mulheres podem tirar água”¹⁰⁶. Muitas organizações encarregadas de construir furos de água, ultrapassada a fase da análise técnica, delegam na comunidade a decisão da localização do furo. O facto de ser uma decisão comunitária e ainda que as mulheres estejam presentes nas reuniões para decisão não significa que as suas prioridades tenham sido consideradas. A presença não significa que as mulheres estão empoderadas para participar.

A temática do “género e água” é parte importante na agenda de várias organizações da sociedade civil a nível internacional (e.g. Instituto Ipanema, Brasil; Red de Género y Medio Ambiente (RGEMA), México). Em Angola, no âmbito deste diagnóstico, não foram identificadas organizações de mulheres que tenham esta temática como foco principal, embora a maior parte delas tenha desenvolvido projectos no âmbito do saneamento, nomeadamente na campanha de distribuição da lixívia ou de recolha de lixo. De forma geral as organizações da sociedade civil que têm a questão do acesso à água como uma das suas temáticas de trabalho¹⁰⁷, ainda que utilizem estratégias para envolver as mulheres nos processos de decisão, não têm o binómio água-género como temática principal.

Finalmente, sublinha-se que faltam indicadores, desagregados por sexo, que permitam a análise e o traçado de políticas públicas que garantam uma gestão da água relacionada com os efeitos no meio ambiente¹⁰⁸ e a promoção da igualdade de género.

7.3 Educação, formação técnica e profissional e ensino superior

O CSP Angola (2008-2013:4) indica que “a problemática do reforço de capacidades e de recursos humanos são os principais constrangimentos para o desenvolvimento sustentável do País, afectando directamente o sector público. (...). O Estado continua a encontrar dificuldades na planificação e na gestão dos assuntos públicos tendo em conta o número insuficiente de quadros qualificados necessários para desempenhar cabalmente as suas prerrogativas. Este diagnóstico é partilhado tanto pelas autoridades nacionais como por todos os parceiros internacionais de desenvolvimento”.

A paridade de género na educação, apesar de relativamente alta, com uma relação de 0,81 entre raparigas e rapazes, continua abaixo da média subsaariana de 0,91¹⁰⁹, o que, segundo a UNESCO (2012: 4), indica a necessidade de um maior investimento na redução das disparidades de género em Angola. De acordo com o PNUD (2014: 184), os rapazes em idade escolar podem esperar receber 14 anos de educação, enquanto para as raparigas são estimados 8,7 anos¹¹⁰. Sobre as raparigas pesa o fardo da acumulação dos estudos com o trabalho doméstico, ou seja cuidados com os irmãos mais novos, carregar água e lenha e venda de produtos.

106 Direcção Provincial de Água e Saneamento da Huíla.

107 E.G. DW, WorldVision, NCA, IMVF, ADPP, LWF, PIN, ADESPOV, CVA, CAA e DomBosco.

108 Aragón, Leticia; Gil, María & Carmen Ramírez, 2007: 25.

109 Significando que para cada 100 rapazes que completam o ensino primário, encontram-se apenas 81 meninas a completar o mesmo ciclo.

110 Anos de escolaridade esperados se os padrões da taxa de matrícula prevalecerem ao longo da vida (anos de escolaridade esperados).

De acordo com o CEIC (2013: 105) as despesas orçamentais com a educação, entre 2010 e 2013, teriam duplicado, correspondendo a um aumento nominal de 103,8%, o que equivale a um crescimento médio anual de cerca de 25,9%¹¹¹. Ainda de acordo com o estudo, analisando a percentagem ou peso relativo da despesa com a educação no total das despesas do Estado, tem-se verificado, desde 2010, uma ligeira diminuição, passando de 8,52% para 8,09% em 2013¹¹². No entanto, os valores monetários absolutos traduzem um aumento significativo das verbas nominais¹¹³.

Quadro 12 – Resumo dos dados do sector de educação

Percentagem das despesas totais do Estado no sector da Educação	8,09%
Percentagem do orçamento da educação dedicado às escolas primárias	cerca de 29%, abaixo da média regional de 46% e dos 50%
Anos de escolaridade esperados para os rapazes	14
Anos de escolaridade esperados para as raparigas	8,7

Fonte: Autora com dados do PNUD (2014) e CEIC (2013).

De uma forma geral, de acordo com as entrevistas realizadas, uma das maiores barreiras para o ingresso e permanência das raparigas no sistema de ensino está relacionada com as dificuldades decorrentes da gravidez na adolescência e consequente conciliação entre os papéis de mãe/estudante (ver secção 2.1).

O Governo de Angola assume como prioridade a valorização dos recursos humanos nacionais. Para o efeito foi elaborado o Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020, que consiste num conjunto de orientações que decorrem da Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) para o ajustamento do sistema nacional do ensino médio técnico, ensino superior e formação profissional, em função das exigências e necessidades do mercado de trabalho de competências técnicas e profissionais. Ou seja, o PNFAQ tem como princípio subjacente a formação para o emprego.

O PNFAQ está estruturado em Programas de Acção, que estabelecem metas para a formação de quadros médios e superiores em diferentes domínios estratégicos de formação nos quais deverá ser concentrado o esforço de ajustamento da oferta formativa.

Para apoiar os esforços de implementação do PNFAQ foi criada pelo Executivo uma Unidade Técnica de Gestão (Decreto Presidencial n.º 187/13), que inclui representantes dos ministérios responsáveis pela gestão das acções previstas no PNFAQ: MAPTSS, MED, MES, MINCT, MINEC.

7.3.1. Ensino técnico-profissional

A gestão do subsistema do ensino técnico-profissional é da responsabilidade do MED (Capítulo III, Artigo 10.º da Lei de Bases do Sistema de Educação de 31 de Dezembro de 2001¹¹⁴). O ensino técnico-profissional inclui a formação técnico-profissional de base (7.º ao 9.º ano) e o ensino médio-técnico (10.º ao 13.º ano).

Organizações da sociedade civil oferecem também formação técnico-profissional de base integrada no sistema oficial de ensino. Destaca-se aqui o programa de formação técnico-profissional da ADPP. A oferta formativa é oferecida em áreas identificadas como inovadoras pela organização como: dinamizador de desenvolvimento comunitário, auxiliar agro-alimentar, assistente de água, educador pré-escolar, promotor de ambiente, assistente de energia, assistente de informação e comunicação social, agente comunitário de saúde e cozinheiro¹¹⁵. Em geral as turmas são compostas por 30% de raparigas, dependendo das províncias. De acordo com entrevista à ADPP, o objectivo é formar jovens nas áreas com maior necessidade no meio rural. Não foram identificadas acções de acompanhamento dos formandos.

De forma a criar um espaço de discussão e promover as raparigas no ambiente de ensino, a ADPP, no conjunto de actividades da Escola de Professores do Futuro, desenvolve o projecto Clube das Meninas, onde as estudantes, acompanhadas por uma professora, debatem assuntos relacionados com a sua formação (e.g. assédio, sexualidade, história das mulheres). O Clube pode ainda receber convidados, como profissionais de saúde para discussão das temáticas¹¹⁶.

O PNFAQ estabelece como meta a formação de 284.800 quadros médios, até 2020, em grande larga escala formados pelo subsistema do ensino médio técnico. As maiores necessidades de formação concentram-se na área da saúde, mecânica, produção e transformação agro-alimentar e pecuária, gestão e electrotécnica, electrónica e telecomunicações.

Estima-se que a representatividade feminina no ensino médio técnico seja inferior à masculina, à excepção dos domínios de formação na área da saúde, como sejam enfermagem e farmácia. O desequilíbrio tende a ser mais acentuado em diversos domínios da área das engenharias e ciências da administração e gestão.

7.3.2. Formação profissional

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS), por meio do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), é a entidade responsável pela gestão do Sistema Nacional de Formação Profissional. O INEFOP foi criado em 1998, absorvendo

111 Estes dados referem-se à dotação orçamental, correspondendo somente a despesas programadas e não às que efectivamente foram realizadas.
112 As despesas totais do Estado, de ano para ano, aumentaram em função das necessidades do próprio Estado e as despesas com a educação não aumentam na mesma proporção.
113 No entanto, mais recentemente, de acordo com o CEIC (2013: 104-105) a dotação orçamental para o sector da educação, em termos nominais, tem vindo a aumentar significativamente:
• Em 2010 foi alocada uma verba de 263,5 mil milhões de kwanzas que passou, em 2011, para 341,17 mil milhões (um aumento nominal de 29,5%).
• Em 2012, a dotação subiu para 376,76 mil milhões de kwanzas
• Em 2013, a dotação fixou-se nos 536,93 mil milhões de kwanzas.

114 Capítulo III Organização do Sistema de Educação, Secção I Estrutura do Sistema de Educação, Artigo 10.º (Estrutura)
1. A educação realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: a) subsistema de educação pré-escolar; b) subsistema de ensino geral; c) subsistema de ensino técnico-profissional; d) subsistema de formação de professores; e) subsistema de educação de adultos; f) subsistema de ensino superior.
115 Os cursos incluem estágio.
116 Entrevista a Delfina Araújo, directora da Escola de Professores do Futuro em Benguela. Outro exemplo neste sentido foi o projecto POWER: Participation of Women for Equal Representation, financiado pela UE na Suazilândia. O projecto desenvolvia um clube de meninas, com actividades lúdicas, promovendo assim um espaço de discussão destas temáticas orientadas por um professor. Para mais informações ver: http://ec.europa.eu/europeaid/documents/case-studies/swaziland_human-rights_power_en.pdf

o INAFOP – Instituto Nacional de Formação Profissional, criado em 1992¹¹⁷. Tem como objecto social “a execução e acompanhamento das políticas públicas de formação inicial e contínua da população em idade de trabalhar”. Sob gestão do INEFOP está uma comissão de trabalho constituída por representantes da Secretaria de Estado para a Economia, INAPEM e MINFAMU para harmonizar os métodos de incentivo aos jovens para o auto-emprego.

O País conta com 541 unidades formativas, entre centros de formação profissional, pavilhões de artes e ofícios, públicos e privados-públicos e unidades móveis, mas que no entanto não são em número suficiente para suprir a demanda no interior. O INEFOP está presente nas 18 províncias mas 45% da sua capacidade instalada e utilizada está em Luanda¹¹⁸ e Benguela. Apesar dos esforços que têm sido feitos, nomeadamente através das unidades móveis, existem ainda diversos constrangimentos no acesso à formação a partir dos municípios rurais e comunas¹¹⁹. Para o ano formativo de 2014 estiveram matriculados em todo o País 25.275 jovens, mas a publicação de dados desagregados por sexo nem sempre faz parte da rotina¹²⁰.

Segundo a entrevista concedida pelo INEFOP, os cursos mais procurados pelas raparigas são os das áreas “tradicionalmente femininas”, como decoração, corte e costura, culinária¹²¹. De forma geral, no material de divulgação para a formação profissional as áreas ainda aparecem separadas por género, conforme pode ser observado no livro “A Formação Profissional em Angola”, publicado pelo INEFOP, onde são raras as fotos em que as raparigas aparecem representadas nos cursos como serralharia, mecânica, etc.

Os cursos de curta duração são parte da oferta dos centros privados: constituem uma via rápida de inserção no mercado de trabalho e atendem a uma procura específica. É o caso, por exemplo, dos cursos de culinária, conforme indicado pela Associação da Mulher Empreendedora no Cunene – AMEC¹²², devido ao surgimento contínuo dos pequenos restaurantes.

O PNFQ identifica as mulheres como um dos grupos-alvo prioritários da formação em empreendedorismo e capacitação empresarial. Neste âmbito, define como meta a formação inicial, até 2020, de 10.000 mulheres adultas (12,5% da meta total) potenciais empreendedoras, e capacitação empresarial de 4875 mulheres empresárias (15% da meta total). É também reconhecida a necessidade de avaliação da oferta de formação em empreendedorismo, o nível de inserção dos formados(as) no mercado de trabalho, incluindo o impacto na melhoria da capacidade de gestão do próprio negócio.

117 Decreto n.º 34/98 de 2 de Outubro. Órgão que tem como competência a gestão e avaliação do Sistema Nacional do Emprego e da Formação Profissional, absorvendo as competências do INAFOP – Instituto Nacional de Formação Profissional, criado em 1992, através do Decreto n.º 39-D-92, de 28 de Agosto.

118 República de Angola, Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) (2009: 81).

119 Em 2007 o INEFOP indica que o número de formandos em Luanda foi de 2015, Benguela 1433, Bié 340, Bengo 428, Cabinda 135, Cunene 88, Huíla 590, Huambo 92, Kwanza Norte 49, Kwanza Sul 266, Kuando Kubango 530, Namibe 75, Uíge 237, Zaire 152, Malange 168.

120 Ver www.mapess.gov.ao. De acordo com o Relatório Conjunto sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros (2014: 11) o número de centros de formação privados (369) é substancialmente maior que o de centros públicos (135). Nas províncias, as necessidades de formação profissional são supridas em grande parte pelas unidades privadas que oferecem cursos de curta duração.

121 Foi recentemente incorporada a formação para empregadas(os) domésticas(os). Entretanto, a taxa de frequência neste curso ainda é reduzida.

122 Oferecidos na Huíla, por exemplo, pelo Centro de Formação de Mulheres das Irmãs de São José.

7.3.3 Ensino superior

De acordo com o CEIC (2013: 90), o ensino superior foi uma das áreas do sector social que apresentou maior crescimento, tendo vindo a consolidar-se desde 2009, por meio da oferta pública e privada, nas 18 províncias do País.

Quadro 13: Indicadores do crescimento do ensino superior 2012/2013

	2012	2013
Orçamento alocado às universidades públicas (kwanzas)	11.758.988.134,00	20.582.665.112,00
Número de empregos directos	12.761	13.825
Número de emprego de pessoal não docente	143	1116
Vagas disponíveis	31.000	32.240
Bolsas de estudo internas	6000	6464
Bolsas de estudo internas/externas	800	1200

Fonte: Construída com base no CEIC, 2013.

Ainda de acordo com o relatório, o número de matrículas efectuadas em 2013 situou-se em 218.678, com uma taxa de crescimento anual de 31,4%, sendo 60,2% no sistema privado e 39,8% nos estudantes da rede pública (CEIC, 2013: 92). Apesar do crescimento indicado no número de empregos, os recursos humanos continuam a ser em número insuficiente para as necessidades do sector, nomeadamente o número de docentes com mestrados e doutoramentos. Finalmente, no que se refere à participação feminina no ensino superior, pode ser claramente observado um crescimento. Na maior parte das entrevistadas foi indicado que as jovens raparigas vêem a universidade como o caminho natural para prosseguimento dos estudos.

Quadro 14: Dados de matrícula/população no ensino superior em 2013 por sexo

Total de matriculadas do sexo feminino	120.564
Total de matriculados do sexo masculino	98.114
População feminina no ensino público	51,1%
População masculina no ensino público	48,9%
População feminina no ensino privado	61,2%
População masculina no ensino privado	38,7%

Fonte: CEIC (2013).

A procura e o crescimento das mulheres neste nível de ensino superior não são, no entanto, lineares, na medida em que se verifica sobretudo em áreas consideradas “femininas”. Tomam-se como exemplo os dados recolhidos junto do Instituto Superior Politécnico de Benguela – ISPB quanto aos formandos de 2013, onde se constata uma clara diferença de participação masculina e feminina em função do curso¹²³, com uma prevalência masculina nas engenharias e feminina na

123 Finalistas de 2013 por curso/sexo: Medicina Dentária: 12 finalistas, 4 mulheres e 8 homens; Administração e Gestão do Território: 26 finalistas, 15 mulheres e 11 homens; Fisioterapia: 46 finalistas, 30 mulheres e 16 homens; Análises Clínicas: 31 finalistas, 20 mulheres e 11 homens; Enfermagem: 17 finalistas, 13 mulheres e 4 homens; Engenharia Electrónica: 2 finalistas, 2 homens; Informática: 6 finalistas, 6 homens; Telecomunicações: 8 finalistas, 2 mulheres e 6 homens;

área de fisioterapia (saúde). Algumas dificuldades foram apresentadas pelos informantes, como seja alguma resistência por parte dos familiares à frequência do ensino superior, quer por razões financeiras, quer por razões de segurança, uma vez que estudam à noite.

São poucos os pontos de contacto entre as universidades e as organizações da sociedade civil, nomeadamente com as organizações de mulheres. De forma geral, ou as intersecções acontecem por meio da participação do corpo discente e docente em OSC das quais são membros ou pelo recurso ao know-how das universidades para estudos pontuais, apresentação de palestras, seminários.

São ainda poucos os casos em que a Universidade actua como parceira nos projectos de desenvolvimento. Há no entanto algumas questões a serem observadas para a promoção desta aproximação, nomeadamente referentes à motivação do corpo docente para participar em iniciativas além das contratualmente indicadas. De forma geral não há mecanismos estabelecidos que incentivem o corpo docente a participar em actividades extra-classe. Os alunos já têm uma jornada exaustiva, a maior parte deles conciliando os estudos com o trabalho. A participação em programas de voluntariado exigiria um sólido processo de coordenação.

A aproximação entre as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil, em particular as organizações de mulheres, poderia trazer benefícios para ambas. Se, por um lado, as OSC poderão beneficiar do acesso a competências técnicas e especializadas que lhes confirmam uma maior capacidade de análise e contributo para a elaboração de políticas públicas de género e de promoção da mulher, por outro lado, as universidades tirarão partido de uma maior aproximação dos seus alunos e alunas ao mercado de trabalho.

7.3.4 Integração das questões de género na área da formação técnico-profissional

Apesar de o estudo de diagnóstico das necessidades de profissões e competências estratégicas no horizonte de 2020 contemplar a análise do índice de feminização em cada um dos 14 mega-clusters, não foram definidas metas de igualdade de género para a formação de quadros médios e superiores nos domínios estratégicos de formação. Destaca-se, contudo, que os indicadores de desempenho da implementação do PNFAQ são desagregados por género e têm sido encetados esforços no sentido de promover a recolha de informação sobre a oferta formativa e qualificações de quadros, desagregada por género, por forma a permitir um melhor conhecimento das assimetrias no acesso e frequência do ensino médio, técnico e normal, superior e formação profissional.

7.4 Emprego formal e informal

7.4.1 Mercado de trabalho formal

A guerra civil teve claro impacto também no mercado de trabalho. Devido ao processo de migração já descrito, nas zonas urbanas, ao aumento da oferta de mão-de-obra seguiu-se a diminuição da procura, principalmente em decorrência da destruição causada no parque produtivo¹²⁴. Finda

¹²⁴ As vias de ligação entre as cidades estavam parcial ou totalmente cortadas, as estradas estavam destruídas e por vezes

52

a guerra, os custos das transacções eram altíssimos. A guerra acabou por criar uma economia de litoral, deixando marginalizado o interior do País e destruindo, conseqüentemente, o mercado interno de grande escala.

O actual cenário do mercado de trabalho em Angola precisa também de ser analisado no contexto das diversas vagas de liberalização da economia ao longo da década de 90¹²⁵. As medidas de redução directa ou indirecta do consumo do Estado acarretaram a redução da procura de força de trabalho, tanto no sector público como no privado. Além disto, a diminuição dos rendimentos das famílias forçou os agregados familiares a procurar alternativas de geração de recursos no sector informal. O crescimento da participação das mulheres no sector informal corresponde também a uma tentativa de compensar a diminuição dos rendimentos familiares.

A incapacidade de superar a dependência do sector mineral extractivo é actualmente o principal desafio a ser superado, dada a baixa capacidade deste sector para gerar empregos. O sector de serviços dos campos petrolíferos injectou 51 mil milhões de USD na economia de 2004 a 2010. No entanto, apenas cerca de 1% dos trabalhadores angolanos está na indústria petrolífera (AEO, 2014: 4).

Estimado em 26% (AEO, 2013: 2), o desemprego constitui basicamente um fenómeno urbano (21,5% em comparação com 5,9% nas zonas rurais) afectando especialmente a população mais velha (taxa de 18,2% para aqueles com idades entre 50-64 e de 15% para jovens entre 15-24). O Governo está a promover o emprego local ao exigir que as empresas contratem uma percentagem mínima (70%) de cidadãos angolanos UNCTAD (2013: 9).

No que se refere ao sector privado, de acordo com a UNCTAD (2013: 8), é heterogéneo com três segmentos bem distintos:

- (i) um sector altamente sofisticado, basicamente em mãos de estrangeiros, vinculado à economia extractiva e que opera em mercados competitivos;
- (ii) um sector empresarial doméstico, actuante na economia formal, dominante em algumas actividades económicas essenciais e próximo ao Estado;
- (iii) e um sector informal composto por um conjunto de microempresas com acumulação de capital incipiente, limitada capacidade tecnológica, uso intensivo de mão-de-obra não qualificada e actuação concentrada no mercado informal.

Ainda de acordo com a UNCTAD (2013: 9), embora não existam dados facilmente disponíveis sobre a distribuição do desemprego formal por género, levando-se em conta que a taxa de desemprego rural é substancialmente mais baixa do que a urbana e que a vasta maioria da mão-

minadas, com o transporte de mercadorias a ser realizado por via área. Quando por via terrestre, a movimentação de pessoas ou bens era feita em colunas, por questões de segurança. As actividades agrícolas também, e principalmente, foram afectadas pela guerra civil. Faltava mão-de-obra devido às migrações das populações para as áreas urbanas. As áreas de cultivo estavam reduzidas: os campos estavam minados, o solo estava degradado pelos bombardeamentos e pelo corte de árvores para a transformação em energia e para cozinhar.

¹²⁵ A exemplo de muitos outros países que adoptaram o mesmo figurino, todo o processo de transição para a economia de mercado foi conduzido sem que o Estado desenvolvesse políticas públicas capazes de proteger os recursos humanos envolvidos nesse processo. Iniciados ainda num contexto de guerra civil, os programas de ajustamento estrutural tinham como objectivo declarado a promoção do crescimento económico por meio da liberalização da economia, do fortalecimento do sector privado e, principalmente, da redução do papel do Estado. Estes processos foram implementados de forma discricionária, a ideia de "Estado mínimo" foi empregada nos sectores sociais, embora o Estado Leviatã permaneça na actividade económica.

de-obra feminina trabalha na agricultura, deduz-se que a taxa de desemprego das mulheres é bem menor do que a dos homens. A ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005: 32), utilizando dados do IDR 2011, indica:

Quadro 17: Sector empregador do chefe do agregado segundo o estatuto de pobreza

Sector empregador	Agregado chefiado por homem		Agregado chefiado por mulher		Total
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	
Administração pública	9,2	10,2	4,3	5,0	8,5
Empresa pública	15,5	21,3	8,9	14,4	16,5
Empresa privada	32,9	37,5	22,3	22,1	32,1
Cooperativa	0,2	0,4	0,1	0,2	0,3
Auto-empregador	32,7	25,0	54,8	53,2	34,9
Trabalhador familiar não remunerado	1,6	0,8	1,4	0,8	1,2
Empregado doméstico	0,2	0,3	1,1	2,3	0,5
Outro	7,7	4,5	7,1	2,0	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005: 32) com base no IDR 2001.

Ainda de acordo com a ECP (República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, 2005: 83), as mulheres representam cerca de 40% dos efectivos na função pública, com maior frequência no grupo do pessoal administrativo e auxiliar.

De acordo as entrevistas realizadas, falta informação sobre a legislação vigente para o desenvolvimento dos pequenos negócios. A Associação de Mulheres Empresárias de Pequenos Negócios do Cunene – AMEC indica que é comum o facto de os pequenos estabelecimentos (no seu caso, por meio do BUE) receberem visitas frequentes da Polícia Económica e, consequentemente multas pelo incumprimento dos procedimentos definidos na legislação: “Quando a gente já sabe já faz direito para não ter prejuízo.”.

Segundo o governador do Banco Nacional de Angola o acesso das mulheres angolanas aos serviços financeiros é ainda limitado, sendo, em 2014, titulares de apenas 28,6% das contas bancárias activas no País, detendo 22,71% dos cartões de pagamento emitidos e representando apenas 21,26% do crédito total concedido¹²⁶. Apenas 50% da população adulta teria conta bancária. No índice Doing Business¹²⁷, dados para 2015, Angola ocupava a 181.^a posição entre os 189 países analisados. Seriam necessários 66 dias¹²⁸ para legalizar uma empresa em Angola a um custo médio correspondente a 123,5% do rendimento per capita.

126 Fonte: <http://observador.pt/2014/11/04/mulheres-sao-maioria-em-angola-mas-tem-menos-de-um-terco-das-contas-bancarias/>

127 Elaborado pelo Banco Mundial, disponível em: <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/angola>.

128 Sendo a operação mais longa a obtenção de uma licença pelo Ministério do Comércio, 60 dias.

7.4.2 Mercado de trabalho informal

Não se afigura possível estabelecer um limite que assinale onde acaba o sector formal e começa o sector informal. Especialmente em Angola, os dois sectores misturam-se e complementam-se numa pluralidade de situações. Os agentes económicos operam no formal e no informal, o que acaba por fortalecer os dois sectores. Interessa às elites a manutenção do sector informal, onde também têm negócios. Embora já se desenvolvessem pequenas actividades informais no período colonial, as intervenções do sistema de planeamento centralizado nos anos 80, com a fixação dos preços e a sobrevalorização da moeda nacional, permitiram o crescimento do sector informal. Contudo, o processo de liberalização económica, com a desestatização e a desregulamentação do comércio interno, teve como efeito a institucionalização das actividades informais, em que o sector comercial surge como o núcleo principal.

O sector informal – tanto rural quanto urbano – apresenta baixa capacidade de investimento, mas constitui o principal meio de vida e de emprego da população angolana, especialmente da força de trabalho feminina (UNCTAD, 2013: 8).

De forma geral, o sector comercial retalhista é composto por vendedores pobres em situação de luta pela sobrevivência. Os seus actores têm pouca capacidade de acumulação e baixo ou nenhum nível de escolaridade. O pequeno comércio informal sobrevive na dependência dos grandes importadores e na insegurança da ilegalidade, com margens de lucro extremamente reduzidas, com baixa capacidade de poupança ou investimento. Os mercados são os principais canais de distribuição e pontos de convergência entre o formal e o informal.

São inúmeros os trabalhadores que vivem do mercado informal, como, por exemplo: lavadores de carros, “staff” dos candongueiros, bagageiros, roboteiros, kinguilas, os organizadores de festas, engraxates. Estes trabalhadores são ignorados no seu contributo para o crescimento do País e na elaboração das políticas públicas. O sector informal está marcado pela precariedade, tanto em termos da falta global de condições de trabalho, baixos rendimentos, divisão sexual das actividades, quanto pela ausência de um sistema de segurança social.

A estratégia do Ministério da Economia é contribuir para a formalização do mercado informal. Está assim a desenvolver o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio – PROAPEN. O programa objectivava criar 200 Balcões Únicos do Empreendedorismo – BUE nos 164 municípios com o objectivo de formalizar os microempreendedores. O orçamento aprovado em 2012 para o programa foi de 21.340 milhões de kwanzas, dos quais 2.522 milhões alocados para os custos de gestão e 18.818 milhões num fundo de microcrédito a ser operacionalizado pelos bancos parceiros¹²⁹.

129 O programa foi concebido com base em alguns princípios: Criação de emprego; o município como a unidade principal do processo e desenvolvimento; a formalização das actividades; Combate à fome e à pobreza; Implementação rápida no terreno, com abrangência nacional. Uma das estratégias utilizadas pelo programa foi a adopção de uma ficha de inscrição tipificada para simplificar a execução. De entre as condições gerais para o financiamento dos projectos, destacam-se o valor máximo do empréstimo de 679.000 Kz, a taxa de juros anual bonificada de 2%. Os empréstimos são concedidos por 60 meses, com um período de carência de 12 meses. O período de graciosidade total varia entre 3, 6, 9 ou 12 meses em função do negócio. Não são necessárias garantias reais, valendo o aval moral. O empréstimo contemplaria ainda o acesso gratuito a formação do INEFOP e apoio na fase de implementação e acompanhamento.

De acordo com a entrevista realizada com o Ministério da Economia (MINEC), a taxa de reembolso da primeira fase foi muito baixa. Nesta fase, o desembolso não foi acompanhado da componente formativa, conforme indicado, nem do acompanhamento durante o período de implementação do negócio. As entrevistadas indicaram que, além do empréstimo, faltam outros incentivos para a formalização dos negócios, devido ao medo da burocracia e aos impostos. Da forma como o programa foi implementado, não foi possível ao MINEC desagregar os dados em relação aos beneficiários, ficando assim algumas perguntas: quantas mulheres foram beneficiadas? Quantos homens? Quantos jovens? Que tipo de negócios foram beneficiados? A impossibilidade de consolidar os dados nacionalmente e seguidamente analisá-los de forma desagregada por sexo e por tipo de negócio dificulta a análise do contributo para a promoção da IG de género no País.

A concessão de crédito é uma estratégia utilizada por diversas organizações. A Federação das Mulheres Empresárias de Angola – FMEA, por exemplo, tem protocolo com alguns bancos (Banco Sol, BPC, Millennium) para facilitar o crédito às empreendedoras em até 20.000 kwanzas. Tem ainda um protocolo com o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) para a facilitação das actividades de formação¹³⁰.

7.4.3 Divisão sexual do trabalho

O mercado de trabalho angolano está também marcado por uma divisão sexual do trabalho, conforme pode ser analisado no quadro abaixo. De acordo com o AEO (2014: 12), analisando os indicadores, 64.1% estavam empregadas, em comparação com 78% dos homens. E embora a percentagem de mulheres empregadas no sector público e no sistema bancário seja alta, em alguns casos acima de 50%, as mulheres estariam ausentes em outros domínios.

Quadro 18: Indicadores comparados de emprego e rendimento entre homens e mulheres

Rendimento Nacional Bruto masculino	7587 US\$
Rendimento Nacional Bruto feminino	5080 US\$
Emprego masculino entre os 15 e os 64 anos	78%
Emprego feminino entre os 15 e os 64 anos	64,1%

Fonte: PNUD (2014); AEO (2014) com base nos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

Além do emprego, ascender na carreira é um outro desafio enfrentado pelas mulheres. O Comité das Mulheres Sindicalizadas (CMS) ressalta que há preferência das chefias em promover os homens, já que “por razões culturais alguns chefes consideram que não devem promover as mulheres: vão engravidar, vão se ausentar”. O CMS indica que parte do problema estaria no facto de as mulheres não estarem informadas sobre os seus direitos¹³¹.

130 Por meio do projecto da OIT "Igualdade de género no mundo do trabalho" (2010-2014) e do INAPEM foi possível re-
lizar formação nas províncias a um conjunto de mulheres empreendedoras e também empresárias, no âmbito de “como iniciar o
negócio” e “como administrar o seu negócio”, incluindo noções básicas de contabilidade.

131 Ainda de acordo com a entrevista realizada, alguns direitos foram perdidos quando da reforma da Lei do Trabalho em
2000, como a obrigatoriedade na oferta de creches e programas de alfabetização por parte das maiores empresas e a redução

A coordenadora da ADPP Benguela relata os desafios de ser mulher e profissional na sociedade angolana contemporânea. No seu caso, mesmo tendo o suporte da direcção da organização, dirigida por mulheres, indica que não foi fácil impor-se como líder junto dos demais professores: “Eu provoquei mudanças na escola. Eu tive que fazer três vezes mais do que um homem faz. Agora acho que temos um ambiente com mais respeito e colaboração.”

Mesmo na organizações da sociedade civil, exceptuando-se aquelas cuja temática principal está relacionada com as questões de género, são poucos os casos de mulheres em posição de liderança. A ADRA apresenta no seu plano estratégico 2012-2016¹³² a incorporação da igualdade de género na sua metodologia de trabalho e nos seus valores, propondo igualmente promover o debate em relação à igualdade de género na organização. Ressalta-se que o PAANE I e a primeira fase do PAANE II tiveram uma mulher como coordenadora.

As mulheres acabam por acumular a responsabilidade do trabalho na esfera doméstica com o trabalho externo. Faltam políticas e acções de apoio à paternidade. A actual legislação laboral angolana permite apenas um dia de licença ao pai. Acções de sensibilização sobre a presença do pai não só no período do nascimento da criança, como em todo o ciclo da vida, teriam o potencial de contribuir para que a mulher pudesse conciliar melhor as actividades na esfera familiar e do trabalho. A conciliação efectiva entre a família e o trabalho tem ainda o potencial de contribuir para a redução de comportamentos de violência familiar. Contudo, isso só pode ser efectivado se o alargamento dos dias de dispensa do pai for incluído na actual revisão da Lei Geral do Trabalho.

Nomeadamente no mercado informal, de forma geral, homens e mulheres empreendem actividades diferenciadas, de forma que prolongam a divisão sexual do casal no ambiente doméstico. Não se vêem homens a preparar ou vender comida, por exemplo. De forma geral, os homens são candongueiros, mecânicos, vendem equipamentos, peças para carros, pilhas, telemóveis. As mulheres cozinham, vendem alimentos, roupas, talheres. Apesar de constituírem a maioria dos actores, salvo algumas excepções, o trabalho das mulheres não é valorizado de igual modo. As actividades exercidas pelas mulheres neste sector não exigem qualificações e são de baixo investimento. Consequentemente, são aquelas que proporcionam os mais baixos rendimentos.

As zungueiras acabam por ser a imagem do mercado informal. Estão num degrau mais baixo do sector informal, vender na rua é o último recurso. Não têm quaisquer condições de trabalho e são as mais afectadas pela repressão policial. No entanto, reagem da forma que podem e permanecem na actividade. As vendedoras que estão estabelecidas nos mercados já dispõem de melhores condições, especialmente nos mercados reformados, no entanto os custos de comercialização são mais altos.

As mulheres também se destacam no comércio transfronteiriço. Algumas vendedoras, já mais experientes e com maior poder aquisitivo, deslocam-se de forma individual ou colectiva à Namíbia e mesmo a destinos mais distantes, como Brasil e China. No Cunene, o pequeno negócio transfronteiriço é forte devido à proximidade com a Namíbia. De acordo com as entrevistadas, a maior dificuldade está na passagem da fronteira. As dificuldades estão na reduzida quota de

da carga horária (1 hora por dia) para a amamentação. Mas foi informado que, apesar da não obrigatoriedade, algumas empresas, como a Sonangol, mantêm esta prática.

132 Disponível em: <http://www.adra-angola.org/wp-content/uploads/2012/11/ADRA-PE-2012-2016-Documento-Principal.pdf>.

mercadoria permitida em cada passagem, o que as obriga a fazerem várias viagens por dia. Falta transporte adequado para a mercadoria e falta informação sobre a legislação vigente, conforme indica a AMEC: “Qual a taxa que é aplicada sobre o meu produto? Qual é o meu direito de carga? Pode ser que eu até esteja certa, mas fico com medo.”

Ainda no espaço do mercado de trabalho informal, a prostituição¹³³ é outra actividade que coloca as mulheres em posição de vulnerabilidade. A Organização de Interação Comunitária (OIC)¹³⁴ em Benguela, no âmbito do seu trabalho para sensibilização para o VIH/SIDA, trabalha com as trabalhadoras do sexo, camionistas e clientes. A organização identificou áreas de prostituição em Benguela e no Lobito (acima de 16 pontos). Nestas áreas encontram-se angolanas, chinesas e congolesas a prostituir-se em situação de elevada precariedade. Algumas por conta própria, outras alugando quartos em hotéis. Algumas nas ruas e nos camiões. Os clientes são de diversas nacionalidades: portugueses, angolanos, libaneses, chineses, brasileiros, etc. Há ainda mulheres como clientes. A remuneração é baixa, mais comumente variando de 1500 a 10.000 kwanzas (para a noite toda). Mesmo as mulheres de nacionalidade angolana não contam com a protecção da rede familiar, já que, para fugir do estigma, de forma geral exercem a actividade de prostituição numa zona diferente da da sua morada: “Uma delas é de Luanda, diz ao marido que vem fazer negócio de peixe aqui. Fica por quatro meses e leva também o peixe.”

7.4.4 Protecção social

De acordo com a UNICEF, quando bem implementados, os programas de transferência social contribuem para a redução da desigualdade. A nível intrafamiliar, podem influenciar o empowerment das mulheres, quando as transferências vão para as mulheres. Legalmente estão definidos na Constituição de Angola (art. 21, 24, 77, 80), na Lei de Base da Protecção Social – Lei n.º 7/2004. Angola assinou em 2008 o “Social policy framework for Africa”. O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social – MAPTESS e o Ministério da Assistência e Reinserção Social – MINARS são os dois principais ministérios responsáveis pelas políticas e programas de protecção social.

Apesar de o Governo atribuir grande importância ao desenvolvimento de sistemas sociais para proteger os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, o alcance dos programas é limitado (AEO, 2014: 12). No orçamento de 2013, 11,1% das receitas orçamentais foram destinados para os programas de protecção social. O financiamento público destinado a subsídios atingiu 7,2 mil milhões de USD em 2013, dos quais 5 mil milhões de USD para subsídios à energia. Ainda de acordo com o relatório, apesar do aumento dos recursos, a protecção social em Angola é fragmentada, descoordenada e deficientemente implementada, com uma segmentação ineficaz. Em 2012, cerca de 100.000 pessoas foram abrangidas por programas de cabaz de alimentos. O sistema também cobriu 100.000 vítimas de calamidades, 36.000 crianças afectadas pelo HIV/SIDA, 41.720 pessoas que beneficiaram de transportes para os deficientes, 10.000 microcooperativas e 6000 refugiados que foram integrados na sociedade.

¹³³ O enquadramento da actividade de prostituição no mercado formal é controverso, já que é considerado como uma actividade ilegal. A conceptualização do sector informal é complexa e ainda não está bem definida nas ciências sociais, onde por vezes aparecem termos sinónimos como “espontâneo”, “ilegal”, “subterrâneo”, “popular”, “clandestino”, entre outros. Para Lopes (1999: iii) trata-se de práticas económicas legais realizadas por agentes económicos ilegais, comportamentos económicos que se efectuam à margem, que estão excluídos ou que escapam ao sistema institucional de leis, regras, direitos, regulamentos e procedimentos que estruturam o sistema formal de produção e troca.

¹³⁴ A organização está a iniciar um trabalho com prostituição masculina.

Os trabalhadores do sector informal, apesar da maior exposição ao risco, não dispõem de instrumentos de protecção social. De acordo com a OIT, a falta de protecção social é o factor que mais contribui para a exclusão e para a pobreza (OIT, 2008: 2).

Dada a falta de políticas públicas de protecção social (segurança e assistência), as mulheres que actuam no sector informal têm sobrevivido graças às suas próprias iniciativas e aos sistemas de entreaajuda. Devido à dificuldade em aceder a linhas de crédito formal, a vendedoras estão organizadas em sistemas informais de crédito associativo, chamados de kixikila, geridos pelas próprias mulheres. Apesar dos progressos alcançados pelos mecanismos de entreaajuda como a kixikila, ou mesmo o acesso ao microcrédito, em muitos dos casos estes não constituem, por si só, mecanismos que permitam uma alteração profunda das condições de trabalho e sobrevivência. A família e as igrejas são os principais espaços de apoio.

Ainda no sector informal, uma das categorias mais desconsideradas em termos da protecção dos seus direitos laborais e segurança social é a dos trabalhadores domésticos. São homens e mulheres que desempenham uma série de profissões, como cuidadoras de idosos, amas, empregadas domésticas, guardas, jardineiros, porteiros. Pela ausência no País de uma legislação que regule o seu trabalho e direitos, são considerados trabalhadores informais. Foi indicado nas entrevistas que está a ser elaborado um projecto-lei para a protecção dos trabalhadores domésticos (no âmbito do qual foram recolhidas várias opiniões e contribuições, através de palestras, organizadas pelos sindicatos, pela Associação das Mulheres da Carreira Jurídica e pelo MAPTSS). De acordo com o Comité das Mulheres Sindicalizadas da UNTA, este projecto-lei necessita de ser melhorado de forma mais inclusiva e garantir canais funcionais a nível dos municípios para facilitar o serviço a esse sector vulnerável de trabalhadores. Particularmente nas províncias há trabalhadores(as) que auferem salários extremamente baixos.



8 Conclusões

Este diagnóstico salienta a desvantagem em que ainda se encontram as mulheres e, de forma geral, a fragilidade institucional das associações de mulheres, demonstrando que se justificam acções mais dirigidas para a promoção da igualdade de género em Angola. O fortalecimento dos actores não estatais seria o primeiro passo.

A temática do género tem o potencial para contribuir para uma melhor interlocução e para fortalecer o diálogo político entre diferentes correntes partidárias. Seria ainda um bom ponto de partida para desenvolver e melhorar os mecanismos de consulta e auscultação social bem como de representatividade dos actores locais nos CACS, contribuindo assim para o processo de descentralização em curso no País.

Os vários acordos e convenções adoptados por Angola, bem como a aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica, permitem a crescente equiparação, em termos legais, entre homens e mulheres. O direito consuetudinário é, no entanto, frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher. O Diagnóstico chama assim a atenção para a necessidade de monitorizar os novos instrumentos legais e políticos para que estes não encubram as clivagens entre os homens e as mulheres em termos económicos e sociais. Ainda que as políticas públicas relacionadas com as questões de género estejam a ser cada vez mais enfatizadas no quadro legal e no discurso político, estas não tem correspondência orçamental nos programas do Governo, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais vulneráveis. A baixa dotação orçamental para as políticas e programas de promoção da IG em Angola exprime a forte distância entre os discursos políticos e a prática. Esta distância revela, por um lado, o conhecimento do problema e o interesse na promoção da mulher, e por outro, a falta de mecanismos (humanos, financeiros, políticos e estratégicos) para uma efectiva promoção da mulher.

O CMG, apesar de se tratar de um importante passo no processo de concertação entre os diversos actores, ainda não funciona como um espaço efectivo de discussão das políticas públicas. A resposta por parte dos demais ministérios é muito reduzida e frágil. O CMG acaba por funcionar principalmente como um espaço de apresentação de planos e resultados.

Nas zonas rurais, as oportunidades de participação na vida política ainda são preferencialmente para os homens. A situação é ainda mais grave em províncias como a Lunda-Norte e a Huíla

devido à forte cultura patriarcal. As mulheres, apesar de estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, estão em papéis secundários, permanecem muitas vezes silenciosas e não se conseguem organizar para uma melhor participação. São limitadas as oportunidades de exercerem cargos de liderança. Uma das questões importantes para a promoção da IG no sector agrícola é garantir a posse da terra pelas mulheres rurais, pois a insegurança no acesso à terra é um elemento que reforça a vulnerabilidade das mulheres.

Incorporar a perspectiva de género na gestão integrada de recursos hídricos significa reconhecer as contribuições que homens e mulheres têm a dar nos vários níveis de decisão relacionados com as diversas realidades nacionais, regionais e locais nos processos de formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com a água (GWA & Instituto Ipanema, 2009: 3). Assim, além da expansão dos serviços de água e saneamento, que é de todo fundamental, importa assegurar o papel da mulher nas esferas de decisão. Embora na sociedade angolana seja tarefa da mulher carregar água, ainda que presentes nos GAS, elas ocupam, de forma geral, papéis secundários.

Em Angola, no âmbito deste diagnóstico, não foram identificadas organizações de mulheres que tenham esta temática como foco principal, embora a maior parte delas tenha desenvolvido projectos no âmbito do saneamento, nomeadamente na campanha de distribuição da lixívia ou de recolha de lixo. O envolvimento das organizações de mulheres na discussão sobre políticas públicas relacionadas com a água passaria necessariamente pela sua capacitação destas organizações nesta temática. Permitiria também dar visibilidade à contribuição das mulheres e do enfoque da equidade de género nos debates sobre a água¹³⁵.

O desafio que se apresenta para o sector da educação superior, para além da expansão já em curso, é o de assegurar a qualidade necessária da formação oferecida de forma a contribuir para melhor integração dos egressos no mercado de trabalho. O crescimento da participação feminina no ensino superior não é linear, dá-se em áreas consideradas “femininas”.

Este diagnóstico também permitiu também concluir que são poucos os pontos de contacto entre as universidades e as organizações da sociedade civil, nomeadamente com as organizações de mulheres. Uma maior aproximação entre as instituições de ensino superior e as OSC permitiria, por um lado, contribuir para a ampliação do processo de reflexão e análise das questões de género em Angola, por meio de diagnósticos para a implementação de projectos de desenvolvimento, estudos, pesquisas, debates. Por outro lado, as universidades poderiam dar um importante contributo para o processo de fortalecimento institucional das organizações de mulheres. Podem promover a criação de espaços estruturados de diálogo onde se possam estabelecer as bases para o desenvolvimento de trabalho conjunto e facilitar o seu envolvimento em espaços de participação da sociedade civil.

O campo da formação profissional tem sido tratado pelo GdA como um espaço neutro, não considerando as assimetrias para permanência e acesso entre os géneros. As raparigas estão presentes sobretudo nas áreas consideradas como “tradicionalmente femininas”. A maior auto-representação das mulheres nas profissões consideradas como masculinas poderia contribuir para ampliar/mudar o padrão do acesso das raparigas a ingressar no sistema de formação profissional.

As maiores barreiras para o ingresso e permanência das raparigas, quer no ensino técnico, quer no ensino profissional, estão relacionadas com as dificuldades decorrentes da gravidez na adolescência e consequente conciliação entre os papéis de mãe e estudante.

O mercado de trabalho angolano está também marcado por uma divisão sexual do trabalho. Além do emprego, ascender na carreira é um outro desafio enfrentado pelas mulheres.

Além da guerra civil, o processo de liberalização económica implicou transformações que não se restringiram à esfera produtiva, influenciando consequentemente o papel da mulher na família e na sociedade. Além de empurradas para o sector informal, os cortes nos subsídios à educação e assistência social implicaram um peso acrescido para as mulheres. Requereram das mulheres maior dedicação às actividades de reprodução social e consequentemente a diminuição do tempo disponível para as actividades de produção económica. Criaram uma dinâmica de rendimentos cada vez mais baixos e, simultaneamente, cada vez maior necessidade de suprir a insuficiência de políticas públicas sociais.

São frágeis os mecanismos de protecção social em Angola e o seu alcance é limitado. Estão direccionados principalmente para os ex-combatentes e suas famílias, distribuição de comida para alguns grupos vulneráveis, distribuição de próteses e cadeiras de rodas, formação profissional e outras pequenas iniciativas.

Finalmente, conclui-se que o desconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres nos diversos sectores da vida económica e social angolana contribui para a manutenção da desigualdade de género no País. Foi assim recomendado o apoio à realização de um conjunto de estudos com o objectivo de contribuir para a criação de uma base teórica que permita a “gendrificação” das políticas públicas angolanas, tanto na esfera da produção como da reprodução. Estes estudos constituiriam fontes de referência essenciais para os diferentes actores comprometidos com a promoção da igualdade de género no País.

135 Aragón, Leticia; Gil, María & Carmen Ramírez, 2007.



9 Recomendações

Recomenda-se maior apoio da DUE em Angola aos projectos na área do género, dado que estes projectos podem ser um bom ponto de partida para trabalhar outras questões do desenvolvimento, nomeadamente as questões da boa governação, já que a temática não é controversa e está espelhada nos programas de governo do partido no poder e no maior partido de oposição¹³⁶. O 11.º FED pode-se constituir numa oportunidade para o estreitamento das relações entre a DUE e o MINFAMU, tendo por base as linhas de acções definidas na DNIEG.

9.1 Para a DUE no âmbito da cooperação com o MINFAMU

Fornecer apoio especializado para o fortalecimento da capacidade técnica instalada do MINFAMU, nomeadamente de forma a permitir o cumprimento do Plano de Acção para a Igualdade e Equidade de Género, no âmbito da PNIEG. Identificam-se as seguintes prioridades de acção:

- (i) Apoiar a formação da equipa técnica do Ministério, em diversos níveis, nas áreas do planeamento, gestão, monitorização e avaliação, permitindo assim desenvolver capacidades para acompanhar a implementação do PNIEG.
- (ii) Fornecer assessoria técnica que permita desenvolver no Ministério a capacidade de recolher, desagregar e analisar dados referentes à situação socioeconómica das mulheres no País. Justifica-se também pelos desafios enfrentados pelo MINFAMU para submeter os relatórios como por exemplo, os da CEDAW e do protocolo da SADC. Dados realistas e actualizados permitiriam melhor definição dos programas e projectos desenvolvidos pelo Ministério.

No âmbito da implementação da Lei 25/11, Contra a Violência Doméstica, o MINFAMU necessita de apoio para a realização de um conjunto de acções:

- (i) Apoio na definição, implementação e monitorização para o desenvolvimento, a nível nacional, dos mecanismos de salvaguarda das vítimas, conforme previsto na própria lei (nomeadamente das casas de abrigo);
- (ii) Em conjunto com o Ministério da Justiça, apoiar a implementação de instrumentos de apoio à execução da lei (disponibilização de advogados, acompanhamento dos processos);
- (iii) Na estruturação de uma base de dados nacional que permita a consolidação e análise de dados sobre:

136 Ver Manifesto Eleitoral, Isaías Samakuva 2012.

- a. os tipos de violência: violência psicológica, física, sexual;
 - b. os vários pontos de atendimento da vítima;
- (iv) Seria ainda importante a realização de estudos e inquéritos que permitissem aferir o real nível de apropriação e implementação desta lei, com prioridade para o meio rural, com a finalidade de se melhorar o trabalho de informação, educação e comunicação.

Apoiar o fortalecimento da capacidade institucional das DIFAMU, nomeadamente pela formação de recursos humanos nas áreas do planeamento, implementação, monitorização e avaliação de programas e projectos participativos, fornecendo assim condições para a maior autonomia e eficácia dos projectos desenvolvidos.

9.2 No âmbito dos mecanismos de coordenação

9.2.1 Para a DUE em Angola

Recomenda-se o apoio ao desenvolvimento de espaços/mecanismos de diálogo entre as OSC, os doadores e o Estado que sejam espaços de aprendizagem, troca de ideias e capacitação podendo levar ao desenvolvimento de iniciativas comuns ou trabalho conjunto. Cita-se como exemplo o workshop “Integração da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia (programas e projectos)”¹³⁷, um modelo a ser repetido.

Em relação aos CMG recomenda-se o apoio a acções que permitam reforçar a capacidade técnica do MINFAMU no diálogo interinstitucional e na coordenação das acções na área da promoção da IG. Esta recomendação pode ser consubstanciada em acções que permitam:

- (i) O desenvolvimento de capacidades técnicas, em diferentes níveis, para orientar os membros do CMG na concepção, implementação, monitorização e avaliação de programas e projectos participativos, integrando assim as questões de género;
- (ii) Desenvolver o sistema de colecta e análise de dados referentes aos programas na área do género desenvolvidos pelas organizações membros do CMG;
- (iii) Apoiar a formação da equipa técnica do Ministério e dos pontos focais em orçamentação na óptica do género de forma a melhorar a capacidade de coordenação entre os membros do CMG e criar capacidade nas instituições do Estado para a implementação da PNIEG;
- (iv) Apoiar o intercâmbio entre os membros da CPLP em organizações com propostas similares (e.g. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, Brasil).

9.2.2 Para o PAANE

De forma complementar, com o objectivo de capacitar os actores não estatais na abertura/ utilização dos espaços de diálogo, seria importante promover acções de capacitação das OSC na temática da elaboração/análise de políticas/lobby e advocacy no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e da promoção da IG.

¹³⁷ Enquadrado nos objectivos do “Plano de Acção de Género da UE 2010-2015” e objectivou analisar a integração das questões de género nas políticas, programas e projectos de cooperação da UE em Angola, visando o reforço de competências nesta área, a consolidação de parcerias e a troca de experiências com organizações da sociedade civil, parceiros de implementação, parceiros governamentais e Estados-membros da União Europeia.

9.3 No âmbito da cooperação com as organizações da sociedade civil

9.3.1 Para a DUE em Angola no âmbito de um novo ciclo programático de apoio aos actores não estatais

Incluir a promoção da igualdade de género como eixo central integrando-o numa estratégia mais ampla de apoio ao desenvolvimento das organizações da sociedade civil e do diálogo em Angola. Embora se reconheça que esta área é trabalhada de forma transversal pelo Programa e não como eixo principal, este diagnóstico salienta a temática do género como um caminho para o estreitamento das relações entre as OSC e as organizações do Estado, dado o reconhecimento da importância da promoção da IG por todas as partes.

9.3.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção

De forma a contribuir para a consolidação dos recursos humanos das organizações recomenda-se reforço na área da formação em três eixos prioritários:

- Formação na temática da promoção da IG (e.g. violência com base no género; empreendedorismo feminino; empowerment e liderança feminina);
- Fortalecimento da capacidade institucional, em especial, mas não só, das OSC com enfoque nas questões de género (e.g. planeamento estratégico, elaboração de projectos, monitorização e avaliação das actividades; análise de impactos). Priorizar assim acções de formação que permitam o desenvolvimento organizacional e a criação de estratégias de sustentabilidade que quebrem o ciclo de “viver de projectos”, isto é, as organizações funcionam quando “entram recursos quando há um projecto” e o trabalho fica interrompido até que se consiga financiamento para o próximo projecto;
- Reforço das capacidades de monitorização e avaliação das OSC, especialmente estabelecimento de metas e desenvolvimento de indicadores que permitam incorporar as questões de género de forma transversal.

Devido ao elevado turnover nas OSC, além da necessidade de actualização daqueles que já receberam formação, um espaço de formação contínua, trimestral/semestralmente programada poderia ser importante.

A formação foi uma das necessidades mais mencionadas pelas organizações consultadas. A formação é, antes de mais, uma pré-condição da participação activa das mulheres na sociedade civil: “não adianta as mulheres estarem presentes nos encontros, reuniões e conferências, se não têm, de facto, voz activa¹³⁸”. Recomenda-se, no entanto, nesta área uma reformulação do modelo tradicional¹³⁹ pouco eficiente (palestras, tendo o formando como passivo). Devia-se considerar modelos interactivos, que integrem a teoria e a prática, trabalhando com base em casos concretos e, em alguns casos, com meios audiovisuais. Há ainda que ter em conta, na elaboração de propostas formativas, a heterogeneidade dos grupos-alvo, onde tanto se encontram pessoas com vasta experiência e formação avançada, como pessoas com nível básico de formação.

¹³⁸ Entrevista ao PNUD.

¹³⁹ O modelo que está a ser implementado pelo PAANE, embora ainda em fase inicial, tem características inovadoras e permite uma série de ganhos. Este modelo de formação une-se ao ponto focal do PAANE nas províncias e torna-o co-responsável pela formação. Utiliza ainda o seu material e os seus casos de sucesso como objecto de estudo. Consegue assim unir a prática ao fortalecimento dos actores locais, dando-lhes um papel activo. Mais ainda, o momento da formação é também utilizado como espaço de diálogo e discussão entre as organizações.

Dado que a legalização é um importante passo no diálogo com as organizações do Estado e para aceder a financiamentos, recomenda-se a criação de mecanismos que possam informar e acompanhar as organizações informais no seu processo de legalização.

Criação e dinamização de grupos de trabalho entre as OSC que actuam na área do género versando sobre problemas e questões comuns (e.g. o grupo de recursos humanos da plataforma portuguesa das ONGD). Estes grupos podem constituir-se como um espaço contínuo de troca de experiências entre as organizações e também de identificação e aproveitamento das boas práticas.

Seriam recomendáveis acções no sentido de reforçar as relações com outros parceiros na área do desenvolvimento, nomeadamente com as universidades e empresas/associações empresariais. O estreitamento de relações com estes actores poderia contribuir tanto para a valorização da importância das OSC no cenário angolano como para o estabelecimento de parcerias e a facilitação de apoios financeiros.

9.3.3 Para o PAANE no actual programa

Considerar, tendo em conta as restrições orçamentais do programa e o tempo que ainda falta para o seu encerramento (cerca de 6 meses), formação específica dos operadores do PAANE II para a incorporação da igualdade de género nas suas linhas de trabalho. Com excepção da ADRA e da Rede Mulher, o conhecimento desta área é limitado entre os operadores. O facto de estas organizações já estarem em estreita relação com o PAANE II pode ser uma oportunidade para a realização de actividades neste sentido, ainda que se resumam, nesta fase, a acções de esclarecimento e sensibilização.

Uma questão que com frequência foi citada pelos informantes diz respeito à falta de feedback às organizações, em relação aos estudos em que participam. Recomenda-se portanto a distribuição directa deste relatório às organizações entrevistadas bem como aos operadores do PAANE II, especialmente para que possam fazer chegar este Diagnóstico às OSC sediadas nas províncias e que enfrentem mais dificuldades no seu processo de comunicação.

Desenvolver os seus mecanismos de comunicação nomeadamente, mas não só, com as OSC que actuam na área do género. Durante o trabalho de terreno¹⁴⁰ foi constatado que algumas das organizações contactadas não conheciam ou não estavam informadas sobre o PAANE e a sua área de actuação. Embora a página web seja um importante instrumento de comunicação, acções mais activas, como uma newsletter digital ou o envio de e-mails informativos pode contribuir para uma maior aproximação entre o PAANE e as OSC.

O sistema de sub-subsvenções pode ser um importante mecanismo para o reforço da capacidade institucional das organizações de pequeno porte que actuam na área da promoção da IG. Dada a fraquezas nas capacidades institucionais (conforme identificado anteriormente), importa criarem-se condições mais favoráveis para o acesso destas organizações às subsvenções. Uma das estratégias poderia passar pela realização de sessões de esclarecimento prévias à abertura do concurso e a organização de um mecanismo de apoio durante o processo de candidatura¹⁴¹.

140 Embora Luanda não seja uma província de actuação do PAANE.

141 A lista de todas as sub-subsvenções no âmbito do PAANE II já está disponível na página do programa: <http://www.paa->

9.4 Recomendações na área da agricultura sustentável

9.4.1 Para a DUE em Angola

Apoiar a realização de estudos de mercado sobre comercialização de produtos locais (tendo em conta os papéis diferenciados de homens e mulheres na produção) com o objectivo de identificar produtos agrícolas de interesse para as mulheres produtoras e estratégias de comercialização.

Promover acções dirigidas a melhorar os direitos das mulheres em relação ao fundiário. Por exemplo: estudo sobre direitos de propriedade da terra ou divulgação de materiais de informação ou promoção de campanhas de informação sobre direitos das mulheres no que toca a esta questão.

Apoiar projectos com vista ao aumento da produtividade agrícola na óptica da agricultura sustentável, nomeadamente acções de formação para mulheres no âmbito da produção e estratégias de acesso ao mercado.

Apoiar a realização de estudos para analisar alternativas de geração de rendimentos para organizações de mulheres agricultoras, nomeadamente através do processamento dos seus produtos agrícolas.

Apoiar projectos que tenham como objectivo a capacitação de mulheres no processamento e conservação dos produtos agrícolas identificados como rentáveis bem como a sua comercialização.

O analfabetismo continua a ser um desafio em meio rural e que tem especial impacto nas mulheres impedindo a sua participação na vida económica e social. A DUE poderia considerar acções de apoio aos programas de alfabetização para mulheres em meio rural.

9.4.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção

Realizar um mapeamento das associações e cooperativas rurais, por municípios, nas províncias onde o programa actua, tendo em conta os papéis diferenciados exercidos por mulheres e homens. Um melhor conhecimento dos actores no terreno poderia contribuir para:

- (i) Fornecer um diagnóstico sobre a participação feminina nos espaços de decisão e, consequentemente, sobre as suas reais necessidades;
- (ii) Melhorar o fluxo de informação entre estes actores, entre o PAANE e as organizações do Estado.
- (iii) Fornecer dados que melhor permitam verificar o funcionamento e a regularidade dos CACS e a participação de organizações de mulheres.

Apoiar o reforço das organizações de mulheres produtoras através de actividades de formação, aliando sempre a parte teórica à parte prática, com o intuito de:

- Melhorar os mecanismos de funcionamento das organizações.
- Capacitar os seus membros em áreas relevantes para a gestão da organização, planeamento, gestão de projectos, contabilidade, etc.

neangola.org/paane/

- Técnicas de liderança.
- Melhorar a capacidade de acesso ao microcrédito e gestão do mesmo.

De forma a aumentar a sua eficácia e apropriação, estas actividades poderiam adoptar como ponto de partida os grupos comunitários que já se encontram organizados e/ou empreendimentos colectivos solidários nos municípios. Importaria ainda conjugar o planeamento da componente formativa com o planeamento de mecanismos de comercialização e de financiamento (ainda que a serem implementados em fases subsequentes).

Apoiar o reforço da participação das mulheres nas associações agrícolas através da identificação de mulheres líderes e participantes activas na comunidade e do reforço das suas capacidades de liderança. Dar prioridade a zonas cuja participação feminina nos espaços de decisão na vida política e associativa é mais reduzida (e.g. Lunda Norte, em municípios seleccionados, além do Dundo).

Finalmente, recomenda-se desenvolver a capacidade das OSC de prestarem apoio técnico à produção agrícola. O PAANE poderia actuar como articulador entre os formadores e as OSC, fornecedor de materiais de formação e informação. Como já expresso na recomendação à DUE, é necessário e pertinente desenvolver acções dirigidas às mulheres para melhoria da produção agrícola.

9.5 Recomendações na área de água e saneamento

9.5.1 Para a DUE

- Importa assegurar que as necessidades de homens e mulheres foram identificadas e incorporadas em todas as fases do ciclo do projecto. Que os indicadores de género sejam de facto SMART e que sejam focados nos momentos das monitorizações e avaliações;
- De forma a estimular o envolvimento das organizações de mulheres nesta temática, recomenda-se o apoio a acções de sensibilização e, principalmente, intercâmbio na temática da água e do género, com outras organizações da CPLP (como por exemplo Diaconia e Instituto Ipanema – Brasil, NADEL – Guiné Bissau).

Recomendam-se ainda estudos aprofundados em três temáticas:

- No negócio da água, de forma a identificar os impactos causados (tanto no preço quanto na qualidade) e identificar alternativas;
- Na utilização das latrinas nas zonas rurais e nomeadamente sobre questões culturais que determinam o seu uso;
- No acesso à água, gestão do poder e impacto previsto entre homens e mulheres nos projectos de desenvolvimento implementados no País. Poderia ainda complementar este estudo a recolha e análise de dados sobre os principais problemas e constrangimentos encontrados na implementação de projectos já desenvolvidos neste sector pela UE (e.g. Projecto Gestão Comunitária de Chafarizes na Comuna do Cazenga e consolidação na Comuna do Tala-Hady). As conclusões advindas desta análise têm o potencial de gerar recomendações para futuros projectos.

9.5.2 Para o PAANE na programação de um novo ciclo de acção

Promover acções de sensibilização e capacitação na análise de políticas públicas nas temáticas de WASH e género. Uma estratégia importante passaria pela criação de pontes entre as OSC de mulheres em Angola e os movimentos da sociedade civil internacional que tratam desta temática.

9.6 Recomendações na área da educação, formação técnica e profissional e ensino superior

9.6.1 Recomendações para a DUE no âmbito do ensino técnico-profissional e formação profissional

Recomenda-se, segundo demanda do próprio INEFOP¹⁴², apoio na actualização dos instrumentos de formação, nomeadamente e por ordem de importância na (i) revisão dos planos curriculares e na (ii) revisão dos manuais. O apoio na implementação destas acções pode-se constituir numa oportunidade para inserir/reforçar a componente didáctica da promoção da IG no âmbito da formação técnico-profissional.

Dado que a temática da igualdade de género ainda precisa de ser mais bem assimilada em todos os sectores económicos e sociais em Angola, recomenda-se o apoio à formação nesta temática para o corpo docente e discente na área da formação profissional, sendo ainda incorporadas temáticas para o combate ao assédio moral e sexual.

Caberia ainda a implementação de uma estratégia de sensibilização das empresas públicas e privadas para participarem no reforço das competências profissionais, concedendo estágios aos finalistas; nomeadamente às raparigas nas áreas tecnológicas onde estão presentes em menor número.

Recomenda-se, no âmbito do PNFAQ, a incorporação de metas de igualdade de género para a formação de quadros médios e superiores. Importa também apoiar acções que objectivem trabalhar, tanto no sector do ensino superior como no sector da formação técnico-profissional, a auto-representação das mulheres nas profissões consideradas como masculinas (e.g. na área da electricidade, mecânica, etc.). Neste âmbito, o desenvolvimento de campanhas de divulgação e comunicação da oferta formativa e respectivas saídas profissionais direccionadas para os(as) jovens poderão ter um papel fundamental no aumento das taxas de participação feminina nos cursos de domínios de formação que tendem a ter uma menor procura por parte destas. É igualmente importante trabalhar a auto-representação dos homens e mulheres com deficiência.

Finalmente, de forma a evitar a gravidez na adolescência e consequente abandono/atraso escolar, recomenda-se desenvolver acções de formação na área da educação sexual e reprodutiva, nas escolas e institutos médios, a exemplo do programa “Educação para a Vida Familiar” apoiado pelo FNUAP/PNUD. O investimento em educação sexual e reprodutiva é transversal a todos os aspectos citados neste relatório.

142 De acordo com entrevista ao INEFOP, importa assegurar que os novos conteúdos atendem as necessidades locais.

Recomenda-se o financiamento de programas como o Clube das Mulheres ADPP. As jovens raparigas e mulheres encontram espaço para debater assuntos relacionados com a sua formação e as suas questões pessoais (e.g. assédio, sexualidade). A ADPP utiliza neste clube um manual de “Saúde sexual e reprodutiva”. Este programa tem o potencial para ser replicado em todos os níveis de ensino¹⁴³.

No mesmo âmbito recomenda-se ainda a abertura de mecanismos de apoio para:

(i) Reforço da capacidade de mulheres para monitorar e influenciar o planeamento e implementação de políticas públicas para o planeamento familiar;

(ii) Promoção de acções de sensibilização para a valorização da figura paterna:

- Responsabilização masculina nos processos contraceptivos, diminuindo assim a responsabilidade que recai quase integralmente sobre a mulher;
- Sensibilização contra a “fuga à paternidade”;
- Sensibilização para a partilha das actividades entre pares na esfera doméstica;

9.6.2 Recomendações para a DUE no âmbito do ensino superior

Reforçar as ligações entre as universidades e as OSC angolanas, nomeadamente as organizações de mulheres. Há diversos caminhos que podem ser percorridos para o estreitamento destes laços, entre eles a realização de projectos em conjunto, a participação conjunta em grupos de trabalho, bem como a promoção de programas de estágio/voluntariado nas organizações da sociedade civil. Outro caminho seria o desenvolvimento de projectos na área da gestão do conhecimento, de forma a contribuir para novas formas de difusão da informação.

A efectiva promoção da relação duradoura entre as universidades, as organizações da sociedade civil e a UE implica dedicar maior atenção aos mecanismos de responsabilização e sustentabilidade.

9.7 Recomendações para a DUE na área do emprego formal e informal

Apoiar acções que objectivem a criação de uma plataforma de discussão da legalização e regulamentação do trabalho doméstico. Estas acções são fundamentais para garantir os direitos laborais a esta classe de trabalhadores, bem como a protecção do sistema público de segurança social e reforma. Importa estimular a discussão desta questão entre as organizações da sociedade civil.

Da mesma forma, importa criar condições para a discussão do direito dos trabalhadores do mercado informal a mecanismos de protecção social.

Ampliar/criar mecanismos de informação sobre a legislação vigente para o desenvolvimento dos pequenos negócios.

Apoiar o MINEC, nomeadamente em relação aos programas de crédito ao pequeno empreendedor, no desenvolvimento de um sistema que permita a análise desagregada por sexo e tipo de negócio.

O PROAPEN está a entrar na sua segunda fase e a incorporação destas variáveis de análise pode contribuir para o melhor planeamento de acções de apoio ao crédito.

Acções de formação em língua portuguesa para as populações retornadas, nomeadamente as que estavam na República Democrática do Congo e estão a chegar ao Uíge. Mesmo para os que têm qualificações mas pouco domínio do português, a sua integração no mercado de trabalho é dificultada e atrapalha a integração. O Uíge está a receber cerca de 7000 angolanos retornados da RDC.

Realizar estudos que permitam contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos e principais obstáculos para a integração no mercado de trabalho formal e informal nas temáticas abaixo indicadas:

- Analisar a integração das populações gays, lésbicas, transgênder e transex, de forma geral ignoradas nos estudos sobre o género em Angola;
- Analisar a integração de portadores de deficiências no mercado de trabalho;
- Analisar a situação de mulheres e homens face à conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida profissional: número de horas semanais dedicadas ao trabalho pago; número de horas semanais dedicadas ao trabalho não pago (aqui entendido como trabalho dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com a família); estes estudos, além de contribuírem para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o mercado de trabalho em Angola, dariam a possibilidade de compreender o contributo de cada um dos actores para o sustento e manutenção das famílias, para a sociedade e para a economia angolana.
- Analisar as condições de integração de mulheres e homens no mercado de trabalho público, particularmente enfatizando o tipo de actividade por sexo; os salários e remunerações por qualificação e por sexo; a posição hierárquica e as condições de promoção.
- Analisar as condições de integração de mulheres e homens no mercado de trabalho privado, particularmente enfatizando o tipo de actividade por sexo; os salários e remunerações por qualificação e por sexo; a posição hierárquica e as condições de promoção.
- Analisar o mercado de trabalho da prostituição, das mulheres enquanto agentes nestes mercados, também chefes de família e, principalmente, as suas relações com o sistema público social.
- Finalmente, a PNIEG reconhece a necessidade de “uma prática ponderada de discriminação positiva a favor da mulher” (p. 9). Caberiam portanto estudos que contribuíssem para orientar as acções a serem tomadas pelo GdA e nomeadamente do MINFAMU na aplicação deste princípio.

¹⁴³ A CE financia na Suazilândia o projecto “POWER: Participation of Women for Equal Representation”. Entre as actividades do projecto destaca-se aqui um clube de meninas, implementado nas escolas públicas, que funciona nos mesmos moldes do clube da ADPP.



10 Bibliografia

- Afonso, Aline (2011). Vendedoras no sector informal de Luanda: sobrevivência e entreaajuda em contexto de liberalização económica. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE-IUL.
- African Development Bank & African Development Fund (2008). Angola Country Gender Profile. Agricultural & Agro-Industry Department, North - East & South Regions (Osan).
- African Economic Outlook (AEO) (2014). Perspetivas económicas em África – Países Africanos da CPLP. African Development Bank, Development Centre of the Organisation for Economic Co-Operation and Development, United Nations Development Programme. Disponível em: http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/Regional_Editions/Edition_Lusophone_web.pdf
- Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID) (2014). Angola. Disponível em: <http://www.aecid.es/ES/Paginas/Dónde%20Cooperamos/África%20Subsahariana/Angola.aspx>
- Alves da Rocha, Manuel (1999). Angola: estabilização, reformas e desenvolvimento. Luanda, Luanda Antena Comercial.
- Amnistia Internacional (2012). Apresentação à Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre Angola. 51ª Sessão Ordinária. Londres: Amnesty International Publications. Disponível em: <http://www.amnesty.org/ar/library/asset/AFR12/001/2012/en/e2095662-0e8a-4bd5-b020-a435fc486270/afr120012012pt.pdf>
- Aragón, Leticia; Gil, María & Carmen Ramírez (2007). Agenda Azul – Agua y Género en la Península de Yucatán.
- Cavalheiro, Cristina et al (2008). GPS – Guia para a Sensibilização e Intervenção em Igualdade de Oportunidades e Diversificação Profissional. Disponível em: <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=77547&img=1198>
- Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) (2013). Relatório social de Angola 2013. Luanda: Texto Editores.
- Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) & Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (2008). Solucionário - Um Instrumento para a Promoção de Boas Práticas em Igualdade de Género

nas Empresas. Lisboa: Colprinter.

Comissão de Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social, Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos & Comissão de Economia e Finanças (2014). Relatório Conjunto sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros. República de Angola, Assembleia Nacional: Luanda.

Comissão Europeia (2010). Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão: Progressos em Matéria de Igualdade entre Mulheres e Homens – Relatório anual de 2010.

Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) (2003). Manual de Formação em Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres. Lisboa: A Triunfadora. Disponível em: http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Manual_CITE.pdf

Connell, Robert (1987). Gender and Power. Califórnia: Stanford.

Decreto Presidencial n.º 222/13, 24 de Dezembro (Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género, sua Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para Implementação e Monitorização).

Ducados, Henda (2004). “A Mulher Angolana Após o Final Do Conflito”. Conciliation Resources, 15, pp. 58-61. Disponível em: <http://www.c-r.org/accord/angola>

European Commission Unit in Charge of Equal Opportunities (1998). 100 words for equality. A glossary of terms on equality between women and men. Disponível em: http://www.generourban.org/documentos/glossary_gender_equality/glossary_en.pdf

Folbre, Nancy (1996). “Engendering Economics: New Perspectives on Women, Work, and Demographic Changes”. Em Michael Bruno & Boris Pleskovic (eds.). Annual World Bank Conference on Development Economics 1995 (127-153). Washington, D.C.: World Bank.

García-Verdú, Rodrigo & Guilherme Pedras (2014). Angola. IMF Country Report n.º 14/275. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

Gender and Water Alliance (GWA) & Instituto Ipanema (2009). Incorporação de género na gestão das águas – Oficina de capacitação de multiplicadores para a comunidade lusófona. Relatório da facilitação.

Giddens, Anthony (2000). Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hodges, Tony (2002). Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem. Cascais: Principia.

Human Rights Watch (HRW) (2002). Briefing sobre Angola Apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria. Nova Iorque: Human Rights Watch.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2007). Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-Estar – QUIBB – Resultados Definitivos – 2005-2006. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013). Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-estar. QUIBB 2011. Relatório de Tabelas. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014). Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação – de Angola 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

International Fund for Agricultural Development (IFAD) (2002). A Review of Gender Issues in Angola

in Support of IFAD's COSOP Formulation Process. Relatório n.º 1328-AO. Disponível em: <http://www.ifad.org/genderpf/pdf/angola.pdf>

International Labour Office (ILO) (2008). Extension of Social Protection. Geneva: International Labour Office. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_210466.pdf

Lefebvre, Vicent (2011). Avaliação de meio-termo do programa conjunto “Gestão da água e do saneamento em zonas urbanas e periurbanas”. Disponível em: http://www.ilo.org/eval/Evaluationreports/WCMS_184017/lang--es/index.htm

Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema de Educação). Disponível em http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Lei_de_educacao.pdf

Lei n.º 14/91, de 11 de Maio (Lei das Associações).

Lei n.º 2/05, de 1 de Julho (Lei dos Partidos Políticos). Disponível em: <https://aceproject.org/ero-en/regions/africa/AO/Lei%20No%202%2005%20de%201%20de%20Julho.pdf>

Lei n.º 2/2000, de 11 de Fevereiro (Lei Geral do Trabalho de Angola). Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=376>

Lei n.º 25/11, de 14 de Julho (Lei Contra a Violência Doméstica).

Lopes, Carlos (1999). “O Sector Informal e o Desenvolvimento: estudo de caso em Luanda”, comunicação apresentada ao II Congreso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico – África Hacia el Siglo XXI, Colegio Mayor Universitario Nuestra Señora de África, 15 e 17 de Setembro de 1999, Madrid. Disponível em: http://www.multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm

Lowe, Helena; Bonanzi, Judith & Sousa dos Santos (2011). Relatório da linha de base sobre mitigação do HIV e da SIDA e Violência Baseada no Género estratégia da AIN em Angola 2011 – 2015. Disponível em: http://www.norad.no/no/resultater/publikasjoner/gjennomganger-fra-organisasjoner/publikasjon/_attachment/394650?_download=true&_ts=1395314023a

Marchbank, Jennifer & Gayle Letherby (2007). Introduction to Gender: Social Science Perspectives. Edimburgo: Pearson Education Limited.

Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) (2001). Boletim Informativo.

Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), Direcção Nacional para Igualdade e Equidade de Género (DNIEG) (2014). Plano de Acção para a Igualdade e Equidade de Género. Plano de Acção da PNIEG 2015-2017. Projecto Preliminar: V00 REV01.

Ministério das Finanças (2007). A Economia de Angola. Evolução Recente e Perspectivas. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/EconomiaAngolanaPerspectivas.pdf>

Muzima, Joel & Domingos Mazivila (2014). “Angola”. Em African Economic Outlook, Perspetivas económicas em África - Países Africanos da CPLP (9-22). African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/southern-africa/angola/>

Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD) (2014). Angola. Disponível em: <http://www.norad.no/en/countries/africa/angola>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014). Relatório de Desenvolvimento Humano: Reduzir as vulnerabilidades e Reforçar resistências. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Programa de Apoio aos Actores não Estatais (PAANE) (2014). Termos de Referência para a elaboração do estudo “Perfil de Género de Angola”.

Questão de Igualdade, Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) & Cáritas Portuguesa (2010). “Fascículo 1 - Porque é importante falar de Igualdade”. Em Caderno Prático. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/projetos005a.html>

Questão de Igualdade, Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) & Cáritas Portuguesa (2010). “Fascículo 4 - Principais conceitos”. Em Caderno Prático. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/projetos005a.html>

República de Angola & Comissão Europeia (2013). Country Strategy Paper and National Indicative Programme (2008-2013) – Angola.

República de Angola & Comunidade Europeia (2007). Relatório Anual Conjunto 2007. Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/joint-annual-report-07-cooperation-eu-angola-2008_pt.pdf

República de Angola & Comunidade Europeia (2008). Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013. Luanda: República de Angola & Comunidade Europeia.

República de Angola, Ministério Da Saúde, Instituto Nacional De Luta Contra a SIDA. (2014). Relatório de Progresso da Resposta Global à SIDA (GARPR, 2014). Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/country/documents/AGO_narrative_report_2014.pdf

República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2005). Estratégia de Combate à Pobreza. Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/jasalomao/estrategia-combate-a-pobreza-em-angola-ecp>

República de Angola, Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) (2009). A Formação Profissional em Angola – A Aposta de uma Nação em Construção. Luanda: MAPESS.

República de Angola, Ministério da Assistência e Reinserção Social, Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) (2013). Directório das Organizações Nacionais e Internacionais 2012.

República de Angola, Ministério da Economia (2012). Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), Encontro com empresários – Namibe. 30 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.minec.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=13892>

República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012). Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Revista Estamos Juntos, 19 (2014).

Rodrigues, Deolinda (2003). Diário de um Exílio sem Regresso. Luanda: Nzila.

Rodrigues, Liliana (2013). Laboratórios escolares, formação de docentes e ensino técnico-profissional na área de Química em Angola: uma experiência no terreno. Relatório de Projecto submetido como requisito para a obtenção de grau de mestre em Física e Química em Contexto Escolar. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Silva, Eugénio (2011). “Educação no meio rural em Angola: tradição, (des)igualdade de género e cidadania”. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB). Disponível: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306854983_ARQUIVO_EDUCACAONOMEIORURALANGOLA-XICONLAB.pdf

The International Fund for Agricultural Development (IFAD) (2002). Uma Análise de Questões de Género em Angola em Apoio do Processo de Formulação do FIDA relativo ao COSOP. Relatório n.º 1328-AO.

União Europeia (2004). Toolkit on Mainstreaming Gender in development cooperation: Section 2 EC priority areas for development cooperation - aspects for gender analysis. Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/content/eu-toolkit-mainstreaming-gender-development-cooperation-ec-priority-areas-development-cooper>

União Europeia (EU) (2014). Apresentação em powerpoint no Workshop “Integração da Igualdade de Género e Empoderamento das mulheres na Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia (programas e projectos)”.

União Europeia & República de Angola (2012). EU-Angola Join Way Forward. Disponível em: http://eeas.europa.eu/angola/jwf_en.pdf

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2013). Who is benefiting from trade liberalization in Angola? A Gender Perspective. Switzerland: United Nations.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2012). Perfil EPT de Angola. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Dakar/pdf/AngolaPerfil_EPToct2012.pdf

World Learning – Angola (2011). Relatório do Estudo Sobre o Estado das ONG's Angolanas (Draft). Disponível em: http://www.paaneangola.org/images/pdf/Mapeamento_estudos/Estudo_da_World_Learning_sobre_o_draft_Estado_das_ONGs_Angolanas.pdf

Casa Civil da Presidência da República de Angola (2012). Sumário Executivo – Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ). Luanda: Casa Civil da Presidência da República de Angola.



11 Glossário

Acção positiva – medida de intervenção que, por encorajamento ou por imposição legal, pretende eliminar ou prevenir a discriminação, bem como compensar as desvantagens decorrentes de comportamentos e atitudes resultantes de factores estruturais (CITE, 2003: 312).

Contrato social de género – Conjunto de normas implícitas e explícitas que regem as relações de género e atribuem a homens e mulheres diferenças de trabalho e valor, bem como de responsabilidades e obrigações, articulando-se em três níveis: substrato cultural (normas e valores da sociedade), instituições (bem-estar familiar, sistemas de educação e emprego, etc.) e processos de socialização, nomeadamente na família (Questão de Igualdade, Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) & Cáritas Portuguesa, 2007: 4).

Desigualdade de género – direitos, estatutos e dignidade hierarquizados entre as mulheres e os homens, quer a nível da lei quer a nível dos factos. Assimetrias nos indicadores sociais entre a situação das mulheres e dos homens tanto na esfera pública como na esfera privada (Notai, 2008: 28).

Empoderamento ou capacitação (empowerment) – processo que consiste em aceder aos recursos por parte de um indivíduo e desenvolver as suas capacidades pessoais no sentido da participação activa na construção da própria vida e da sua comunidade, em termos económicos, sociais e políticos. Relaciona-se com poder (ter opiniões, autonomia, capacidade de afirmação, assertividade, autoestima e autoconfiança, responsabilidade e capacidade de decisão e de escolha, ser capaz de tomar iniciativas e agir colectivamente, influenciar a mudança social) e assim com mudança nas relações de força dos membros de um grupo ou de uma sociedade (CITE, 2003: 312).

Estereótipos de género – Representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que os homens e as mulheres devem ser (traços de género) e fazer (papéis de género). Papéis e traços estão ligados e normalmente hierarquizados, ou seja, os ditos traços “femininos” – a mulher é mais carinhosa e frágil – são menos valorizados socialmente que os “masculinos” – o homem é forte e racional. O processo de estereotipia é geralmente inconsciente e dificilmente reconhecido por parte dos indivíduos. A estereotipia recorre à generalização, reforça a carga subjectiva e pode manifestar-se sob a forma de preconceito (CITE, 2003: 301-302).

Género – O conceito surge, inicialmente, no meio académico, como uma abertura à teoria e à crítica feminista, em muito baseadas na filosofia e na teoria literária, a outras disciplinas, como a história, a sociologia, a ciência política e mesmo a biologia. Esta nova lente de análise para novas e antigas clivagens entre homens e mulheres propõe que o comportamento de homens e mulheres é condicionado para atender as expectativas sociais e culturais do seu contexto. Estas diferenças de comportamento implicam injustiça quando se reflectem em desigualdades de acesso ao poder ou em atitudes discriminatórias. O género separa-se dos feminismos por ultrapassar a questão do sexo biológico. Género refere-se ao feminino e ao masculino. Sexo refere-se às características anatómicas, reprodutivas ou cromossómicas. É um desenvolvimento natural de acordo com a aparência dos genitais, enquanto o género é uma construção económica, psicológica, social e cultural de acordo com os espaços e limites socialmente definidos para cada sexo (Marchbank e Letherby, 2007: 5; Giddens, 1997: 202). O género é uma construção social sobre uma base biológica. Está moldado pelas características históricas e principalmente pelo acesso ao poder¹⁴⁴.

Gender-blind (Insensível a dimensão de género) – Que ignora ou não contempla a dimensão de género (por oposição a sensível ou neutro em relação à dimensão de género) (European Commission Unit in Charge of Equal Opportunities, 1998).

Igualdade de género – Conceito que significa, por um lado, que todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções, independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente considerados e valorizados (European Commission Unit in Charge of Equal Opportunities, 1998).

Papéis sociais designam-se de género ou em função do género quando são específicos e desiguais para homens e para mulheres pelo simples facto de o serem. Muitas pessoas consideram que às mulheres ‘cabe’ o papel social específico dos cuidados da casa e da família – a actuação no espaço privado – e que aos homens ‘cabe’ o papel social específico de sustentar a família e de contribuir para a organização da vida em sociedade – a actuação no espaço público. A divisão sexual do trabalho socialmente útil em remunerado – para os homens – e não remunerado – para as mulheres – decorre desta visão (CITE, 2003: 302).

‘Mainstreaming’ de género ou integração da perspectiva de género – integração sistemática em todas as políticas das situações, prioridades e necessidades das mulheres e dos homens tendo em vista a promoção da igualdade entre umas e outros e a mobilização explícita do conjunto das políticas e acções globais para a igualdade, através da consideração activa e aberta, num estado de planeamento, dos seus efeitos nas situações respectivas de homens e mulheres nas fases de desenvolvimento, controlo e avaliação (CITE, 2003: 312).

Violência doméstica/na família – Qualquer forma de violência física, sexual ou psicológica que ponha em risco a segurança e bem-estar de um membro da família e/ou o uso ou a ameaça de força física ou emocional, incluindo violência sexual, na família. Neste conceito se inclui o abuso de menores, o incesto, os maus tratos a mulheres e os abusos sexuais ou de outro tipo de um membro do agregado familiar (European Commission Unit in Charge of Equal Opportunities, 1998).

Gender-budgeting (ou orçamento de género) – Aplicação da estratégia de mainstreaming de género ao processo de preparação dos orçamentos. Significa uma concepção de orçamento sensível ao género que incorpora a perspectiva de género a todos os níveis do processo orçamental e reestrutura as receitas e as despesas de modo a promover a igualdade de género (Questão de Igualdade, Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) & Cáritas Portuguesa, 2010: 6).

144 Mais informações ver Afonso (2011)

